

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PPGDS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMUNIDADE, TERRITÓRIO E
COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL:
O CASO DE VEREDA FUNDA, NORTE DE MINAS GERAIS

ISABEL CRISTINA BARBOSA DE BRITO

Orientadora: Professora Dra. Luciene Rodrigues

Dissertação de Mestrado

Montes Claros - MG
Maio/2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PPGDS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**COMUNIDADE, TERRITÓRIO E
COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL:
O CASO DE VEREDA FUNDA, NORTE DE MINAS GERAIS.**

Isabel Cristina Barbosa de Brito

Orientadora: Professora Dra. Luciene Rodrigues

Dissertação de Mestrado

Montes Claros - MG
Maió/2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PPGDS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

COMUNIDADE, TERRITÓRIO E COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL
O CASO DE VEREDA FUNDA, NORTE DE MINAS GERAIS.

Isabel Cristina Barbosa de Brito

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre.

Aprovado por:

Luciene Rodrigues, Doutora
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes
Claros
Orientadora

Herbert Toledo Martins, Doutor
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes
Claros

Carlos Rodrigues Brandão, Doutor
UNICAMP – Universidade de Campinas

Montes Claros, Março de 2006

[Ficha catalográfica]

Brito, Isabel Cristina Barbosa de

B862c Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de Vereda Funda - Norte de Minas Gerais. / Isabel Cristina Barbosa de Brito. – 2006.

157 p.

Orientadora: Luciene Rodrigues

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

- | | |
|--|--|
| 1. Populações tradicionais e disputas territoriais | 3. <i>Plantation</i> de Eucalipto |
| 2. Impactos da eucaliptocultura | 4. Políticas de desenvolvimento no norte de Minas. |

I. UNIMONTES

II. Título

CDU 316.42:341.411

É concedida à Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Isabel Cristina Barbosa de Brito

Dedico este trabalho

Às mulheres da comunidade de Vereda Funda, que geram filhos e utopias e vão à luta por eles e por elas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido Álvaro Carrara que contribuiu de todas as formas para a realização deste trabalho, obrigada por todos os aspectos de nossa intensa convivência.

À Professora Luciene Rodrigues, orientadora deste trabalho, com quem muito tenho aprendido, e que com esmero, arte, generosidade e competência conduziu-me nos caminhos deste trabalho.

A toda comunidade de Vereda Funda por intermédio de Dona Zulmerinda e Seu João que me recebem como filha em sua casa, Seu Nerim, Seu Cindo, Seu José Conegundes, Dona Elisa.

Ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, Rita, Elmir, Eliseu, Moisés e todos os companheiros que trabalham com ideal, perseverança e inteligência e que generosamente deram o suporte necessário para a realização deste trabalho.

Ao Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, pelo apoio e incentivo, agradeço por meio de todos os amigos da organização, visionários que a mais de vinte anos vêm impulsionando o protagonismo e a participação política dos povos do Cerrado na transformação das relações de exploração, dominação e opressão a que eles e seu ambiente estão submetidos.

À Universidade Estadual de Montes Claros, universidade pública que me recebeu e possibilitou a realização deste trabalho.

Ao PPGDS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social por intermédio de seu primeiro coordenador, Professor João Batista de Almeida Costa, que veio para falar do Norte de Minas a partir dos Norte-mineiros.

Aos professores e funcionários do PPGDS em especial aos professores, Gilmar Ribeiro, Dimas Cardoso, Sara Durães, Otávio Dulci, Luís Antônio Macedo, Maria Helena de Souza, Simone Lessa.

Ao professor e amigo Rômulo Barbosa pelo constante incentivo e exemplo.

A todos os colegas do curso, em especial a Selva e a sempre presente amiga Lucíola que desde a graduação é uma interlocutora constante.

Em diferentes momentos contei com o apoio e incentivo de amigos que compartilharam comigo o caminho percorrido durante este trabalho, pelo incentivo e apoio agradeço a, Bárbara, Uli, Cláudia Luz, João d'Angelis Carlos Dayrell, Elisa Cotta, Leninha, Luciana, Solange, Mazan, Rógeres, Laura Ferreira, Moira Adams, Maria Elena Rodriguez, Cláudia Souza, Flaviane Canavesi, Jean Pierre Leroy, Ângelo Carrara, Mary Jane e Rogério.

Aos meus irmãos Kátia, Jerônimo e Bernardo que me apoiaram na realização de um sonho, alcançado no transcorrer da realização deste trabalho.

Aos meus pais, incentivadores primeiros dos meus estudos.

Agradeço ainda a Felix, Bruna, Luzia, meninas da Pastoral da Criança de Rio Pardo de Minas, Wander e Cátia Xavier pelo apoio na coleta de dados, processamento das informações e correção do texto.

RESUMO

O objetivo central deste estudo é analisar, no campo sócio-cultural e ambiental, o impacto das monoculturas de eucalipto no Norte de Minas e as estratégias de sobrevivência e resistência dos moradores das áreas atingidas pela mesma, assim como as formas de relação com o território antes e depois da implantação dos maciços florestais. Especificamente, buscou-se focalizar o caso da comunidade de Vereda Funda, localizada no município de Rio Pardo de Minas, Norte de Minas Gerais. Comunidade tradicional que na década de 1980 teve suas terras expropriadas para a implantação da monocultura de eucalipto com finalidade de produção de carvão para o pólo siderúrgico de Minas Gerais e que, passados vinte e cinco anos, movimentou-se no sentido de retomar seu território.

A partir das informações coletadas em pesquisa realizada na comunidade, observou-se que a implantação da monocultura do eucalipto não ajudou a melhorar as condições sócio-econômicas locais, pelo contrário, expropriou as terras dos lavradores sem qualquer contrapartida, gerando conseqüências negativas no que se refere ao meio ambiente, à renda, à concentração de terra, à desestruturação da forma de vida.

Contudo, a monocultura não conseguiu desarticular totalmente a comunidade, que utilizou diversas estratégias como, a migração temporária, as aposentadorias e a assistência social governamental, para manter-se em seu território, até o surgimento da possibilidade de reapropriação de suas terras. Para tal, acionou redes e parcerias e construiu um projeto orientado pelas idéias de sustentabilidade e coletividade, que pretende colocar em prática, com objetivo de restaurar as terras degradadas pela monocultura de eucalipto e dinamizar sustentavelmente o desenvolvimento da comunidade.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the sociocultural and environmental impacts of the monoculture of Eucalyptus in the North of Minas Gerais, and the survival and resistance strategies adopted by the local residents. Their connection with the land before and after the implantation of the forest plantations was also analyzed. The focus was over the community known as Vereda Funda, located in the Municipality of Rio Pardo de Minas. This traditional community residents were expropriated from their lands in the 1980's for the implantation of Eucalyptus monoculture plantations, aiming the production of charcoal to be used by the metallurgical industries in Minas Gerais. After 25 years, the community started moving themselves to recover their land.

The survey done in the community showed that the implantation of the monoculture of Eucalyptus worsened the socioeconomic local conditions. The peasants were expropriated from their lands without any compensation, causing negative consequences connected to the environment, the income, land concentration, and the disorganization of their living.

However, the community used many strategies as temporary migration, retirement, social welfare work, to stay in their lands until the outbreak of an opportunity to "reapropriar" it. They operated nets and partnerships and constructed a project that they intend to put it into practice, guided by sustainability and collectivity notions. Their objective is to restore the degraded areas and turn the development dynamics of the community sustainable

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS FIGURAS E GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO NORTE DE MINAS SOB O PRISMA DA MONOCULTURA..... | 19 |
| 1.1 OCUPAÇÃO TERRITORIAL E <i>PLANTATION</i> AÇUCAREIRA NO BRASIL..... | 19 |
| 1.2 <i>PLANTATION</i> E APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO NORTE DE MINAS | 23 |
| 1.3 EXPANSÃO DO CAPITAL E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO NORTE DE MINAS A PARTIR DOS ANOS 1970..... | 29 |
| CAPÍTULO 2 – COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO..... | 34 |
| 2.1 CARVÃO, FERRO E AÇO: INSUMOS BÁSICOS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA.. | 35 |
| 2.2 A CONTRIBUIÇÃO DO COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL NA ECONOMIA INTERNA E EXTERNA | 45 |
| 2.3 GERAÇÃO DE EMPREGOS NO COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL..... | 50 |
| 2.4 COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS INDICADORES | 53 |
| 2.5 EUCALIPTOCULTURA E INDICADORES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO EM RIO PARDO DE MINAS..... | 59 |
| CAPÍTULO 3 – COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA - TRADIÇÃO E TERRITÓRIO..... | 64 |
| 3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS | 65 |
| 3.2 TRADIÇÃO E CULTURA EM VEREDA FUNDA ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO EUCALIPTO | 69 |
| 3.3 A HISTÓRIA DA VEREDA FUNDA NA MEMÓRIA COLETIVA..... | 71 |
| 3.3.1 Regimes de propriedade e uso social do território | 75 |
| 3.3.2 Vínculos afetivos com o território e manifestações culturais em Vereda Funda | 78 |
| 3.4 A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA E OS EFEITOS IMEDIATOS | 82 |
| CAPÍTULO 4 - COMUNIDADE VEREDA FUNDA E COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL: DIFERENTES LÓGICAS, DIFERENTES PROJETOS | 88 |
| 4.1 DIMENSÃO SÓCIO-AMBIENTAL E ECONÔMICA DA COMUNIDADE VEREDA FUNDA | 89 |
| 4.1.1 Dimensão sócio-ambiental..... | 89 |
| Fonte: dados da pesquisa, agosto/2004 | 90 |
| 4.1.2 Dimensão econômica | 99 |
| 4.2 QUESTÃO FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM VEREDA FUNDA | 105 |
| 4.3 A DINÂMICA CULTURAL DA COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA APÓS IMPLANTAÇÃO DO EUCALIPTO..... | 111 |
| 4.4 REAPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM VEREDA FUNDA..... | 114 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 124 |
| REFERÊNCIAS | 132 |
| ANEXOS..... | 139 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 -Evolução do percentual médio do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países industrializados destinados ao Programa de ajuda oficial..... | 41 |
| Tabela 2-Quantidade de carvão vegetal produzido e consumido no Brasil no ano de 2003.... | 46 |
| Tabela 3 - Geração de empregos diretos e indiretos na siderurgia a carvão vegetal no Brasil em 2001. | 50 |
| Tabela 4 - Consumo de carvão no setor siderúrgico no Brasil anos de 2001, 2002, 2003 e 2004. | 51 |
| Tabela 5 - Produção de carvão vegetal, empregos diretos nas plantações e no processo de carbonização da madeira de eucalipto. Brasil, Minas Gerais e Rios Pardos de Minas, 2003. | 51 |
| Tabela 6 - Índice de exclusão social em Rio Pardo de Minas, 2000. | 62 |
| Tabela 7 - Dados gerais sobre a comunidade de Vereda Funda, 2004..... | 90 |
| Tabela 8 - Renda monetária dos moradores de Vereda Funda em R\$ (sem agropecuária) no ano de 2004..... | 100 |
| Tabela 9 - Nº de aposentados por família na comunidade de Vereda Funda, 2004. | 101 |
| Tabela 10 - Destino da migração sazonal..... | 102 |
| Tabela 11 - Número de migrantes da comunidade Vereda Funda, atividade realizada, renda obtida e período da migração, 2004..... | 102 |
| Tabela 12 -Número de pessoas da comunidade de Vereda Funda que recebem algum tipo de benefício e valor, 2004. | 103 |
| Tabela 13 - Salário e número de empregos formais por atividade na comunidade Vereda Funda, 2004. | 104 |
| Tabela 14 - Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Vereda Funda, 2004. | 106 |
| Tabela 15 - Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Vereda funda e no município de Rio Pardo de Minas. | 106 |
| Tabela 16 - Condição de posse da terra na comunidade Vereda Funda, 2004. | 107 |
| Tabela 17 - Número de famílias que cultivam determinadas culturas na comunidade de Vereda Funda, 2004..... | 109 |

LISTA DE QUADROS FIGURAS E GRÁFICOS

A - QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Calendário das atividades ligadas à agricultura, da comunidade de Vereda Funda, 2004. | 110 |
| Quadro 2 - Calendário dos eventos sociais da comunidade Vereda Funda, 2004..... | 113 |

B - FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1- Fluxo de Carvão na Produção de Ferro Gusa | 49 |
| Figura 2 – Mapa de localização de Rio Pardo de Minas | 59 |
| Figura 3 – Território da Comunidade de Vereda Funda..... | 73 |
| Figura 4 – Mapa da comunidade de Vereda Funda – demarcação da área coberta por eucalipto. | 108 |

C - GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Número de homens e mulheres de acordo com o | 91 |
| Gráfico 2– Número de mulheres de acordo com a idade e o grau de escolaridade..... | 91 |
| Gráfico 3 - Percentual dos tipos de fontes de abastecimento de água domiciliar na comunidade Vereda Funda. | 94 |
| Gráfico 4 – Percentual dos domicílios que possuem fossa ou nenhum tipo de equipamento de saneamento. | 98 |
| Gráfico 5 – Percentual dos meios de transporte utilizados pelos membros da comunidade de Vereda Funda..... | 98 |
| Gráfico 6 - Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade. ... | 100 |
| Gráfico 7 – Distribuição da ocupação das terras na comunidade de Vereda Funda, 2004. .. | 107 |
| Gráfico 8 – Percentual por tipo da condição de posse da terra na comunidade de Vereda Funda, 2004. | 107 |

INTRODUÇÃO

As *plantations*, grandes explorações agrícolas monocultoras que englobam atividades de cultivo e beneficiamento voltadas para a exportação, moldaram a história econômica do Brasil. Vinculada à ocupação do território brasileiro desde os primórdios, a produção monocultora representou os interesses econômicos do capital mercantil português na produção de gêneros tropicais e de domínio sobre o novo território anexado. Essa forma colonial conformou a apropriação e a exploração do território Norte-mineiro, particularmente na segunda metade do século XX. A região passou pelos fluxos econômicos e políticos da Nação sem muitas intervenções territoriais por parte do Estado, até meados do século XX. Particularmente nas quatro últimas décadas, no intuito de se atingir o desenvolvimento, o Estado adotou uma série de políticas de estímulo à produção agrícola e industrial na macrorregião do Nordeste, da qual o Norte de Minas é parte. Neste território destacam-se quatro eixos principais de grandes investimentos públicos em projetos: (a) agropecuários; (b) de irrigação; (c) monocultura de eucalipto e *pinus*; e (d) industriais. No campo, as invernadas, os projetos de irrigação e a monocultura de eucalipto e *pinus*, chamada equivocadamente de “reflorestamento”¹ foram os três elementos ou processos de transformação no cenário Norte-mineiro para a efetivação do modelo de desenvolvimento preconizado pelo Estado, para a região.

A política florestal no estado de Minas Gerais tem origens históricas apoiada em dois pilares: na supressão das matas nativas visando à expansão da fronteira agropecuária, o fornecimento de madeira para carpintaria e para a construção civil e, nas proximidades das usinas siderúrgicas, para a fabricação de carvão vegetal. O segundo pilar é a política de incentivos fiscais do governo federal, que teve sua vigência de 1966 a 1987 (ASSIS, 2001). A intervenção do Estado foi determinada a alterar o quadro regional de “atraso”, implantando um novo modelo no intuito de modernizar e desenvolver a região.

Nesse ponto, BRANDÃO (2005:58) assevera que durante décadas do século XX “povos e governos competiram entre eles motivados por palavras como “progresso” e “desenvolvimento”. E “progredir” e “desenvolver-se” tornou-se, mais do que nunca, a

¹ Qualquer plantação de árvores não é considerada uma floresta, uma plantação de mangueiras, por exemplo, não é considerada uma floresta, e sim uma plantação comercial de manga. Floresta pressupõe variedade de árvores e arbustos de todas as idades, assim como de fauna. O termo floresta é sinônimo de mata, selva, bosque.

bandeira e a meta de todos os governos.” Ele pondera que estas são metas em parte necessárias e verdadeiras:

“Não podemos viver como seres humanos sem aspirar sermos sempre mais do que somos, e sem termos diante de nós o desejo de conquistarmos o que existe de conhecido e de desconhecido à nossa frente, como um desafio. (...) Em uma pequena ou grande escala, “progredir” e “desenvolver-se” sempre foi o que nos tornou e segue nos tornando e re-criando como seres humanos”. (BRANDÃO, 2005, p. 11)

O autor aponta para a necessidade de “re-pensar” e mudar a maneira como o progresso e o desenvolvimento podem e devem ser realizados. E que, neste sentido, “aqui e ali, algumas políticas públicas, algumas iniciativas empresariais e várias participações da sociedade civil têm sido revistas e modificadas em vários lugares, entre diferentes povos e pessoas”. Esse “re-pensar” as políticas de cunho desenvolvimentistas tem sido feito por vários setores da sociedade civil organizada e principalmente pelas próprias comunidades afetadas por tais políticas no Norte de Minas, onde os incentivos aos projetos agropecuários e de monocultura de eucalipto a grandes grupos econômicos, alteraram suas formas de reprodução social.

Nesse processo, o Estado incentivou a implantação de mais de um milhão de hectares de terras o que corresponde a cerca de 10% da área total da região. O cultivo dessa monocultura ocorreu com a destruição de florestas nativas, com efeitos na fauna, na flora, nos cursos d’água e, principalmente, sobre a população local que utilizava esses recursos para o atendimento de suas necessidades vitais.

A região Norte de Minas é grande produtora de carvão vegetal proveniente da silvicultura e de florestas naturais do cerrado. Na região, o município de Rio Pardo de Minas se destaca como o segundo maior produtor de carvão vegetal do estado e o terceiro maior produtor do país. Neste trabalho entende-se o município, conforme apontado por Brandão, como espaço natural tornado também um lugar social por meio do permanente trabalho de socialização da natureza e de sua transformação em cenários de vida humana, logo, de vida natural, social e cultural.

Em Rio Pardo de Minas, espaço e lugar social, vive e resiste a comunidade de Vereda Funda, composta por 114 famílias que praticavam a agricultura de sustentação, a criação de pequenos animais e a criação de gado “à solta”, para sua reprodução social. Nos anos de 1980 essa população teve seu território expropriado pelo Estado e entregue a empresas produtoras de eucalipto, sob o signo do progresso e desenvolvimento. A política de ocupação da fronteira agrícola do cerrado teve conseqüências sociais e ambientais e colocou em risco o patrimônio natural e cultural da região em troca de um “desenvolvimento” que produziria riqueza para os capitalistas do Complexo Florestal Industrial (CFI), das siderúrgicas. A comunidade de

Vereda Funda ilustra bem a adoção de tais políticas e seus efeitos nas populações tradicionais. Os moradores resistem, organizam-se e colocam em xeque o modelo de desenvolvimento vertical imposto a eles durante os anos 1980. As ações implementadas pelo Estado tinham caráter estrutural, embora a estrutura fundiária permanecesse desigual e concentradora. Foram, sobretudo, projetos de desenvolvimento especiais ou autodenominados de cunho “sociais”. A política agrícola pós 1965 e os planos de desenvolvimento regional, liderados pela Sudene², pela Codevasf e pela Ruralminas, configuraram a intervenção estatal no Norte de Minas.

O programa de incentivo ao plantio de eucalipto³ utilizou recursos públicos para viabilizar, desde a década de 1960, empresas privadas capazes de produzir eucalipto para transformação em carvão com uso na siderurgia e na produção de celulose. Após mais de 30 anos, as regiões ocupadas pelas monoculturas de eucalipto apresentam um passivo sócio-ambiental. Parte da população rural norte-mineira perdeu seu espaço territorial para a introdução dessa monocultura, que perdura, e poderá vir a ser expandida devido a aumentos da demanda do setor industrial por esta fonte energética.

As iniciativas e os recursos aplicados com os objetivos de reverter o quadro de pobreza crítica e o “atraso” existente e, ainda, de integrar a região ao desenvolvimento capitalista do restante do país, foram significativos. Segundo Majid Rahnema (2000: 233), “a pobreza global é uma construção inteiramente nova e moderna. A matéria-prima usada na construção foi essencialmente a economização da vida e a integração forçada das sociedades autóctones na economia mundial”.

Já no final da década de 1980, porém, começam a ser visíveis alguns dos impactos negativos daquelas ações. A distribuição da riqueza produzida a partir do patrimônio natural da região não se materializou, observando-se, sim, um enorme impacto sócio-cultural e a devastação, sem precedentes, do cerrado do Norte de Minas, em poucos anos de política de modernização rural STRALEN (1980); AUGUSTO (1988); OLIVEIRA (1996); RODRIGUES (1998); CARDOSO (1996); MAZZETO SILVA (1999), BAGGIO (2004), entre outros.

Diante do exposto, pode-se sintetizar o problema de pesquisa nas questões: (i) Quais as conseqüências sociais, econômicas, culturais e ambientais no modo de vida dos habitantes onde é gerada a energia que move a indústria siderúrgica no Brasil? O que mudou no

² Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Companhia de Desenvolvimento do vale do São Francisco

³ Com a denominação eucalipto considerar qualquer das 700 espécies do gênero *Eucalyptus* e os Pinus.

cotidiano de suas vidas e em seus sistemas de produção e reprodução social? *(ii)* Em que medida a eucaliptocultura oferece postos de trabalho e como é a relação capital/trabalho? *(iii)* Quais têm sido as estratégias de resistência e organização política dos moradores da comunidade de Vereda Funda? Em que medida a população dessa comunidade possui propostas de desenvolvimento distintas da oficial, o que é desenvolvimento para eles? Essas questões serão avaliadas considerando a visão de mundo da população local, dos mecanismos que levaram essa comunidade a desenvolver a capacidade de articulação para a defesa do seu território diante das concepções desenvolvimentistas oficiais.

O objetivo central deste estudo é analisar, nos campos sócio-cultural e ambiental, o impacto das monoculturas de eucalipto no Norte de Minas e as estratégias de sobrevivência e resistência dos moradores das áreas atingidas pela mesma, assim como as formas de relação com o território, antes e depois da implantação dos maciços florestais. Especificamente buscase: **(a)** analisar a importância do complexo florestal/siderúrgico para a economia brasileira e a inserção da região Norte de Minas nesse circuito produtivo, via produção de eucalipto e carvão vegetal; **(b)** identificar alguns impactos sócio-ambientais da eucaliptocultura; **(c)** levantar formas e estratégias de reprodução social dos moradores da comunidade de Vereda Funda; **(d)** discutir o processo político de resistência dos moradores da comunidade Vereda Funda.

As hipóteses que orientam a pesquisa são: *(i)* que o carvão vegetal constitui um ciclo econômico no Norte de Minas, em que grande parte dos recursos produtivos - recursos naturais e trabalho - são voltados para a atividade com apoio do Estado à expansão do capital. Tal processo encontraria sua explicação na divisão internacional do trabalho na qual o Brasil se insere como produtor de bens primários e de produtos industriais intermediários de baixo valor agregado, para as economias cêntricas, a exemplo do aço e do ferro. *(ii)* a intervenção modernizante foi direcionada a voltar sua produção para o mercado, num processo de transformação que levou à ruptura do modo de vida das populações locais, inclusive por intermédio do que Bourdieu chama de violência simbólica. Apesar da ruptura do modo de vida há a permanência e a resistência da comunidade, aliadas à sua territorialidade, o que possibilitou a reação da comunidade para a reconquista de seu espaço geográfico.

A abordagem do tema desenvolvido neste trabalho busca incluir uma perspectiva sócio-cultural e ambiental, de cunho interdisciplinar, composta pela combinação de uma análise do contexto macrosociológico conjugada com a realização de uma análise microsociológica de parte do universo local onde foi implantado o eucalipto.

Parte-se da noção de sistema-mundo, sugerida por Wallerstein (2002). Para ele uma economia-mundo é constituída por uma rede de processos produtivos interligados pelas cadeias produtivas. Assim, utilizam-se neste trabalho as categorias de sistema mundo e divisão social do trabalho em sua escala internacional (divisão internacional do trabalho) e na escala nacional (divisão doméstica do trabalho).

A Categoria divisão do trabalho auxilia na compreensão do emaranhado de relações que se cruzam na cadeia florestal/siderúrgica cuja produção está baseada no princípio da maximização da acumulação de capital. Para Wallerstein, um sistema se constrói em torno de uma divisão existente do trabalho que lhe permite sustentar-se e reproduzir-se. As fronteiras do sistema são uma questão empírica a ser resolvida pela definição das fronteiras da divisão do trabalho.

Este estudo procura articular diferentes dimensões do saber, numa visão sistêmica e interdisciplinar, negando a dicotomia sujeito/ objeto e a separação entre sociedade e natureza.

O referencial teórico do trabalho encontra-se, ao longo dos capítulos, conjugado com os temas pertinentes. Segundo Florestan Fernandes

“são dois os alvos teóricos fundamentais da sociologia. Primeiro, descobrir explicações que permitam descrever e interpretar os fenômenos sociais em termos da ordem existente nas condições e nos níveis de sua manifestação. Segundo, por em evidência as relações dinâmicas da ordem social ou de fatores sociais com as formas de vida.” (FERNANDES, 1959, p.15).

A metodologia utilizada para desenvolver a investigação teve como parâmetros ambos princípios, concentrando esforços no registro, no entendimento e na perspectiva histórica. A análise das relações hegemônicas permite esboçar um painel do contexto onde se encontra a comunidade. O referencial de apoio foi o instrumental analítico, sistematizado por Gramsci, que discute relações de poder.

Para obter as informações do estudo foi realizada pesquisa censitária no universo, isto é, foram entrevistadas todas as famílias de moradores da comunidade, individualmente, no intuito de coletar informações dos aspectos sócio-econômicos, culturais e ambientais. Adicionalmente foram feitas várias reuniões coletivas para se obter dados sobre a história da comunidade, conhecer suas lutas e construir os calendários agrícola e social; reunião com mulheres; e, participação efetiva em várias ações de mobilização e ação política. A relação pesquisador/pesquisados foi baseada em laços de confiança e afeto. O diagnóstico sócio-econômico foi demandado e utilizado pela Comunidade para estabelecer diretrizes de um projeto de reapropriação territorial junto aos órgãos competentes.

A perspectiva da *pesquisa-ação* originou de questionamentos e problematizações partilhados com a Comunidade. Assim, a ação resultou na necessidade de estudo e o estudo fez-se ação, no ensejo de compreender algumas indagações a partir da vivência com a comunidade. Nesse ponto, o referencial teórico foi BRANDÃO (1982), THIOLENT (1986), BARBIER (2002). Na pesquisa ação, a pesquisadora integra-se à comunidade com intuito de contribuir com a problematização e facilitar na delimitação, formulação e compreensão da realidade por eles vivida.

A imersão na problemática foi iniciada a partir da participação em uma pesquisa realizada pelo departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros no município de Rio Pardo de Minas, num bairro periférico onde se alojavam famílias vindas da zona rural porque não tinham meios de lá sobreviver desde a implantação de eucalipto na região. Tais famílias viviam em péssimas condições, na periferia da cidade, sem trabalho e renda e não tinham como voltar para a zona rural, pois em suas terras já se instalara a monocultura de eucalipto.

Em um segundo momento, por meio do Centro de Agricultura Alternativa, houve a aproximação da problemática da monocultura na região e da comunidade de vereda Funda, que buscava alternativas para continuar vivendo e fazer valer seus direitos. Portanto, a pesquisa foi pautada por um processo investigação-ação ativo na realidade dos fatos observados, em comunhão com as pessoas da comunidade envolvidas na investigação científica. Essa metodologia é fundamentada nos diversos matizes existentes de pesquisa-ação e pesquisa-participante (THIOLENT, 1986; GAJARDO, 1986; BRANDÃO, 1990, 1999) que, em linhas gerais, compreendem a investigação científica como práxis, ou seja, um encontro indissociável entre teoria e prática em um processo de ação-reflexão e ação permanente para a resolução de problemas das comunidades, e na geração de conhecimentos como um trabalho coletivo, no qual as relações entre os grupos sociais envolvidos são horizontais.

Para visualizar de forma mais sistematizada o dinâmico processo social da história da Comunidade de Vereda Funda, que permanece no imaginário dos moradores anteriormente à ocupação do seu espaço pela monocultura de eucalipto, recorreu-se ao modelo de Cosmografia, cunhado por Paul Little, (LITTLE, 2002). A Cosmografia, no estudo em tela, consistiu na utilização da abordagem territorial para investigar a relação da comunidade com seu território, a partir da captação de como se estabelecem os vínculos afetivos, os regimes de propriedade, a história de ocupação e o uso social do território.

O texto foi organizado em quatro capítulos. No primeiro, encontra-se por detrás da análise histórica sobre as *plantations* e apropriação territorial no Brasil e no Norte de Minas, a categoria *Divisão do Trabalho*. Neste capítulo é feito um levantamento do histórico inicial da produção agro-exportadora brasileira com o objetivo de fazer a conexão entre a monocultura do eucalipto no Norte de Minas e a inserção do Brasil na economia externa, mostrando que a atividade é parte de um circuito da economia mundial, dominado pelo capital.

Na seqüência da cadeia produtiva, o segundo capítulo trata do principal subproduto do eucalipto: a produção de carvão vegetal cuja finalidade é atender demanda energética do setor siderúrgico. A análise do complexo florestal industrial - CFI, sua importância na economia brasileira em termos de produção e divisas para o país, permite enxergar as possíveis razões da imbricação do Estado com o incentivo/financiamento às empresas de reflorestamento. Nesta parte são elencadas algumas informações a respeito da contribuição do complexo na geração de emprego, na renda e na arrecadação tributária, além de alguns indicadores de desenvolvimento de Rio Pardo de Minas, município em que se encontra a comunidade de Vereda Funda. Tais indicadores são analisados com base na alteridade, na comparação com o outro – o estado de Minas e o Brasil.

Nos terceiro e quarto capítulos adentramos no território de Vereda Funda e dos lavradores que a compõem. A denominação, lavradores, para referir-se aos moradores da comunidade, foi adotada por ser a forma pela qual eles se auto-identificam, esta denominação, com as devidas ponderações, aproximar-se-ia do que teórica e politicamente é identificado como camponês. O capítulo três trata das várias dimensões e dos itens que compõem o perfil sócio-econômico da comunidade, tendo como parâmetro as dimensões social, ambiental, cultural, política e econômica. Neste capítulo, faz-se uma descrição da história da comunidade até a chegada da monocultura do eucalipto e seus impactos imediatos. No quarto e último capítulo, intenta-se analisar os dados referentes à dimensão sócio-econômica da comunidade, mais de duas décadas após a implantação da monocultura, assim como o projeto de desenvolvimento construído por ela com o objetivo de reconquistar e recuperar as terras que foram degradadas pela monocultura, e reativar a dinâmica sócio-econômica em contraponto ao projeto de expansão da eucaliptocultura pelo Complexo Florestal Industrial e pelo Estado. Por fim, são apresentadas as considerações finais e conclusões do trabalho.

CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO NORTE DE MINAS SOB O PRISMA DA MONOCULTURA

Neste capítulo a monocultura para exportação – plantation - é descrita como o vetor de colonização inicial do Brasil até se apresentar na nova roupagem de “reflorestamento” de eucalipto para a produção de carvão visando ao mercado interno e externo de produção de ferro e aço.

O capítulo encontra-se organizado em três seções. Na primeira parte é apresentada a *plantation* açucareira do Brasil colonial e a forma que se transformou em uma estratégia de ocupação da colônia por Portugal a partir do litoral, até a alcançar o sertão pelas fazendas de gado, forma de apropriação inicial da região Norte de Minas, que é o território central para este trabalho. A partir da forma de ocupação da região Norte de Minas e as dinâmicas instaladas com a passagem do ciclo da cana-de-açúcar para a era aurífera, a segunda seção trata do principal elemento socioeconômico Norte Mineiro, a criação de gado, e as transformações regionais. A última seção trata das transformações mais recentes que mudaram substancialmente o cenário regional e a forma de vida da população local com os grandes projetos e o “reflorestamento”⁴, cujo desflorestamento para sua implantação teve como consequência imediata a desestruturação de um modo de vida secularmente construído em co-evolução com a natureza.

1.1 OCUPAÇÃO TERRITORIAL E *PLANTATION* AÇUCAREIRA NO BRASIL

A monocultura moldou significativamente a economia, a sociedade e a natureza ao longo da história do Brasil. Vinculada à ocupação do território brasileiro desde os primórdios da colonização portuguesa, a produção monocultora representou os interesses do Estado absolutista português, principalmente em seus aspectos econômicos na produção de gêneros tropicais e de domínio sobre o novo território anexado.

O sentido da colônia brasileira é descrito por Caio Prado Júnior como sendo:

destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão e o ouro (...) A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. (PRADO JR, 1942, p.119).

⁴ Reflorestamento é um termo considerado inadequado, pelo fato da principal característica de uma floresta ser

Em sua análise sobre a formação econômica do Brasil, Celso Furtado afirma que:

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma conseqüência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias (...) Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. (FURTADO, 2000, p.4)

A monocultura da cana-de-açúcar e seu sistema de produção foram a base pela qual se deu a colonização do Brasil, forma esta que apresentou resultados eficazes tanto econômica como politicamente. Furtado (2000:11) considerou magníficos os resultados financeiros da colonização agrícola do Brasil. Para o autor, o início da exploração agrícola das terras brasileiras foi um acontecimento de enorme importância na história americana, pois a América passou a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais, nela se aplicaram para criar de forma permanente o fluxo de bens destinados ao mercado Europeu.

Ainda segundo o mesmo autor, no século XVI, não havia produto agrícola que fosse objeto de comércio em grande escala na Europa, sendo o sucesso da pioneira empresa agrícola do açúcar devido a alguns fatores como: (a) a experiência dos portugueses – obtida nas ilhas do atlântico, com a técnica de produção; (b) ao domínio pelos mesmos do mercado africano de escravos; e (c) à parceria com os flamengos que tinham experiência comercial, pois aplicaram capital e financiaram o refino, a comercialização e as instalações produtivas no Brasil. Segundo Furtado, “o êxito da grande empresa agrícola no século XVI – única na época – constituiu, portanto, a razão de ser da continuidade da presença dos Portugueses em uma grande extensão das terras Americanas” (FURTADO, 2000, p.9).

Como produção pioneira destinada à exportação, a cana-de-açúcar consolidou-se por meio do sistema de *plantation*⁵. Este sistema inicialmente constituiu-se baseado em três elementos: a monocultura, o latifúndio e a força-de-trabalho escrava. A produção açucareira destinava-se ao consumo europeu que detinha o monopólio do comércio da produção da colônia brasileira. Geralmente, as *plantations* aconteceram nas zonas costeiras ou próximas à costa. O trabalho escravo dos africanos foi um elemento fundamental desse sistema, porém,

⁵ Grande exploração agrícola monocultora, que engloba desde atividades de cultivo e beneficiamento às explorações escravistas coloniais no continente americano (sobretudo Brasil, Antilhas e EUA), cuja produção de gêneros tropicais (algodão, fumo, café, açúcar, etc.) objetivava exportação. Esse tipo de cultura foi criado pelos Portugueses no século XV e aplicado nos engenhos de açúcar nas ilhas de São Tomé, para onde eram mandados os judeus condenados pela inquisição. (SANDRONI: 2004)

inicialmente, os indígenas foram utilizados e também tiveram participação considerável no processo. (SCHWARTZ, 1999).

Um elemento indispensável para a implantação da empresa do açúcar foi a disponibilidade de grandes extensões de terra. Para Sérgio Buarque de Holanda

A grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável (HOLANDA, 1995, p.49).

As formas de apropriação e uso da terra são fatores importantes para a compreensão de todo o processo da *plantation*. Entender como se deu a ocupação do território brasileiro é também importante para entender, em particular, como aconteceu e se consolidou a concentração da terra associada à monocultura para exportação, além da concentração de riqueza de modo geral.

A partir de 1530 é implantado na colônia brasileira o sistema de capitânicas hereditárias⁶, com o qual a metrópole intentava colonizar as terras sem ônus financeiro, por meio de parceria com empreendedores privados. O sistema de capitânicas hereditárias foi substituído pelo de sesmarias, paralelamente à criação do governo Geral em 1548.

O sistema de sesmarias⁷ - implantado na colônia brasileira - em que as terras eram distribuídas a quem as solicitasse, desde que apresentasse posses e condições para ocupá-las e explorá-las, teve em Portugal, a finalidade de distribuir terra e inviabilizar a existência de terras não produtivas. No Brasil, porém, teve conseqüências opostas, pois originou os imensos latifúndios e a ocupação incontrolável de terras devolutas⁸. Este sistema foi extinto em julho

⁶ O sistema de capitânicas hereditárias emerge como saída viável e barata de apressar a instalação nas terras do Brasil. Garantir a posse de vários pontos da costa foi o objetivo primeiro deste sistema, onde é estabelecida uma relação em que o rei e o donatário, em que este é definido como ocupante da terra por graça real, terra que não sai do domínio do soberano (...) os donatários eram todos membros da pequena nobreza, militares ou funcionários envolvidos com negócios ultramarinos. O destino das doze capitânicas hereditárias instaladas foi bastante diversificado, metade dos doze donatários jamais pisou em suas possessões (MORAES:2000)

⁷ Segundo Lígia Silva "O instituto das sesmarias foi criado em Portugal, nos fins do séc. XV, para solucionar uma crise de abastecimento(...) O objetivo básico da legislação era acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob perda do domínio. Aquele senhorio que não cultivasse nem desse em arrendamento suas terras perdia o direito a elas, e as terras devolutas (devolvidas ao senhor de origem, à coroa) eram distribuídas a outrem para que as lavrassem e aproveitassem e fosse respeitado, assim, o interesse coletivo." (SILVA: 1996).

⁸ "Na acepção estrita do termo, as terras devolutas na colônia seriam aquelas que doadas de sesmarias e não aproveitadas retornavam à coroa. Com o passar do tempo, as cartas de doação passaram a chamar toda a e qualquer terra desocupada, não aproveitada, vaga, de devoluta; assim consagrou-se no linguajar oficial e extra-oficial, devoluto como sinônimo de vago." (SILVA: 1996).

de 1822. Todavia, o mercado de terras no Brasil se desenvolveu com a lei terras de 1850, que tornou a terra objeto de compra e venda.

Lígia Osório Silva constata sobre a distribuição de terras no período colonial que:

As terras coloniais no processo de sesmarias, que sucederam as capitânicas hereditárias, também não foram cedidas a particulares, pois o solo colonial pertencia à Coroa Portuguesa, as terras eram dadas com a condição de serem aproveitadas num certo espaço de tempo (...) No que tange ao estatuto do solo colonial, o importante para os desdobramentos que a questão da terra veio a sofrer no império e na república é observar que mesmo no regime das capitânicas hereditárias a coroa Portuguesa não cedeu aos particulares o domínio sobre as terras coloniais (SILVA, 1996, p.30).

Assim como as sesmarias, a “data da terra” foi de origem portuguesa e segundo Diégues Jr., representava a pequena propriedade. Distingua-se da sesmaria pelo tamanho⁹ que lhe era atribuído. “Não se chocavam, de certo, os dois regimes, muito embora a prevalência de um – o das sesmarias – sobre o outro, o que tornou este menos comum no Brasil” (DIEGUES JR. 1959).

É bem complexa a forma de ocupação do território brasileiro. Para o entendimento desta forma de ocupação, não basta apenas compreender como se desenvolveram as capitânicas hereditárias e as sesmarias, uma vez que o vasto território brasileiro dificultava seu controle por parte da coroa portuguesa. O fenômeno da posse¹⁰ também é elemento importante para a análise da ocupação do território. De acordo com Lígia Silva,

do ponto de vista da apropriação territorial, o efeito mais importante das transformações ocorridas na colônia durante o século XVIII foi a disseminação de outra forma de apropriação(...) que já existia desde os primórdios da colonização, e que era a posse pura e simples. (SILVA, 1996, p.337).

Para Passos Guimarães foram os posseiros que aceleraram o processo de eliminação do sistema de sesmarias pela Coroa portuguesa. Com os posseiros:

⁹ Segundo Diégues, as sesmarias tinham diferentes tamanhos, não havia norma rígida. Enquanto a “data da terra” expressa-se por apenas um quarto de légua em quadra, o que em hectares significa 272 hectares. Já a sesmaria de uma légua, ou de três léguas, representa uma superfície total que varia, em números redondos entre 10 mil e 13 mil hectares.

¹⁰ Posseiro, para autora: “*não se refere apenas (nem principalmente) ao pequeno lavrador sem recursos. Posseiros foram grandes fazendeiros do café, do algodão, da maniçoba, do cacau, os criadores de gado etc.*” (SILVA, 1996:337)

surge uma nova fase na vida agrária brasileira, pois a sua luta por novas formas de apropriação da terra foi que tornou possível, mais tarde, o desenvolvimento de dois novos tipos menores de propriedade rural: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa.(GUIMARÃES, 1989, p.59).

O Engenho de cana-de-açúcar é considerado o primeiro tipo de domínio latifundiário associado à monocultura. Para Guimarães (1989), a Fazenda é o segundo tipo de domínio latifundiário e ambos tiveram origem na política de colonização da Coroa Portuguesa que se modifica com a descoberta de metais preciosos, pois controlar o fluxo dos metais preciosos no território brasileiro passou a ser o grande objetivo da Coroa na colônia.

A colonização do Brasil, que se deu inicialmente sob a forma de capitâneas hereditárias, consolida-se a partir de grandes propriedades dedicadas à monocultura da cana-de-açúcar. A origem da prática e da mentalidade monocultora, que até a atualidade existe nos grandes Projetos e Programas de Governo e do capital privado, reflete, em grande parte, as forças políticas configuradas no processo de formação do país.

1.2 PLANTATION E APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO NORTE DE MINAS

Além das grandes lavouras para exportação, existem outras formas de produção que compõem o histórico da vida brasileira, conforme nos apresenta Caio Prado Jr.

Ao contrário da cana de açúcar, onde encontramos a exploração em larga escala, neste setor são outras formas e tipos de organização que vamos observar. Eles são, aliás, variáveis. Encontramos a produção de gêneros de consumo, em primeiro lugar, incluída no próprio domínio da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas (PRADO Jr., 1982, p.43).

O imenso território do Brasil foi ocupado a partir de diferentes processos e regiões. Se a zona costeira brasileira foi ocupada a partir de São Vicente-SP e Salvador-BA, o interior do Brasil foi ocupado por bandeirantes e pelos criadores de gado. Segundo Otávio Velho:

A criação de gado no Brasil a princípio estava inteiramente ligada a *plantation* da cana de açúcar. Mas com o tempo a expansão das culturas levou a uma separação física: a criação foi forçada para terras menos férteis do interior e foi responsável por boa parte da “conquista” do *hinter-land* (VELHO, 1979, p.115).

A criação de gado, conforme relatado por Otávio Velho, reflete o processo de ocupação inicial do Norte de Minas Gerais, que foi parte da capitania da Bahia e de Pernambuco, centrais em relação à cana de açúcar.

Caio Prado Júnior ao retratar a pecuária colonial descreve o seguinte:

Vejamos a segunda zona da pecuária colonial: Minas Gerais. O setor norte desta capitania se inclui, como afirmei, nos sertões que acabamos de ver mais acima; atenuam-se nele os caracteres extremos estes últimos: não se verificam aí secas propriamente, mas somente um baixo índice de pluviosidade. Mas a vegetação é semelhante e a topografia também. E o que sobretudo identifica estas regiões, “os gêneros de vida humana”, são iguais em ambas estas regiões. Aliás, esta parte de Minas é, geográfica e historicamente, um prolongamento da Bahia. Foi povoada pelas fazendas de gado que subiram no séc. XVII as margens do São Francisco, alcançando já nesta fase o seu afluente rio das Velhas. E muito antes de se formar o que seria Minas Gerais, cujo contingente maior e característico de povoadores viria do sul, o norte já se achava ocupado pelos baianos (PRADO JR., 1992, p.197).

É quase consenso entre os autores que estudam o Norte de Minas, que a região foi ocupada a partir da expansão nordestina dos criatórios de gado e pelas bandeiras paulistas.

Segundo Pires, ao tratar dos currais de gado do São Francisco e dos domínios de Antônio Guedes de Brito, o segundo maior latifúndio do Brasil, que englobava “desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas” (ANTONIL apud PIRES, 1979). O autor concluiu que:

inegavelmente, a primeira região mineira a ser povoada foi a do Norte de Minas através dos currais de gado do São Francisco e do rio Verde. Em uma visão mais ampla cumpre acentuar que todo o lado direito do Rio São Francisco pertencia à província da Bahia e o lado esquerdo à província de Pernambuco (...) Muitas léguas de terras foram conseguidas, apenas, segundo o costume da época, com gasto de tinta e papel, ao lado do merecimento e da capacidade financeira, para a construção de engenhos, currais de gado e abertura de roças. Outras foram obtidas por compra e herança (Pires, 1979, p.46).

Em parte dessas cento e sessenta léguas a que Antonil se refere, sob o domínio de Antônio Guedes de Brito, é que se encontra, hoje, a região Norte de Minas.

Para Oliveira,

a ocupação efetiva da região só se deu na segunda metade do século XVII, quando aqui se encontraram as correntes de povoamento vindas, pelo norte, fruto das expansões dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco e, pelo sul, das bandeiras paulistas (...) no século XVII, registram-se as primeiras doações de grandes sesmarias, a margem direita do Rio São Francisco fica com Garcia Ávila (casa da torre) e a esquerda com Antônio Guedes de Brito (casa da ponte). Mas são os primeiros bandeirantes paulistas que fundam as primeiras povoações, as atuais Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí, todas às margens do Rio São Francisco, eixo econômico da região (OLIVEIRA, 1996, p.78).

Segundo Almeida Costa, a ocupação do sertão Norte Mineiro se deu através da Bahia. “A bandeira de Mathias Cardoso de Almeida foi responsável pela ocupação do curso médio do rio São Francisco e pela fundação dos chamados currais da Bahia, hoje, Norte de Minas”.(COSTA, 2003, p.223).

Stralen (1980:35) afirma que no Norte de Minas o processo de ocupação formou o que ele chama de "binômio latifúndio-minifúndio". Ele explica que da mesma forma que se encontram grandes propriedades, muitas vezes pouco exploradas, encontram-se pequenas áreas, muito exploradas, com uso de força de trabalho familiar.

Apesar de todos os elementos geopolíticos que discriminam a região Norte mineira, um elemento central para a formação da região, como apontado anteriormente por Prado Jr., é o aspecto humano, o homem e a mulher do Norte de Minas e suas peculiaridades.

A ocupação considerada “oficial” do norte de Minas é a realizada pelos colonizadores de origem portuguesa. Porém, havia vida e uma dinâmica própria da região, anterior ao surgimento desses ocupantes, que não foram os primeiros habitantes, pois, muito antes, já havia populações indígenas que conviviam secularmente na região. Segundo Ricardo Ribeiro:

No sertão Mineiro, se configurou uma sociedade nem indígena, nem bandeirante, mas herdeira de muitas das suas tradições, onde se consolidou, durante o século XVIII, as bases do patrimônio cultural sertanejo, ainda muito vivo nos dias atuais. A presença dos colonizadores de origem européia, junto com seus escravos africanos, representou uma profunda transformação desta região, onde se destacam a introdução de duas novas atividades econômicas, a mineração e a criação de gado, que se somaram e alteraram outras formas de apropriação do mundo natural já praticadas há milhares de anos (coleta, caça, pesca e agricultura) (RIBEIRO, 2000, p.5)¹¹.

Outro aspecto da ocupação da região pelos não-brancos foi tratado por Almeida Costa:

O território baiano, nos primórdios de sua ocupação por populações não-indígenas foi o locus privilegiado para onde correu uma imensa quantidade de negros que, vindo escravizados da África, buscavam um lugar de liberdade no qual pudessem organizar sua própria vida. Nesse espaço não-estruturado da colônia, os negros articularam-se com sociedades indígenas aí então existentes e construíram uma territorialidade e um espaço social não branco. Quando da frente de expansão da economia nordestina no século XVII, essa população empreendeu lutas armadas, resistindo à ocupação de seu território, sendo, entretanto vencida pelos grupos bandeirantes a serviço dos nordestinos, principalmente bandeiras paulistas que prearam índios, expulsaram e exterminaram diversas sociedades indígenas e vários quilombos (COSTA, 2002, p.58).

¹¹ IN:LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (orgs.). Cerrado e desenvolvimento tradição e atualidade.

O processo histórico, desde o colonialismo, de certa forma isolou a região como destaca Gonçalves: “a coroa portuguesa tomou cuidados tentando evitar que a ocupação/povoamento ganhasse o interior da colônia-Brasil e, assim, aumentasse as distâncias do litoral dificultando o controle político e administrativo por parte da metrópole” (GONÇALVES, 2000, p.19)¹².

CARDOSO (2000), ao tratar do isolamento imposto ao Norte de Minas pela Coroa, considera que, como a coroa não conseguia controlar uma área tão vasta resolveu isolá-la por meio de uma série de restrições comerciais, desde 1701. Porém, devido ao acesso via Rio São Francisco este isolamento não foi completo. Contudo, depois fora reforçado pelo estabelecimento de novas rotas comerciais que facilitaram o acesso de Minas com outras regiões.

Uma série de fatores impediu que tal isolamento fosse implementado em sua plenitude. Pois, pelo rio São Francisco as mercadorias chegavam mais facilmente à região, seguindo daí para abastecer as minas, enquanto centros como São Paulo e Rio de Janeiro não tinham como realizar tal abastecimento de forma eficiente (...) A partir destas restrições comerciais impostas pela coroa à região deram origem a um processo de relativo isolamento que se estenderia até meados do século XX (...) tal isolamento foi um fator que influenciou bastante na determinação de algumas características econômicas, sociais e políticas que a região veio a evidenciar no futuro (CARDOSO, 2000, p.192).

Conforme nos apresentou Cardoso, o considerado isolamento relativo contribuiu para a formatação da região que desenvolveu características sócio-culturais específicas.

Diegues Jr. em seus estudos sobre regiões culturais considera como região:

O conjunto ecológico de pessoas aproximadas pela unidade das relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São, portanto as regiões espaços territoriais definidos por certas características, que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional (DIEGUES JR, 1960, p. 22).

Ao pensar o Brasil como regiões culturais, Diegues considera que estas se constituíram em decorrência do sistema de ocupação humana do português ao adaptar-se a cada ambiente. Ele aplica ao Brasil um conceito de região cultural baseado nas relações entre o meio físico (geografia) e as condições econômicas (a economia) que os habitantes

¹² IDEM

desenvolveram por meio do processo de ocupação humana do território. Esta é uma forma onde é possível compreender o processo de formação do território Norte-mineiro.

A dinâmica de colonização do Brasil que modelou a forma de colonização do Norte de Minas fez com que a região passasse paralelamente¹³ aos fluxos econômicos e políticos pelos quais passou o Brasil, sem muitas intervenções territoriais por parte do Estado, pelo menos até meados do século XX.

Geralmente, ao se caracterizar a região norte de Minas, é feita associação com isolamento, distância e imobilidade. Dever-se-á ponderar essa associação automática. O considerado isolamento, como vimos anteriormente, se dá em relação aos movimentos econômicos hegemônicos. Da mesma forma, a distância é em relação aos centros políticos e econômicos do país. No que se refere à imobilidade, há que considerar para onde se desejaria que a região se movimentasse e para quê. Um olhar de dentro para fora enxergaria toda uma dinâmica regional que se desenvolveu paralelamente ao modo de ser hegemônico no país, diferente do padrão mineiro. Segundo Diegues, em cada região existe um elemento ou aspecto, de modo geral, uma atividade que caracteriza a vida regional, que reúne ou centraliza as condições gerais da região, e que o autor denomina de *focal point*¹⁴. O *focal point* da formação da região Norte de Minas foi a atividade pastoril, a criação de gado.

Ribeiro considera que:

Os vários usos sertanejos dos diversos ecossistemas daquela região também alteraram sua paisagem tanto quanto permitiram a constituição de uma sociedade de características próprias. Essa interação entre sociedade e o meio ambiente está presente nas principais atividades econômicas com a configuração de uma agricultura e pecuária típicas, permitindo a formação de grandes fazendas no sertão. Mas está presente também nas atividades extrativas, como caça, pesca, coleta de frutos, raízes, etc, que asseguravam a reprodução de parte da população pobre, livrando-a das imposições da venda de sua força de trabalho (RIBEIRO, 1997, p.31).

Ao analisar em 1975 a transformação agrária no Norte de Minas Gerais, Ives Gervaise descreve a permanência de uma criação tradicional e destaca a existência de aspectos da pecuária regional: o aspecto autárquico, extensivo e de pouca “densidade” econômica, com espaço ilimitado e recursos reduzidos. Classificou a pecuária da região como do tipo nordestino.

¹³ paralelamente, no sentido de ter sua própria dinâmica, com certa autonomia.

¹⁴ para o autor, encontramos em cada região brasileira, como representando o seu espírito ou a sua formação, ou mais exatamente a base essencial sobre que se projetou o desenvolvimento da vida regional; um sentido de unidade, sob certo aspecto, sem prejuízo da diversidade.

Inicialmente, constituído por uma economia açucareira em expansão (metade do século XVII), esse mercado seria rapidamente substituído, no que concerne à região que nos interessa, pelas zonas de mineração do ouro. (...) O isolamento, a distância e a estagnação das minas desde a segunda metade do século XVIII, reduzindo a rentabilidade da criação bovina, acentuaram o seu aspecto autárquico. Isso não provocou o seu desaparecimento nem mesmo modificou o seu ritmo interno de crescimento, mas impediu qualquer transformação do processo criador que permaneceu mais um modo de viver que uma verdadeira atividade econômica. Enfim, a permanência do isolamento, o afastamento em relação aos grandes centros consumidores e exportadores explicaram o fato de que, no século XIX, essa região não tenha participado do processo de renovação da pecuária, que caracterizou, por exemplo, as regiões gaúchas sob a influência das técnicas argentinas. Assim a pecuária conservou técnicas que podem ser classificadas de “nordestinas” (GERVAISE, 1975, p.55).

A pecuária é tida como elemento fundamental e estimulador da ocupação do sertão. A análise de Gervaise (1975) sobre como a atividade pastoril manteve suas características tradicionais ajuda na compreensão do panorama da região e do povo que nela se formou. Uma forma de vida que tem como uma de suas bases de sustentação a criação de gado que, conforme o autor, foi iniciada de uma forma auto-sustentável, autônoma.

Segundo Rodrigues (2000), a criação de gado foi um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira. A pecuária teve facilidade de expandir-se no sertão devido às pastagens naturais e aos terrenos salinos e fazia parte de um sistema que concentrava renda e poder político. Para a autora:

Os grandes fazendeiros fizeram fortuna em terras e em gado. Além disso, foram detentores de grande poder político que se exercia com base na posse ou na propriedade da terra (...) Na pecuária, a expansão era um processo endógeno, resultante do aumento vegetativo da produção animal. Quando a procura de gado na região litorânea decrescia, incrementavam-se as atividades de subsistência nas zonas de pecuária. Não havendo ocupação adequada na região açucareira para toda força de trabalho livre, parte desta, era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Ao transferir-se população da atividade açucareira para a de criação nas etapas de depressão, intensificava-se a conversão da pecuária em economia de subsistência (RODRIGUES, 2000, p.16).

Segundo a mesma autora, esse sistema sofreu modificações no século XIX e na segunda metade do século XX. As mudanças do século XIX tiveram como consequência a expansão das atividades produtivas destinadas ao mercado interno. Rodrigues (2000) elenca três fatores que originaram essas mudanças: (a) solicitação de novos produtos pelo mercado internacional – o algodão e o couro; (b) melhoria das vias de escoamento da produção; e (c) crescimento demográfico.

No século XX, a expansão das ferrovias e a abertura das rodovias originaram várias transformações devido à diminuição das distâncias, à movimentação populacional, e às novas possibilidades de comércio. Porém, a grande mudança, que será tratada na próxima seção, ocorreria a partir da década de 1960.

1.3 EXPANSÃO DO CAPITAL E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO NORTE DE MINAS A PARTIR DOS ANOS 1970

O processo de expansão do capital alcançou o território Norte-mineiro na segunda metade do século XX e não dispensou o elemento essencial para a instalação efetiva da lógica do capital, o domínio pelo capitalista dos fatores de produção. Como descreve Marx, ainda no século XIX.

Viu-se: a expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a base do modo de produção capitalista. (...) O segredo descoberto no novo mundo pela economia do velho mundo e proclamando bem alto: o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exige o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador (MARX, cap. XXV, p. 297 e p.302).

Cardoso (2000) levanta um aspecto interessante ao descrever o interesse por aquisição de terras nas proximidades da linha férrea que vinha de Belo Horizonte em direção à Bahia. Ele descreve que a aquisição de terras foi feita por compradores externos à região que visavam a ganhos futuros:

Com a expansão ferroviária na direção de Montes Claros, a economia das localidades próximas ao rio São Francisco perde o ritmo e as áreas que margeavam a ferrovia que se expandia em direção à Bahia ganharam força econômica (...) No caso específico do Norte de Minas, além dessas vantagens, os investidores tinham, especialmente a partir da década de 1960, a possibilidade de desfrutar de incentivos fiscais e créditos proporcionados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões territoriais, ligados à atividade agropecuária e de reflorestamentos. Por isso mesmo não só na área das invernadas, mas na região Norte-mineira como um todo, as excelentes oportunidades de investimentos representadas pela aquisição de terras, fez com que a demanda pelas mesmas se aquecesse. O desencadeamento desse processo contribuiu sensivelmente para alterar a realidade econômica e social Norte-mineira. E contribuiu para provocar, por exemplo, o assalariamento da mão-de-obra preexistente bem como sua expulsão para centros urbanos próximos, onde permaneciam à disposição do capital a baixos preços, ou para áreas rurais mais afastadas e menos férteis, onde passavam a explorar culturas de subsistência (CARDOSO, 2000, p.228).

A expansão das relações capitalistas na região Norte de Minas vista como modernização da região é direcionada no sentido de voltar à produção para o mercado, num processo de transformação que levaria, entre outras coisas, à expulsão das populações do campo e geração de trabalho assalariado. O apoio governamental foi essencial nesse processo garantindo principalmente incentivos fiscais e financeiros que orientavam os investimentos para empreendimentos de natureza capitalista.

A intervenção do Estado foi uma ação determinada a alterar o quadro regional. O Estado tinha uma compreensão, naquele momento, bastante conveniente, dessa região como vazio econômico, demográfico e civilizacional. Fábula esta construída, como vimos, a partir do isolamento, desde os idos do Brasil colônia quando, conforme Mata Machado, o sertão do São Francisco dominava economicamente as trocas com a zona mineradora. Também foi utilizado como justificativa para a intervenção, o fato de a região ser considerada um espaço de pobreza.

Rodrigues, ao falar sobre a forma de vida que se estabeleceu no Norte de Minas descreve que:

a sociedade que emergiu no Norte de Minas, cujo povoamento deu-se com base na pecuária extensiva, tinha como traços característicos a dispersão espacial e total dependência dos pequenos agricultores com respeito aos proprietários de terras. Dessa maneira, a margem de que se dispunham esses agricultores para acumular era nula. Assim, a situação social era reproduzida de forma simples” (RODRIGUES, 2000, p.118).

Ignorando essa forma de viver construída na região, a partir de uma lógica própria e uma relação específica com a natureza, em que a acumulação não era tida como o objetivo central da vida, estruturou-se uma intervenção que realmente impactou o modo *vivendis*, ação esta capitaneada pela SUDENE¹⁵.

O desenvolvimento que se viabilizou na região, via SUDENE desde o final dos anos sessenta, foi a partir de uma articulação entre o Estado capitalista ‘moderno’ (que raciocinava e raciocina com base em valores eurocentristas da modernidade capitalista) e esta elite arcaica. Neste pensamento capitalista moderno, oriundo dos etnoecossistemas centrais, a natureza é algo que deve ser dominado, controlado para satisfazer as necessidades do progresso humano. Trata-se, então de erradicar e corrigir os impedimentos que esta natureza coloca, e adaptá-la à concepção humana utilitarista e às suas atividades modernas, que ao final devem propiciar o atingimento da meta final: a acumulação de capital (...) Da mesma forma, o povo do lugar – constituído em sua maioria de famílias camponesas sertanejas - não é levado em conta nesta estratégia de desenvolvimento (SILVA, 2000, p.297).

¹⁵ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – autarquia criada em 1959 pelo governo Federal com o objetivo de Desenvolver o Nordeste do Brasil , coordenando a ação do governo federal e administrando os recursos transferidos para a região. Segundo CARDOSO (2000) “o polígono das secas de Minas gerais , área de atuação da SUDENE.

As ações implementadas pelo Estado tinham caráter estrutural, por meio de projetos de desenvolvimento especiais ou sociais com o objetivo de intensificar a capitalização no campo.

Em relação à criação da SUDENE, CARDOSO (2000) relata que:

A criação da SUDENE, autarquia que deveria realizar a política de fomento da região nordestina, se tornou realidade em 15 de Dezembro de 1959, através da lei 3.692, regulamentada pelo decreto nº 47.890/60. A autarquia teria como área de atuação os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, além do polígono das secas de Minas Gerais. Seus instrumentos de ação deveriam ser por lei consubstanciados em planos diretores, aos quais os planos de ação de todos os órgãos federais atuantes no nordeste seriam necessariamente submetidos (CARDOSO, 2000, p.217).

A partir da década de 1970 são elaborados os planos de desenvolvimento regional e agrícola que partiam de um diagnóstico de desequilíbrios econômicos regionais e da intervenção estatal para sanear estas mazelas através de instrumentos econômico-financeiros que iriam aspergir capital na região.

Com a crítica à concentração de investimentos numa área, que resultou no aumento das disparidades econômicas e sociais intrarregionais, surgiram os programas de “caráter social” e integrador dentro dos quais podemos citar o PLANONOROESTE II, que atingia o Norte de Minas, O MG-II e o POLOCENTRO para os cerrados. Estes programas se caracterizavam por sua ênfase produtivista.

Sobre a concepção original PLANONOROESTE II Ribeiro conclui:

Podemos observar então, que a característica dos programas de desenvolvimento da vamos dizer, primeira geração, é a exclusão dos setores menos capitalizados da atividade econômica. O Estado intervém para modernizar, introduzindo rodovias, redes de luz, projetos de irrigação, etc. Sua ação é orientada para empresários de capacidade gerencial reconhecida e os possíveis resultados sociais danosos desta intervenção são remediados com ações paliativas e descoordenadas. Para os excluídos da massa maior de benefícios projetados, serão oferecidas escolas, ambulatórios, etc. que dentro dos objetivos definidos tem caráter periférico.

No que diz respeito ao atendimento a produtores não há qualquer proposição de atendimento diferenciado ou de intervenções mais sofisticadas além do clássico esquema EMATER. Assim, podemos concluir, que neste momento inicial de formulação de políticas, o público do programa é concebido como uma totalidade homogênea. O Estado e o mercado (este estimulado por aquele) cumpririam a função de promover o desenvolvimento regional "(RIBEIRO, 1988, p.38).

RODRIGUES (2000) ao tratar do desenvolvimento do capitalismo no Norte de Minas descreve os alvos centrais das políticas implementadas pelo Estado por meio da SUDENE e CODEVASF:

Os principais pontos da política para dinamizar a economia do Norte de Minas pela SUDENE e CODEVASF, consistiram no programa de incentivos fiscais e financeiros. O Estado centrou seus incentivos em quatro eixos principais para induzir o crescimento econômico no norte de Minas: (a) grandes projetos agropecuários; (b) Industrialização; (c) reflorestamento; (d) projetos de irrigação (RODRIGUES, 2000, p.123).

A monocultura de eucalipto se desenvolveu basicamente com interesse no fornecimento de matéria-prima para a indústria siderúrgica mineira, também sob forte investimento federal. Segundo Oliveira (1996:116), o reflorestamento, juntamente com a expansão da pecuária extensiva, podem ser considerados os grandes pivôs da eliminação da pequena propriedade Norte-mineira em vista da utilização das terras, antes destinadas à agricultura de subsistência e as chamadas "terras livres", para reflorestamento e pastagem.

Eliminação atualmente contestável. segundo dados do IBGE¹⁶, com base no Censo agropecuário 1995/1996 o Norte de Minas tem o maior percentual de participação no pessoal ocupado em Minas Gerais pela agricultura familiar¹⁷ em relação às outras regiões do estado: 80% do pessoal é ocupado na agricultura familiar e 20% na agricultura patronal.

As terras utilizadas para a implantação da monocultura do eucalipto foram conseguidas principalmente por meio de três modalidades: a venda de terras públicas para particulares; a concessão de uso por meio de contratos entre o Estado e particulares; e a compra e venda de terras entre particulares.

As áreas cedidas pelo Estado para empresas de reflorestamento, segundo a RURALMINAS¹⁸ somam 240.000 hectares disponibilizados para 18 empresas através de 92 contratos de arrendamento que se deram conforme descrito abaixo:

¹⁶ Fonte: Censo agropecuário 1995/1996, IBGE. Convênio INCRA/FAO.

¹⁷ O termo agricultura familiar é uma forma genérica utilizada para designar uma variedade de categorias, como por exemplo: pequeno produtor, lavrador, camponês, produtor de subsistência, entre outros. Esta denominação traz consigo algumas polêmicas. Abramovay não considera adequada a associação entre pequeno produtor, camponês e outras categorias semelhantes com agricultura familiar. O PRONAF, programa nacional da agricultura familiar considera agricultor familiar. Para maior esclarecimento sobre a questão há uma vasta bibliografia. Consultar: Baiardi (1999); Abramovay (1992); Sorj & Wilkinson (1983).

¹⁸ Fundação rural mineira de colonização e desenvolvimento agrário – órgão do governo do estado de Minas Gerais.

Os distritos florestais surgiram na década de setenta, quando o governo federal incentivou a implantação de projetos de reflorestamento. Para ter acesso aos recursos, as empresas eram obrigadas a entrar com a terra, cuja posse deveria estar devidamente comprovada. O grande entrave era o fato de que, segundo a Ruralminas, nenhuma empresa possuía documento comprovando a posse dos terrenos que seriam devolutos. Sendo assim, pertenceriam ao governo do Estado, o dono de todas as áreas que não estão em nome de particulares. Para evitar que o projeto fosse por água a baixo, o Estado entrou como parceiro, cedendo as áreas para as empresas que, em troca, pagariam uma taxa anual à Ruralminas – como aluguel pelo direito de uso (Jornal Estado de Minas 23/10/2000).

Depois da aquisição, do arrendamento ou da anexação das terras, iniciou-se a implementação do maciço de eucalipto, sendo realizada a derrubada da vegetação nativa por meio do correntão¹⁹ e em seguida o amontoamento da madeira e o ateamento de fogo. Segundo um dos moradores “queimaram muita madeira de lei, madeira boa foi tudo queimado. Foi desmatado com correntão; fizeram o desmate com correntão e plantou”.

Assim foi implementada a monocultura de eucalipto na região. Guardando a devida proporção, como as diferenças históricas a etapa do desenvolvimento do capitalismo, pode ser considerada uma variação moderna de *plantation*, pois consiste numa grande exploração agrícola monocultora, que engloba as atividades de plantio do eucalipto e transformação da madeira em carvão, o principal insumo para a produção de ferro bruto, produto forte na pauta de exportações do estado de Minas e do Brasil, constituindo assim, o denominado Complexo Florestal Industrial - CFI.

Desta forma, a análise feita até o momento fornece elementos para a hipótese de que o carvão vegetal constitui um ciclo econômico no Norte de Minas, em que grande parte dos recursos produtivos - recursos naturais e trabalho - são voltados para a atividade com apoio do Estado à expansão do capital. Tal processo encontraria sua explicação na divisão internacional do trabalho na qual o Brasil se insere como produtor de bens primários e de produtos industriais intermediários de baixo valor agregado, a exemplo do aço e do ferro, para as economias cêntricas. Nesse sentido, a indústria siderúrgica apoiada nos recursos naturais – minerais e vegetais – sustentaria a inserção do país no mercado externo. Internamente há a divisão do trabalho entre as diversas regiões do país que reproduziriam as relações de dominação/exploração do trabalho e dos recursos naturais.

¹⁹ Correntão é o nome dado para o modo de desmatamento que utiliza dois tratores que caminham em paralelo arrastando uma corrente pesada engatada às máquinas e que tomba as árvores expondo suas raízes.

CAPÍTULO 2 – COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

Na seqüência da cadeia produtiva, o segundo capítulo trata do principal subproduto do eucalipto – a produção de carvão vegetal cuja finalidade é atender a demanda energética do setor siderúrgico. A análise do complexo florestal siderúrgico, sua importância na economia brasileira em termos de produção e divisas para o país, permite compreender as possíveis razões da imbricação do Estado com o incentivo/financiamento às empresas de reflorestamento. Nesta parte são elencadas algumas informações a respeito da contribuição do complexo na geração de emprego, renda, arrecadação tributária e alguns indicadores de desenvolvimento de Rio Pardo de Minas, município em que se encontra a comunidade de Vereda Funda. Tais indicadores são analisados com base na relação de alteridade, na comparação com o outro – o estado de Minas e o Brasil.

O principal subproduto do eucalipto, o carvão vegetal, é parte da base energética da indústria siderúrgica brasileira. Ele representou em 2004, 33% do total de carvão consumido na produção de ferro-gusa do país (AMS, 2005). Do carvão vegetal consumido pela indústria siderúrgica para a produção de aço, 53% é oriundo de monoculturas de eucalipto, configurando-se como importante fonte energética do setor.

A literatura sobre o tema contém vários estudos²⁰ que destacam a importante contribuição que o Complexo Florestal Industrial (CFI) tem na geração de emprego e renda. Este complexo foi implantado em regiões consideradas de baixa potencialidade econômica, com força de trabalho, terras baratas e considerado o arauto de intervenções produtivas com finalidade de se atingir o “desenvolvimento”.

²⁰ Por exemplo: o estudo “Caracterização do setor florestal: uma abordagem comparativa com outros setores da economia. “ Com relação ao pagamento de salários, observa-se, em 1999, que o setor florestal foi o quarto maior a contribuir com a renda salarial dos trabalhadores brasileiros (R\$ 7.521.666.000). Segundo a SBS (2003), a cada US\$ 1 milhão investidos no setor de base florestal, são gerados 160 empregos, enquanto no setor automotivo, são 85 e na construção civil, 111. Estudo realizado por: Rosa Maria Miranda Armond Carvalho; Thelma Shirlen Soares; Sebastião Renato Valverde;

Relatório final da comissão especial de silvicultura - Agosto de 2004: “Após analisar as informações recebidas durante as exposições, debates e visitas técnicas que a comissão realizou, podemos extrair um conjunto de conclusões e, a partir da inter-relação entre elas, elaborar recomendações: a primeira constatação é que os setores de base florestal – em suas três vertentes: siderurgia a carvão vegetal, celulose e papel e sólidos e painéis – são fundamentais para a economia e para o processo de desenvolvimento de Minas gerais. A exuberância demonstrada pelos segmentos que compõem o setor , nos aspectos tecnológicos, de organização e motivação para prosseguir como importante fator de geração de emprego e renda no Estado e no país...”

Neste capítulo será analisado o ciclo do carvão oriundo da monocultura de eucalipto vinculado à siderurgia, assim como aspectos da geração e distribuição da riqueza produzida a partir dessa fonte de modo a identificar a quantidade e o tipo de empregos diretos gerados.

O texto se organiza em duas grandes seções. Na primeira, são apresentadas as principais características do contexto da sociedade industrial no Brasil. O objetivo é esclarecer e localizar onde reside a atividade da monocultura de eucalipto no âmbito global e o papel que ela ocupa no processo de acumulação capitalista. Na segunda seção é realizada uma análise da cadeia produtiva do eucalipto focalizando os empregos gerados em âmbito nacional, estadual e municipal. Por fim, são feitas algumas considerações sobre a relação entre as informações levantadas e a concepção de desenvolvimento que pareceria explicar, em parte, a adoção do modelo de crescimento com base em como o CFI se alinha a essa produção.

2.1 CARVÃO, FERRO E AÇO: INSUMOS BÁSICOS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

A modernidade surge como um novo rumo que o mundo ocidental aponta em contrapartida ao tradicionalismo. De forma simplificada a modernidade pode ser caracterizada por um processo de mobilização – circulação de pessoas, bens e informações; diferenciação - relacionada à divisão do trabalho; e laicização - separação instituída entre igreja (e também o estado) e as instituições de pesquisa e ensino, entre o saber positivo e a Igreja (Boudon & Bourricaud, 1993).

Segundo Giddens (1991:11), de forma geral, a modernidade “ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” .

A modernidade na tradição ocidental, berço da sociedade capitalista e industrial é definida por Alain Touraine:

Pelo progressivo triunfo da razão sobre as tradições, da ação científica ou tecnológica sobre sistemas de controle social e cultural, do universalismo sobre o particularismo e da produção sobre a reprodução (...) A modernidade nunca foi considerada apenas como uma série de transformações materiais, ou como o resultado de uma crescente densidade social; sempre foi

associada, desde o renascimento e a reforma até o iluminismo, o positivismo e o cientificismo, a uma luta constante dos agentes do progresso contra obstáculos a mudanças necessárias. A modernidade é a expressão historicista da “ razão objetiva” . Ao invés de contemplar um mundo racional criado por um *logos* e ajustar-se as suas leis, o homem moderno cria um novo mundo e uma nova imagem do homem, que é definida pelo poder criativo que ele conquista quando compreende as leis da natureza e as utiliza para fortalecer seu controle das forças naturais. (TOURAINÉ, 1990, p.32).

No século XVIII, a invenção das máquinas a vapor, do tear mecânico e das máquinas de fiar, seriam ícones que interfeririam profundamente na história da sociedade ocidental. Alguns autores denominam essa passagem como revolução industrial acontecida na Inglaterra - país que detinha grandes jazidas de carvão.

Segundo Hunt (1986), a revolução industrial aumentou, como nunca antes visto, a propriedade do trabalho humano. As fábricas e as máquinas foram as bases mecânicas dos ganhos de produtividade. O potencial produtivo foi destinado à produção de bens de capital e exigiu que uma parte relativamente menor desse potencial fosse dedicada à produção de bens de consumo. Os bens de capital tinham de ser comprados a um custo social muito elevado, o que implicava privações à massa. À época da revolução industrial, em 1750, a classe operária vivia em condições sub-humanas.

A era da indústria mecanizada começara e se expandiria rapidamente para outros países da Europa, para os Estados Unidos e Japão, consolidando a sociedade capitalista industrial.

Giddens vê capitalismo e industrialismo como dimensões diferentes envolvidas nas instituições da modernidade e atenta para a dimensão mais ampla do que apenas maquinaria movida a carvão para a aplicação da noção de industrialismo. Define o capitalismo como: “ um sistema de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado, sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes” (GIDDENS, 1991, p.61). Ainda para Giddens,

a característica principal do industrialismo é o uso de fontes inanimadas para a produção de bens, combinado ao papel central da maquinaria no processo de produção (...) industrialismo pressupõe a organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matérias primas e bens (GIDDENS, 1991, p.63).

Capitalismo e sociedade industrial são idéias que caminham lado a lado, contudo, diferentes. É no capitalismo que surge a sociedade industrial caracterizada pelo elevado nível da produtividade, a ligação entre ciência e técnica e o consumo de massa. Giddens (1997) considera as sociedades capitalistas como um subtipo específico das sociedades modernas em geral.

Em sua análise sobre o capitalismo, Marx considera que são as relações de produção que caracterizam uma formação social, e dá ênfase nas estruturas de apropriação econômica e dominação política. Para o autor, a riqueza (mais-valia) é finalidade direta e determinante da produção. Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. A disjunção entre valor de uso e valor de troca “reflete a subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca - no interesse da auto realização do capital - tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (MÉSZÁROS, 2002, p.66).

O sistema capitalista que engloba o industrialismo tem sido descrito e estudado através dos tempos gerando muitas interpretações. Immanuel Wallerstein faz sua interpretação no contexto da globalização contemporânea. O autor trabalha com a idéia de sistema histórico, que considera adequado para a análise da realidade social:

O que quero dizer por sistema histórico está implicado no próprio nome. O sistema é um sistema à medida que se constrói em torno de uma divisão existente do trabalho que lhe permite sustentar-se e reproduzir-se. As fronteiras do sistema são uma questão empírica, a ser resolvida através da definição das fronteiras da divisão do trabalho. Certamente, todo sistema histórico tem necessariamente vários tipos de instituições, as quais, com efeito, governam ou restringem a ação social de modo a realizar os princípios básicos do sistema, ao grau possível e socializar as pessoas e grupos no sistema social para um comportamento compatível com o sistema, mais uma vez ao grau possível. Nós podemos, se quisermos, designar várias dessas instituições como sendo econômicas, políticas, socioculturais, mas tais definições são na realidade imprecisas, considerando que todas as instituições agem de maneira a um só tempo política, econômica e sociocultural, e não podem ser efetivas se não o fizerem (Wallerstein, 2002, p.161).

O conceito de sistema-mundo de Wallerstein privilegia o conceito de sistema, que foi trazido para a sociologia por Parsons, e difere, segundo IANNI (1998), da perspectiva de sistema das relações internacionais, da mundialização, da abordagem funcionalista de base cibernética, “de um enfoque prioritariamente sincrônico, compreendendo o cenário internacional ou mundial em termos de agentes concebidos como atores num todo sistêmico”

(IANNI, 1998, 35). Para o autor, a abordagem de Wallerstein frisa a economia política da mundialização.

Wallerstein considera o capitalismo um sistema de acumulação incessante de capital. “A mim parece que a *differentia specifica* não é a acumulação de capital, mas sim a prioridade dada à acumulação incessante de capital” (Wallerstein, 2002, 166).

Sendo o sistema-mundo capitalista um tipo de sistema histórico composto por três elementos: mercado único, estruturas estatais e processo de apropriação do trabalho excedente (mais valia), o autor sistematiza a idéia de centro-periferia em termos de estratificação global onde as áreas periféricas estão em constante desvantagem pelo processo de intercâmbio desigual e as centrais são as beneficiárias da acumulação de capital, assim como as relações instauradas na economia-mundo capitalista. Para Wallerstein²¹ (apud IANNI, 1998):

na história moderna, as reais fronteiras dominantes da economia-mundo capitalista expandiram-se intensamente desde as suas origens no século XVI, de tal maneira que hoje elas cobrem toda a terra...Uma economia-mundo é constituída por uma rede de processos produtivos interligados, que podemos denominar de ‘cadeias de mercadorias’, de tal forma que, para qualquer processo de produção na cadeia há certo número de vínculos para adiante e para traz, dos quais o processo em causa e as pessoas nele envolvidas dependem...Nesta cadeia de mercadorias, articulada por laços que se cruzam, “a produção está baseada no princípio da maximização da acumulação de capital”.

As cadeias produtivas da sociedade moderna contemporânea visando à produção de riqueza têm conduzido a pauperização de vários povos e ao esgotamento dos recursos naturais. Por outro lado, há o enriquecimento e elevado padrão de consumo de outros. A divisão do trabalho em termos de distribuição dos recursos naturais, sociais e econômicos, subsidiária da “cadeia de mercadorias”, não é equilibrada em termos dos custos da produção industrial. Essa divisão do trabalho se configurou mundialmente com a hegemonia econômica dos países centrais, foram transferidos os custos sociais e naturais para os países de economia mais frágil e periféricos do capitalismo.

Geraldo Rhode (2003) colocou em questão a sustentabilidade desse modelo societário: “crescimento populacional humano exponencial; depleção da base de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia

²¹ Immanuel Wallerstein, the politics of the world-economy (the states, the movements and the civilizations), Cambridge University Press, Cambridge, 1988, pp.2-3.

energética; sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo de material” (Rhode, 2003, p.42).

Nessa direção Leff aponta que:

a visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos de vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Desta forma a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental” (LEFF, 2004, p.15).

A ideologia do desenvolvimentismo, os planos visando ao progresso, ao crescimento e à expansão do capital são colocados em “xeque” quando se traz a cena seus efeitos sobre as populações tradicionais e recursos naturais. Os resultados negativos do sistema de produção capitalista incluem: aumento contínuo da desigualdade social, aumento da pobreza e profunda crise ecológica. Esses três elementos que têm aspectos globais e locais se articulam e se locupletam.

No que se refere à ampliação das desigualdades sociais, segundo Kliksberg vivemos num mundo de ganhadores e perdedores e a distância entre eles tende a aumentar.

Tanto em termos de países como no interior destes, há aqueles que se beneficiam consideravelmente dos novos desenvolvimentos, que estão ativamente incluídos nos mesmos, e por outro lado há setores muito importantes que ficaram à margem, que em diversos casos foram golpeados em seus modos de sobrevivência e equilíbrio tradicionais e que pertencem ao vasto campo dos excluídos (Kliksberg, 2001, p.72).

Para o autor estão se formando mundos paralelos que compõem um círculo vicioso. Quem tem muito tem mais acesso, mais facilidades de conseguir mais, além de ter mais oportunidades. Quem tem pouco e está empobrecido perde a possibilidade de criar conexões e tem menos acesso a oportunidades incluindo também os novos avanços tecnológicos, os quais considera um ponto central em termos de oportunidades futuras. O que resulta na:

marginalização dos trabalhadores do mundo industrializado e também dos menos desenvolvidos que não dispõem de possibilidade para adaptar-se a nova situação. As cifras de pobreza aumentaram significativamente em muitas realidades nacionais, a desigualdade alcançou níveis históricos recordes e se expandiu a numerosas esferas. Ao mesmo tempo em que os avanços em pesquisa em saúde são prodigiosos, aumentou o número de pessoas que perdem a vida por doenças que cientificamente podem ser combatidas, mas que não são controladas por outras causas (KLIKSBERG, 2001, p.76).

O autor ao ilustrar a diferença entre os países pobres e ricos descreve que:

As distâncias entre os 20% da população mundial que vive nos países mais pobres e os 20% que vive nos países mais ricos superaram em muito todas as previsões. A diferença de renda entre ambos, que eram de 30 para 1 em 1960, passaram a ser de 60 para 1 em 1990, duplicando-se em apenas três décadas. No entanto, em 1997, já tinham chegado a 74 para 1. Taxa de crescimento da desigualdade continuava se acelerando (KLIKSBERG, 2001, p.70).

Segundo o mesmo autor, metade da população do mundo encontra-se em situação de pobreza e tem uma renda menor que dois dólares diários, não tendo acesso aos direitos humanos fundamentais como alimento, saúde, educação, saneamento e água tratada.

O terceiro ponto está relacionado à crise ecológica configurando os principais indicadores do que Leff chama de crise da civilização. “Portanto a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza” (LEFF, 2002, p.17).

A atenção do planeta sobre a crise ambiental, que foi despertada em Estocolmo, em 1972, alcança maiores proporções na Conferência da Terra - Rio 92, estabelecendo uma nova visão mundial sobre a crise, centrada no meio ambiente e no desenvolvimento sustentável. As convenções sobre Diversidade Biológica²² e Mudanças Climáticas²³ foram passos importantes nessa direção.

O desenvolvimento sustentável começa a incorporar-se ao discurso econômico e político. A percepção sobre os desafios atuais, que se manifesta também em ações concretas,

²² A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) cujos objetivos são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. Países como Japão e os Estados Unidos (que até hoje não ratificaram a convenção), ricos em biotecnologia, pleiteavam o livre acesso a tais recursos, o que contrariaria os interesses dos países da megadiversidade: Brasil, México, China, Colômbia, Indonésia, Quênia, Peru, Venezuela, Equador, Índia, Costa Rica e África do Sul, que, juntos, representam 70% da diversidade biológica do mundo (SANTILLI, 2005).

²³ Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas. Nesse acordo, a comunidade internacional reconhece as mudanças climáticas como um problema ambiental, real e global, bem como o papel das atividades humanas nas mudanças climáticas e a necessidade de cooperação internacional. Estabelece como objetivo final a estabilização dos gases do efeito estufa em um nível no qual a atividade humana não interfira no sistema climático, ou no qual as mudanças no clima ocorram lentamente de modo que permita a adaptação dos ecossistemas, além de assegurar que a produção de alimentos e o desenvolvimento econômico sigam de uma maneira sustentável (IPAM, 2002). O princípio básico da convenção é o da responsabilidade comum, porém diferenciada, pelo qual países desenvolvidos devem assumir os primeiros compromissos de redução das emissões, uma vez que historicamente são eles os grandes emissores e apresentam maior capacidade econômica para suportar tais custos (SANTILLI, 2005)

permite uma evolução positiva do contexto internacional para o desenvolvimento sustentável desde a Rio-92. Novos conceitos têm sido incorporados em tratados e convenções multilaterais (princípio poluidor-pagador, o princípio da precaução, o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada).

Entretanto, se em Estocolmo os países desenvolvidos se comprometeram a destinar 0,7% de seu PIB à cooperação, na Rio-92 este percentual se viu reduzido à metade, o que levou a inclusão na declaração do Rio de uma cláusula chamando a resgatar o compromisso de Estocolmo (GUIMARÃES, 2003). A sessão IV da Agenda 21 está voltada para o estabelecimento de mecanismos de sua implementação. O principal instrumento para a realização da Agenda são os recursos financeiros e este foi uma das questões mais polêmicas da Conferência, dividindo os países do norte, que resistiam à idéia de aumentar o montante de recursos a fundo perdido e os financiamentos para os demais países e as nações pobres que pressionavam por um aumento (RICUPERO citado VIGEVANI, 1997). Apesar das posições discordantes, chegou-se a um acordo para a fixação de um limite temporal, o ano de 2000, para que os países ricos alcancem o objetivo, que se tornou reiterado compromisso, de destinar 0,7% do PNB, em ajuda, aos países pobres.

No entanto, a tabela abaixo mostra a média dos últimos 20 anos da percentagem do PNB que os países industrializados têm destinado para o Programa de ajuda oficial para o Desenvolvimento (ODA) e que se tem mantido constante na faixa de 0,3% anualmente.

Tabela 1 -Evolução do percentual médio do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países industrializados destinados ao Programa de ajuda oficial.

| ODA dos Países Industrializados como Porcentagem do PNB | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|
| País | 1970 | 1980 | 1989 |
| Noruega | 0,33 | 0,90 | 1,04 |
| Suécia | 0,41 | 0,85 | 0,97 |
| Holanda | 0,60 | 0,90 | 0,94 |
| Dinamarca | 0,40 | 0,72 | 0,94 |
| Canadá | 0,41 | 0,47 | 0,44 |
| Austrália | 0,59 | 0,52 | 0,38 |
| Japão | 0,23 | 0,27 | 0,32 |
| Grã Bretanha | 0,42 | 0,43 | 0,31 |
| EUA | 0,31 | 0,24 | 0,15 |
| Média | 0,33 | 0,35 | 0,32 |

Fonte: The Earth Summit's Agenda for Change, Center For Our Common Future, Genebra, 1993, apud Vigevani, 1997.

Conquanto, na Conferência Rio 92 a meta de atingir os 0,7% do PNB até o ano 2000 pelos países desenvolvidos não foi oficializada ficando como termo de referência a ser alcançado.

Por outro lado, em muitos setores públicos e privados os princípios de proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável são considerados como uma restrição ao crescimento econômico. A maioria das políticas ambientais na América Latina e Caribe, assim como os instrumentos de regulação direta e indireta são de caráter reativo. Também é incipiente a capacidade dessas instituições de manejo ambiental para desenhar políticas implícitas, trans-setoriais e assumir um rol protagônico nas negociações internacionais desde Rio 92.

Ente 1950 e 2000, a população da América Latina e do Caribe triplicou, aumentando de 167 para 519 milhões de habitantes, significando um maior desafio na tarefa de proporcionar infra-estrutura, alimentos, bens, serviços e empregos. Assim, os governos têm tido dificuldades com o manejo ambiental, tradicionalmente visto como um setor suplementar de outras áreas da política pública. A contaminação ambiental mostra sinais claros de retrocesso como resultado do crescimento econômico e populacional e o aprofundamento dos padrões históricos de produção e consumo. A degradação ambiental tem sido associada ao processo de expansão da agricultura e a urbanização não planejada (PNUMA, 2000 apud GUIMARÃES, 2003).

As áreas que têm registrado os maiores avanços legislativos na última década incluem: avaliação de impacto ambiental, planificação territorial, novas penalidades e sanções por danos ao meio-ambiente, impostos e taxas de conceito de contaminação e limitações ao direito de propriedade por razões ambientais. O processo de integração de políticas ambientais com outras políticas setoriais tem experimentado altos e baixos. Várias falhas de mercado, identificadas como uma das causas principais da deterioração ambiental, refletem esta situação, como é o caso dos setores que fazem uso direto ou indireto da biodiversidade, como agricultura, florestal, etc. Noutra parte, as instituições públicas na América Latina e Caribe enfrentam o desafio crescente de desenhar instrumentos que sejam eficazes ambientalmente e, às vezes, economicamente eficientes.

Os países da América Latina se caracterizam pelo alto nível de ratificação dos acordos multilaterais. A velocidade de ratificação destes instrumentos se contrapõe a sua limitada

implementação. Também tem sido notável a liderança que têm assumido os países da região nas negociações dos temas ambientais: por iniciativa dos governos Latino Americanos e Caribenhos se incluiu o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Protocolo de Kyoto²⁴. A transição para um futuro sustentável requer que se introduzam mudanças econômicas e sociais de grande magnitude, começando por uma reestruturação produtiva.

Ampliar a cobertura e a qualidade dos sistemas de educação constitui uma estratégia chave para alcançar maiores níveis de justiça social e competitividade. As ações multilaterais requerem que os países redefinam os conceitos e práticas de cooperação e soberania para a consolidação de uma nova ordem internacional. A diversidade biológica, cultural e social da região desempenhará um papel decisivo.

A maioria dos cenários atuais enfatiza o processo de globalização. De acordo com Manuel Castells, 1977 (apud GUIMARÃES, 2003), globalização é “no fundo, uma expressão da transformação do sistema produtivo e do sistema comunicativo, que constitui um novo paradigma sócio-técnico conceitualizado com o informacionalismo”. Guimarães (2003) considera que é mais revelador aproximar-se a globalização desde a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Isto põe em tela de juízo, por exemplo, a racionalidade econômica da globalização vis-à-vis a lógica e o ritmo dos processos naturais.

Os questionamentos apontam a crescente insustentabilidade social e ambiental do atual estilo de desenvolvimento, uma realidade de globalização em meio de uma crescente desigualdade e exclusão social e que por certo precede o processo de globalização, mas que tem sido exacerbada pelo mesmo. Dez anos após a realização da Rio 92, as Nações Unidas realizaram em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (conhecida como Rio +10). De acordo com SANTILLI (2005), os seus resultados formais foram a Declaração de Johannesburgo para o desenvolvimento sustentável e o Plano de Implementação, com metas genéricas relacionadas ao acesso à água tratada, ao saneamento, à recuperação de estoques pesqueiros, ao gerenciamento de resíduos tóxicos e ao uso de fontes alternativas de energia. O sentimento geral das organizações ambientalistas é de que não houve nenhum avanço em relação aos documentos assinados durante a Rio 92 e o Plano de Implementação é vago, com metas genéricas e ambíguas, sem a previsão de cronogramas e compromissos globais efetivos para a implementação dos acordos

²⁴ Em 1997, durante a 3ª Conferência das Partes, foi elaborado o Protocolo de Kyoto, com o objetivo de alcançar metas específicas de redução de emissões de seis dos gases de efeito estufa. A Ratificação do protocolo pela

assinados durante a Cúpula da Terra (Rio 92). Os grandes vilões apontados como responsáveis pelo fracasso das negociações durante a Rio +10 foram os seguintes países: Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (SANTILLI, 2005).

Os problemas do meio ambiente são os problemas do desenvolvimento, de um desenvolvimento desigual para as sociedades humanas e danoso para os sistemas naturais. Isto não constitui um problema técnico, senão um desafio social e político.

A dinâmica do processo social brasileiro incorporou a idéia da modernidade e desenvolvimento a qualquer custo, e como vertente econômica entre 1950 e 1980, a estratégia central de substituição de importações através do crescimento industrial. Ditado pelos modelos tecnológicos e institucionais dos países industrializados do norte, o estilo brasileiro de desenvolvimento foi também fruto da razão instrumental e do racionalismo econômico. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento, hegemônico na época, privilegiava o crescimento, a acumulação e o aumento de produtividade, como fatores principais do desenvolvimento, secundarizando questões como equidade social, pobreza e manutenção dos recursos naturais com vistas a sustentabilidade.

A crise ecológica deveria ser discutida sem ignorar que a lógica capitalista é sua principal geradora no contexto da sociedade capitalista e sua obsessão pela acumulação. Porém, ao contrário disso, as saídas encontradas para ela estão desviadas em artifícios ilusórios como os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e certificações que permitem mais acumulação.

No Norte de Minas Gerais, existem empresas com áreas de plantios de eucalipto certificadas pelo FSC²⁵ e projetos para a certificação de novas áreas, o que agrega valor aos seus produtos sob a justificativa de ampliar a proteção atmosférica. A certificação é um dos passos para as empresas terem acesso aos benefícios concedidos a negócios que estejam consonantes ao que é denominado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – os MDL, previsto no protocolo de Kyoto com objetivo de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa. Conforme projeto da empresa Gerdau, integrante do Complexo Florestal Industrial e que tem áreas no Norte de Minas:

O grande diferencial do uso do carvão vegetal está na capacidade da floresta cultivada de forma sustentável – base para a extração de madeira utilizada na

Rússia, em 2004, permitiu a entrada do mesmo em vigor.

²⁵ Forest Stewardship Council – Conselho de manejo Florestal

sua produção – absorver, por meio da fotossíntese, o dióxido de carbono (CO₂), um dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Nesse caso, o CO₂ liberado durante o processo de carbonização e de produção do ferro-gusa já foi absorvido anteriormente durante o crescimento das árvores. Em cada tonelada de ferro-gusa produzida via carvão vegetal é retirada da atmosfera cerca de 1,3 tonelada de dióxido de carbono, o que representa um ganho para a natureza (Projeto MDL, Gerdau, 2004).

Durante o processo de construção do plano diretor do município de Rio Pardo de Minas, em Janeiro de 2006, representantes das empresas que atuam no município anunciaram o interesse no direcionamento de medidas e ações rumo a esses mecanismos. Provavelmente o interesse das empresas nestes mecanismos visa, principalmente, ao aumento do lucro que poderia gerar, pois uma plantação de eucalipto certificada gera lucro maior do que uma não certificada.

Para o FSC certificação deve ser realizada seguindo princípios baseados nos aspectos da legislação, aspectos ambientais, econômicos e sociais, critérios estabelecidos pelo FSC. O princípio número dez que reza sobre as plantações e permite que monoculturas geradoras de impactos ambientais negativos consigam o certificado do Conselho. Dentre as críticas ao processo de certificação destaca-se o fato da certificação ser feita por área e não por empresa, ou seja, uma mesma empresa pode ter uma área onde provoca grande destruição ambiental, utilizando mão de obra escrava e ter uma outra área, do mesmo dono, com certificação do FSC. A participação da sociedade civil, principalmente das populações atingidas não é privilegiada. As questões sobre certificação sobrepõem o debate sobre a forma de certificação, porém estão em outra esfera. Por quê certificar? O FSC aponta como instrumento do mercado para regular questões de interesse coletivo. Seria essa a melhor forma de equacionar os problemas sócio-ambientais causados pela monocultura de eucalipto?

2.2 A CONTRIBUIÇÃO DO COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL NA ECONOMIA INTERNA E EXTERNA

O carvão vegetal originário das monoculturas de eucalipto, que é um dos motes deste trabalho, faz parte da cadeia produtiva do ferro gusa e se encontra integrado ao processo da economia-mundo capitalista. Esse carvão é produzido a partir de *plantations* que “podem ser consideradas uma forma excepcionalmente eficaz de extração de mais-valia”

(WALLERSTEIN, 2002, p.86) e que geralmente se situam em países de periferia como o Brasil.

Apesar de nos encontrarmos no período que alguns chamam de sociedade da informação, onde ao conhecimento é dado um papel central, a economia mundo via Estado destina ao país o papel de produtor de ferro bruto, internalizando os custos sociais e ambientais de produção. A produção mundial de aço bruto foi recorde em 2005, ao alcançar 1,129 bilhão de toneladas, de acordo com o International Iron and Steel Institute (IISI). A China foi responsável por 30,9% da produção mundial, alcançando 349,4 milhões de toneladas. O Brasil passou a ocupar a 9ª posição mundial em 2005.

A análise a seguir é baseada em dados levantados, em sua maioria, pelas indústrias siderúrgicas e as associações representativas das mesmas, tais como IBS-Instituto Brasileiro de Siderurgia, Sindifer, Associação Mineira de Silvicultura, entre outras. Também foram coletadas informações disponibilizadas pelo IBGE. Faz-se necessário ressaltar que são informações produzidas pela indústria com base no que elas coletam, contabilizam ou estimam e divulgam. São informações importantes e em grande número, mas que algumas vezes apresentam variações e incongruências, que podem ter origem na metodologia diferenciada ou nos obstáculos de contabilizar a vida real. Contabilizar, por exemplo, a quantidade de carvão proveniente de mata nativa não é tarefa das mais fáceis, pois muitas vezes este carvão é produzido de forma clandestina. Podemos dar como exemplo a quantidade de carvão vegetal oriunda de extração vegetal e da silvicultura, conforme Tabela 2, abaixo.

Tabela 2-Quantidade de carvão vegetal produzido e consumido no Brasil no ano de 2003.

| Fontes: | IBGE 2003 ²⁶ - carvão produzido | | AMS 2003 ²⁷ - carvão consumido | |
|--------------------------|--|-------------------|---|---|
| Origem do carvão vegetal | Quantidade (t) | Valor (1.000 R\$) | Quantidade (1.000 mdc) | ²⁸ Convertido em t 1m ³ =0,25t |
| Extrativismo | 2 227 206 | 598 359 | 12 216 | 3.054.000 |
| Silvicultura | 2 154 386 | 1006 606 | 16 986 | 4.246.500 |
| Total | 4.381.592 | 1.604.965 | 29.202 | 7.300.500 |

Fonte: IBGE, AMS.

Ao analisar a Tabela 2, constata-se uma significativa variação em relação aos valores disponibilizados pelas duas fontes analisadas. Enquanto o IBGE informou a produção

²⁶ Produção da extração vegetal e da silvicultura. IBGE, 2003.

²⁷ Relatório estatístico anual 2005 base 2004. AMS- Associação Mineira de Silvicultura.

²⁸ Índice técnico de conversão /densidade aparente do carvão a granel – fonte: revista Economia e energia. nº21- Julho/agosto de 2000.

brasileira total de 4.381.000 t de carvão vegetal em 2003, a AMS informou o consumo de carvão vegetal no Brasil da ordem de 7.300.500 t, em 2003. O que configura uma diferença de mais de 60%, ilustrando a dificuldade na obtenção de informações precisas.

A produção siderúrgica constitui ramo importante da economia brasileira²⁹. Segundo Indicadores sócio-econômicos do setor siderúrgico brasileiro, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia³⁰, no ano de 2001, a capacidade instalada era da ordem de 33 milhões de toneladas de aço bruto/ano, o que atendia a 95% do consumo nacional de aço, e para a balança comercial do país representa a segunda contribuição do segmento industrial, US\$1,7 bilhões para um total de US\$2,6 bilhões de dólares. No que se refere à geração de empregos, o setor siderúrgico gera 69.341 empregos diretos e 280.000 empregos indiretos, e um faturamento de R\$ 20.110.992.000,00. Em relação ao valor adicionado de 10,4 bilhões, a distribuição é a seguinte: 39% para pagamento de financiadores, 32% para pagamentos de impostos, 20% para remuneração de empregados, e 9% para os acionistas.

Uma das primeiras etapas do beneficiamento do minério de ferro é a produção do ferro gusa.³¹ Da produção total de ferro gusa no Brasil, cerca de 33% utilizam o carvão vegetal como elemento termo-redutor do minério de ferro (AMS, 2004). O maior consumo de carvão vegetal no Brasil está concentrado nos pólos siderúrgicos de Minas Gerais (64%). Os produtores independentes³² foram em 2004 responsáveis por 87% da produção de ferro gusa (10.085.072 toneladas de ferro-gusa) tendo como base o carvão vegetal. Minas Gerais foi responsável por 75% da produção de ferro gusa de produtores independentes, totalizando 6.100.139 toneladas de ferro gusa produzidos.

²⁹ no que refere à oferta interna, contribuição para a balança comercial, geração de emprego e renda e arrecadação tributária.

³⁰ FINEP. Relatório Setorial Preliminar da Siderurgia.

³¹ A FIG.1, mostra o fluxo do carvão da produção de ferro-gusa. Para produzir aço, o minério de ferro tem que ser transformado em gusa (ou “metal quente”, que é a sua forma líquida). Essa transformação é chamada de redução e ocorre em um alto forno. O alto forno é um enorme tubo de aço revestido com tijolos refratários em que, basicamente, o minério de ferro e o coque ou o carvão vegetal são despejados do topo e ar pré aquecido é insuflado na base. As matérias-primas precisam de algumas horas para descerem até a base do forno onde se tornam o produto final: gusa ou escória líquida. A operação de um alto forno é extremamente complexa e uma vez iniciado, funcionará continuamente por 4 a 10 anos, com apenas curtas interrupções para manutenções planejadas. O elemento básico necessário para a redução do minério de ferro é o átomo de carbono, freqüentemente chamado de agente redutor. Este agente redutor ocorre em quantidades muito elevadas no coque – que pode derivar do carvão, por meio de um processo chamado coqueamento, ou do petróleo, como um subproduto da destilação – ou no carvão vegetal que é obtido a partir da madeira carbonizada.

³² Os produtores independentes constituem a indústria não integrada que utilizam mini-alto-fornos a carvão vegetal para produzir ferro-gusa e é considerado uma forma alternativa de produção desenvolvida em Minas gerais, onde a etapa final de produção é o ferro-gusa.

Ainda, segundo a Associação Mineira de Silvicultura - AMS, a taxa de crescimento do valor das exportações de produtos do Complexo Florestal Industrial (CFI), nos últimos dois anos, superou a taxa de crescimento das exportações totais do país. Em Minas Gerais, o crescimento do valor exportado do CFI foi mais do que o dobro do valor total das exportações em 2003. Assim, o Brasil se configura como o segundo maior produtor de aço do mundo, superado apenas pela China. O Norte de Minas é a região com a maior produção e o município de Rio Pardo de Minas é o segundo maior produtor de carvão do estado. O carvão vegetal possui uma posição de grande importância para Minas Gerais que é o principal produtor e consumidor deste produto no país.

A seguir é apresentado o fluxo de carvão da produção de ferro gusa, uma adaptação do esquema feito por Josemar Medeiros para uso de lenha e do carvão vegetal na indústria em 1994. Na época, pelo esquema apresentado foram produzidos 26.200.000m³ de lenha oriunda de árvores plantadas para fazer carvão. Em 2004, ou seja, 10 anos depois esse montante subiu para 52.000.000m³.

Fluxo do carvão na produção de ferro gusa³³

- valores com base no ano de 2004

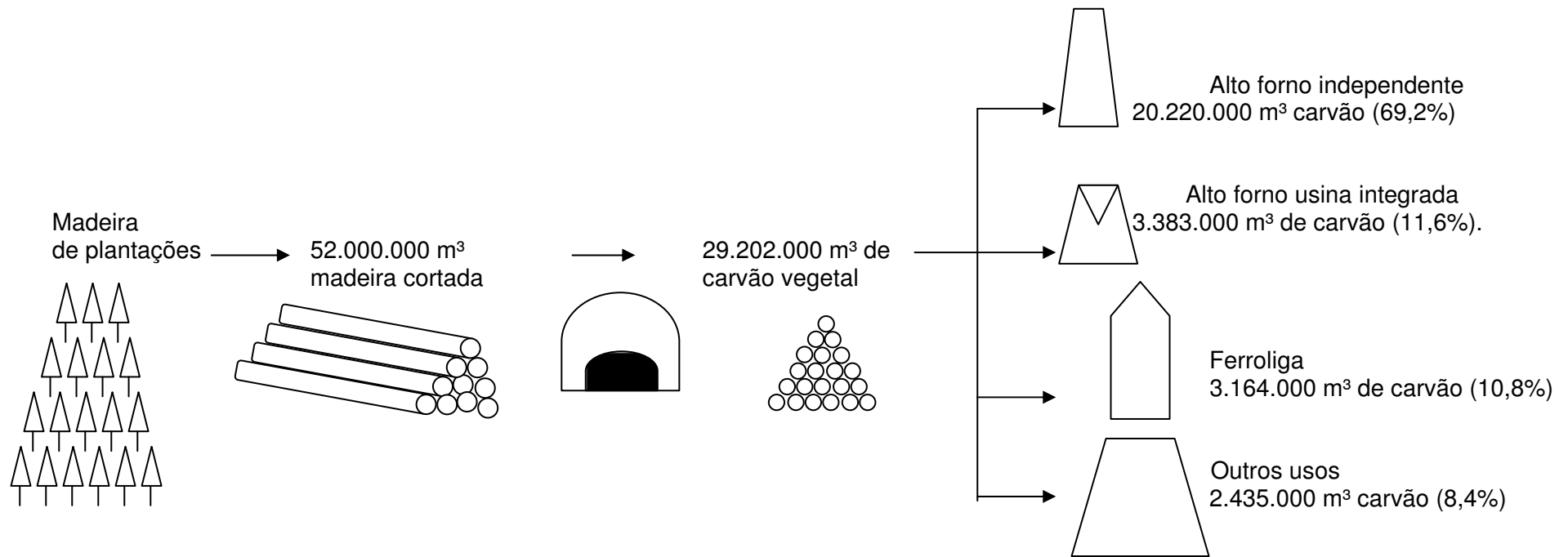


Figura 1- Fluxo de Carvão na Produção de Ferro Gusa

Fonte: Associação Mineira de Silvicultura. Anuário estatístico 2005 – Base 2004.

³³ adaptado de “uso de lenha e do carvão vegetal na indústria ; principais fluxos na economia brasileira” de MEDEIROS, Josemar. Aspectos econômicos –ecológicos da produção e utilização do carvão vegetal na siderurgia brasileira IN MAY, Peter (org). Economia ecológica.-aplicações no Brasil. 1995.

2.3 GERAÇÃO DE EMPREGOS NO COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL

De acordo com a Tabela 3 a mão-de-obra empregada na siderurgia a carvão vegetal no Brasil, em 2001, correspondeu a 242.636 empregos diretos e 1.001.500 empregos indiretos. As atividades de reflorestamento (implantação, manutenção florestal) e o carvão vegetal (colheita, fabricação e transporte), juntos empregaram, no mesmo ano, 149.000 pessoas diretamente, o que equivale a 61% do pessoal empregado na siderurgia, cuja base energética é o carvão vegetal.

Tabela 3 - Geração de empregos diretos e indiretos na siderurgia a carvão vegetal no Brasil em 2001.

| Discriminação | Nº de Empregos | |
|---|------------------|----------------------|
| | Diretos | Indiretos |
| Reflorestamento (implantação, manutenção florestal). | Diretos: 84.000 | Indiretos: 336.000 |
| Carvão vegetal (colheita, fabricação e transporte). | Diretos: 65.000 | Indiretos: 280.000 |
| Madeira combustível (colheita, baldeio e transporte). | Diretos: 5.000 | Indiretos: 10.000 |
| Siderurgia integrada – usinas | Diretos: 8.086 | Indiretos: 32.500 |
| Ferro gusa – usinas | Diretos: 9.800 | Indiretos: 60.000 |
| Ferro-ligas – usinas | Diretos: 10.750 | Indiretos: 43.000 |
| Indústria de base florestal | Diretos: 60.000 | Indiretos: 24.000 |
| Total | Diretos: 242.636 | Indiretos: 1.001.500 |

Fonte: Abracave, 2001.

Em relação aos empregos gerados faremos uma análise comparando os dados fornecidos pela indústria siderúrgica e os dados do Município de Rio Pardo de Minas, o segundo maior produtor de carvão do Estado de Minas Gerais, disponibilizados pelo IBGE.

Rio Pardo de Minas possui uma área de 3.119 km² e uma população de 27.237 habitantes. Segundo a EMATER, o município tem uma área de 78.679 hectares com plantações de eucalipto. Emprega 129 assalariados num total de 165 pessoas na silvicultura e exploração florestal. Os salários pagos no setor de silvicultura exploração florestal foram da ordem de R\$ 331.000,00, resultando numa média por pessoa, em 2001, de R\$ 213,00 por mês (IBGE), representando 1,18 salários mínimos, uma vez que, na época, o salário mínimo era R\$ 180,00.

Na indústria de transformação (carvão), os dados mostram o número total de 302 pessoas ocupadas na atividade, sendo 234 dessas pessoas, assalariadas, totalizando o montante de R\$ 1.316.000,00 em salários do ano de 2003 (IBGE, 2003), o que significa uma média de R\$ 468,00 por mês quando o salário mínimo era de R\$ 240,00, o que representa 1,95 salários mínimos da época.

Dos 149.000 empregos diretos que a siderurgia a carvão gera no setor de reflorestamento e carvoejamento, 467 encontram-se no município de Rio Pardo de Minas, o que corresponde a 0,3% dos empregos diretos do setor. Estabelecendo uma comparação do montante de carvão oriundo de plantações produzido em Rio Pardo de Minas e no Brasil, o município produziu, em 2003, 3,5% do carvão produzido no Brasil.

Tabela 4 - Consumo de carvão no setor siderúrgico no Brasil anos de 2001, 2002, 2003 e 2004.

| Consumo carvão vegetal pela siderurgia – Brasil | | |
|---|------------------------------|----------------------|
| Ano | Quantidade (t) 1mdc=0.25t | Quantidade (1000mdc) |
| 2001 | 6.555.000 | 26220 |
| 2002 | 6.705.000 | 26820 |
| 2003 | 7.300.000 | 29202 |
| 2004 | 9.230.000 | 36920 |

Fonte: AMS, 2005.

Tabela 5 - Produção de carvão vegetal, empregos diretos nas plantações e no processo de carbonização da madeira de eucalipto. Brasil, Minas Gerais e Rios Pardos de Minas, 2003.

| | Produção de carvão vegetal oriundo de florestas plantadas (t) | % | Empregos diretos Plantações | % | Empregos diretos carvão | % |
|--------------------|---|------|-----------------------------|------|-------------------------|------|
| Brasil | 2.149.650 | 100 | 84.000 | 100 | 65.000 | 100 |
| Minas Gerais | 1.602.744 | 74,5 | 54.300 | 64,6 | 60.631 | 93,2 |
| Rio Pardo de Minas | 76.614 | 3,5 | 165 | 0,2 | 302 | 0,5 |

Fonte: IBGE; AMS.

Podemos observar que o consumo de carvão no Brasil não teve alterações significativas do ano de 2001 para 2003, conforme a Tabela 4. Apreende-se que Rio Pardo de Minas é o segundo maior produtor de carvão do estado de Minas Gerais e o terceiro do Brasil. Em termos de empregos diretos representa 0,3% dos empregos referentes às plantações e carvoejamento do país. Em relação ao Estado representa 0,4%. O município produz aproximadamente 3,5 % do carvão consumido pela siderurgia a carvão vegetal no Brasil.

Observa-se que os empregos gerados pelo setor de carvoejamento e plantação de eucaliptos geram um número desproporcional de empregos no município de Rio Pardo de Minas em relação ao carvão produzido/consumido nacionalmente, pois se o número total de empregos gerados no país pelo setor é da ordem de 149.000 empregos e em Rio Pardo de Minas esse número é de 467 empregos diretos, o que representa 0,3% dos empregos gerados no Brasil, um número proporcional de empregos em relação à produção deveria estar em torno de 5.310, onze vezes mais que os 467 atuais.

Aparentemente poderia se dizer que a produtividade em Rio Pardo é maior. Entretanto, talvez a explicação seja que na região o grau de informalidade é alto, relativamente a outras regiões do centro-sul e as estatísticas captam o setor formal. A precarização da relação trabalho/capital faz com que muitos trabalhadores ocupados na atividade sequer apareçam nas estatísticas por não terem vínculos formais de trabalho.

Para tentar averiguar mais profundamente os postos de trabalho formais gerados no município, foi realizada consulta ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas onde se obteve informações a partir da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical dos Assalariados. A contribuição sindical é recolhida anualmente pelas empresas e depositada em conta bancária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, e informada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município acompanhada da relação de empregados de cada empresa, ou empregador rural naquele ano. Assim, no ano de 2005, dez (10) empresas ou empregadores rurais enviaram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais a comprovação de recolhimento da contribuição sindical acompanhada da relação de seus empregados, totalizando o número de 689 trabalhadores empregados no setor neste mesmo ano. As empresas declarantes fazem parte do setor florestal e compreendem as atividades de plantio e manutenção, carvoaria e transporte de carvão.

Outra comparação que pode ser estabelecida é a relação entre os impostos gerados pelo setor siderúrgico a carvão vegetal no Brasil e a transferência de recursos provenientes do Valor Adicional Fiscal (ICMS) do município de Rio Pardo de Minas. Segundo Vieira (apud Vieira, 2005), o recolhimento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destacou o setor florestal dentre tantas outras atividades econômicas. No ano de 2003, a

arrecadação do complexo ³⁴atingiu o patamar de R\$ 354 milhões sendo que a siderurgia apresentou a maior contribuição (76,8%).

2.4 COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS INDICADORES

A indústria siderúrgica é uma importante atividade estruturante do sistema capitalista, ela produz o material básico para muitas outras indústrias: automobilística, construção civil, bélica, eletrodomésticos, construção naval, trens, entre outras. O breve panorama sobre a indústria siderúrgica, que no Brasil tem no carvão vegetal uma importante fonte de energia, é com a intenção de problematizar a partir dela o padrão de desenvolvimento no qual se insere.

A indústria siderúrgica é um exemplo interessante do processo de concentração de capital do capitalismo contemporâneo. Segundo o relatório preliminar da indústria siderúrgica: ³⁵

De todo modo, está claro que na segunda metade da década de 90 o processo de internacionalização na siderurgia alçou-a um novo patamar, notadamente no caso europeu. Uma vez exauridas as possibilidades de rearranjos em escala nacional, o processo de reestruturação da siderurgia européia entrou num novo estágio, em que as iniciativas tendem a se desenvolver em escala regional. Assim é que a francesa Usinor incorporou a italiana Arvedi, a alemã (ex-oriental) EKO, as belgas Fabrique de Fer Charleroi e Cockerill Sambre, além de liderar o consórcio que adquiriu a divisão de aços planos da portuguesa Siderúrgica Nacional. O grupo Arbed foi também muito ativo, incorporando sucessivamente as alemãs Klockner e Bremen, as espanholas CSI e Aceralia e a belga ALZ. Além disso, no ano de 1999 a British Steel se fundiu com a holandesa Hoogovens originando o maior grupo siderúrgico da Europa e o terceiro maior do mundo, o Corus. Em alguns casos, a trajetória de expansão das líderes da siderurgia européia acabou por transcender o território do velho continente (...) Usinor adquiriu a norte-americana J&L e uma posição dominante nas brasileiras Acesita e CST, ao passo que a Arbed ampliou sua participação no capital da Belgo-Mineira.

A reação mais espetacular no processo de consolidação da siderurgia mundial veio dos grupos Usinor, Arbed e Aceralia que em fevereiro de 2001 anunciaram a intenção de realizar uma associação integral de suas atividades. A constituição da nova empresa, cujo nome é Arcelor, foi concluída no final de 2001, após análise de autoridades antitruste da União Européia e de permuta de ações entre os atuais acionistas dos três grupos. Essa megafusão originou o maior conglomerado de aço do mundo, com 110

³⁴ www.comciencia.com.br Autor: Rosa Maria Miranda Armond Carvalho, Rommel Noce e Lino Amaro Nunes Vieira Data de publicação: 10/08/2005

³⁵ OLIVEIRA, Vanessa. Relatório Preliminar da Indústria Siderúrgica. FINEP. 2003

mil empregados, capacidade de produção de 46 Mt/ano e faturamento global de aproximadamente US\$ 30 bilhões. Naquele mesmo ano, as japonesas NKK e Kawasaki Steel anunciaram a fusão de suas operações, que originou o maior grupo siderúrgico japonês.

Este relato explicita o movimento do capital e o processo de internacionalização do complexo siderúrgico que vem, há quinze anos, concentrando capital e poder. O Jornal Estado de Minas, do dia 28 de Janeiro de 2006, traz a seguinte reportagem sob a manchete “Gigante do aço flerta com Minas”:

A Belgo Mineira, segunda maior produtora nacional de aços longos (usados sobretudo na construção civil) e a Acesita, única produtora de aço inoxidável da América latina, podem mudar de dono. A Mittal stel, maior siderúrgica do mundo surpreendeu ontem o mercado global do aço ao anunciar proposta de compra de sua maior rival, o grupo europeu Arcelor (segunda maior do setor no mundo), por US\$ 22,8 bilhões. No Brasil, o Arcelor é dono da Belgo, Companhia Siderúrgica Tubarão-CST (ES) e Veja do Sul (SC) e controla a Acesita.

A fusão criaria uma siderúrgica com produção anual superior a 100 milhões de toneladas de aço e um valor de mercado de 32,7 bilhões de euros. Para efeito de comparação, basta lembrar que toda a produção brasileira de aço bruto no ano passado foi de aproximadamente 31 milhões de toneladas.

No jornal citado, ao analisar a possível fusão, um dos motivos apontados como causa do interesse das mega-empresas mundiais pelo mercado brasileiro é o baixo custo de mão-de-obra e produção no país: “um dos motivos seria a competitividade das companhias nacionais. Os custos de mão de obra e produção no Brasil são os mais baixos do mundo, ao mesmo tempo em que o parque siderúrgico está próximo da matéria-prima (minério de ferro)”. O que leva a indagar: quais as conseqüências sociais, econômicas e ambientais sobre o modo de vida dos habitantes do local onde é gerada a energia que move essa indústria, isto é, no local em que se encontram plantações de eucalipto destinadas a serem transformadas em carvão para suprir as indústrias siderúrgica mineira, brasileira e mundial.

Medeiros (1995), ao analisar a eucaliptocultura no município de João Pinheiro em 1994, classificando-a como região de menor potencialidade econômica considera que:

Assim é que, ainda hoje, a atividade de carvoejamento, tanto em mata nativa como em mata reflorestada representa um papel de destaque na geração de renda e ocupação de mão-de-obra rural nessa região. Análise semelhante pode ser estendida para a região Norte de Minas, sul da Bahia, Goiás e Mato Grosso. (MEDEIROS, 1995, 86).

A comissão especial da silvicultura da Assembléia legislativa do Estado de Minas Gerais produziu um relatório no ano de 2004 onde afirma:

“A primeira constatação é que os setores de base florestal - em suas três vertentes: siderurgia a carvão vegetal, celulose e papel e sólidos e painéis - são fundamentais para economia e para os processos de desenvolvimento de Minas Gerais. A exuberância demonstrada pelos seguimentos que compõem o setor, nos aspectos tecnológicos, de organização e motivação para prosseguir como *importante fator de geração de emprego e renda no Estado e no país*, contrasta extraordinariamente com a ausência de políticas públicas específicas, com o excesso de mecanismos de comando e controle e com a fragilidade operacional dos órgãos governamentais relacionados com essa área” (ALEMG, 2004, 31, grifos meus).

O levantamento de dados estatísticos disponibilizados nos aponta um cenário distinto daquele apresentado por Medeiros (1995) e pelo relatório da ALEMG e mais próximo de Wallerstein, que destacou a monocultura como atividade com grande eficiência de produzir mais-valia. No caso em questão, com grande eficiência em explorar força de trabalho e baixo potencial em gerar empregos formais.

Em sua investigação sobre o desenvolvimento, Gilbert Rist chama a atenção sobre o fato de o “conceito desenvolvimento ter sido construído em uma história e cultura particular” (Rist, 1997:2). Esta é uma constatação central, pois nela pode-se vislumbrar o mote causal, a cosmogonia da racionalidade da sociedade moderna ocidental burguesa em qualquer tempo ou espaço. Desenvolvimento aqui significa a projeção de mundo da sociedade ocidental moderna produzida pelos países do norte.

Segundo o mesmo autor, a idéia de desenvolvimento existia bem antes de ter sido “inventada” no pós-guerra, foi construída processualmente, o cristianismo, o iluminismo, o colonialismo. O termo desenvolvimento foi a materialização de um mito ocidental ligado ao domínio, à civilização e ao fato da palavra desenvolvimento já estar associada a uma série de significados, biológico, como crescimento, a fez extremamente adequada para o significado de mudança, transformação social baseada no progresso econômico.

Outro aspecto que, para RIST (1997), parametriza a noção de desenvolvimento que foi cristalizada no pós-guerra é a noção de subdesenvolvimento, denominação utilizada para as áreas economicamente atrasadas. Para o autor a noção desenvolvimento/subdesenvolvimento introduziu a idéia de continuidade, não eram antíteses, mas complementares. Subdesenvolvimento seria um desenvolvimento incompleto, justificando assim a necessidade de “ajuda” para que todos se tornassem desenvolvidos. Esse caráter transitivo do desenvolvimento, de cunho evolucionista apontado por Rist, ajuda em muito na naturalização,

popularização e consolidação da noção como crença universal, inclusive transformando-a num “direito humano”.

Observa-se que o papel central da noção de desenvolvimento estabelecida pelos países economicamente dominantes não é absoluto e sim hegemônico, nos termos fundamentados por Gramsci, onde as relações sociais podem ser modeladas pela idéia hegemonia/dominação. Para o autor, o poder subsiste em termos relacionais, está ligado em relações, não é um processo isolado e sim vinculado a valores e significados.

A hegemonia é constituída na dimensão política e cultural. Segundo Elimar Nascimento, além de serem a essência das proposições da teoria da hegemonia de Gramsci, os passos descritos a seguir são fundamentais no exame de uma relação hegemônica:

- Definir sujeito ou sujeitos a que ela diz respeito;
- Determinar o “locus” ou espaço social em que ela se exerce; precisar o seu tipo, forma, conteúdo na dependência de sujeitos diferentes ou na historicidade de um mesmo sujeito;
- As maneiras que lhe são próprias, isto é, os seus mecanismos particulares de realização;
- E por fim, os instrumentos e instituições através do qual a hegemonia se concretiza, ou seja, o seu aparelho hegemônico.

Utilizando este modelo pode-se realizar um exercício para contribuir com o entendimento da relação hegemônica entre os sujeitos: Complexo Florestal Industrial (CFI) e comunidades locais do município de Rio Pardo de Minas e circunvizinhos. Como sujeitos do CFI têm-se tanto as indústrias siderúrgicas, que dominam a cadeia completa da produção do carvão à siderurgia e as empresas de silvicultura (plantio, manutenção e carvão vegetal). O outro sujeito dessa relação são as comunidades rurais tradicionais.

O *locus* ou espaço social em questão se encontra em uma região com grande concentração de terras e predominância de populações de lavradores, com maior parte das populações municipais residentes na zona rural. É uma região onde a expansão das relações capitalistas se deu em meados da década de 70, por meio da implantação das monoculturas de eucalipto, de grandes projetos agropecuários e de irrigação sobre a estrutura social instalada na região. O tipo de relação estabelecida entre os sujeitos tem sido a de dominação mediante

aparelhos de estado, violência simbólica³⁶ e adesão social sob justificativa de se alcançar o desenvolvimento.

No entanto, o que se nota é comprometimento, em muitos casos, da reprodução social dos nativos, levando-os a submeterem-se às regras das empresas ou ao êxodo rural e configurando-se o domínio pela empresa dos espaços sócio-políticos.

O mecanismo particular de realização dessa relação de dominação pelo CFI foi a expulsão dos moradores dos locais através da expropriação da terra e o comprometimento da reprodução social dos seus modos de vida. Contou para isto, em Minas Gerais, com forte apoio do aparato estatal, por meio da alienação e cessão de terras públicas, de incentivos fiscais através do Fundo de Investimento Setorial – FISET³⁷ – e por meio das obras de infraestrutura demandadas pela eucaliptocultura, como estradas e comunicação implementadas na região Norte do Estado de Minas Gerais. Ressalta-se que estas políticas foram realizadas ainda durante o regime militar instaurado em 1964.

Na atualidade alguns empresários do CFI tentam a renegociação de mais de 170.000 ha de terras cujos contratos junto ao Estado encontram-se em vencimento, com alguns processos já em andamento como é o caso do grupo Gerdau no município de Rio Pardo de Minas, que renegociou áreas para novos plantios de eucalipto, além de terras em outros municípios da região, como no de Buritizeiro.

Por fim, o CFI é movimentado por uma rede de empreiteiros e trabalhadores informais que atuam sobretudo na colheita, carvoejamento e transporte do carvão até as usinas ou pontos de carregamento.

Em relação aos instrumentos e instituições por meio do qual a hegemonia se concretiza, além da rede política de sustentação nas esferas políticas municipais, estaduais e federais, garantindo a representação de seus interesses, podemos destacar a legitimação através de cientistas que sustentam a tese de que a eucaliptocultura é uma atividade carreadora

³⁶ Pierre Bourdieu chama de violência simbólica “uma imposição de categorias de percepção do mundo social” (99:2003).

³⁷ De acordo com a Lei 5106/66, sob o programa FISET, indivíduos e empresas poderiam destinar 50% do imposto de renda para projetos de reflorestamento e todos os projetos tinham que ser submetidos à análise do IBDF. O FISET foi encerrado em 1989.

de desenvolvimento e que não degrada o ambiente. De acordo com PORTELLI (1977), o aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é, na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais:

Os intelectuais da classe historicamente (e de um ponto de vista realista) progressista, em determinadas condições, exercem tal poder de atração que terminam, em última análise, subordinando a si os intelectuais dos outros grupos sociais, criando, conseqüentemente, um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais, com laços de ordem psicológica (vaidade, etc.), e freqüentemente de casta (técnico-jurídico, corporativo, etc.). Essa atração leva à criação de um “bloco-ideológico” – ou intelectual – que vincula as camadas de intelectuais aos representantes da classe dirigente (PORTELLI, 1977: 66).

O CFI tem contado com o apoio dos órgãos de extensão, fomento e fiscalização do Estado, (EMATER e IEF). Associados às agências financeiras (Banco do Brasil e Banco do Nordeste), via fomento florestal que privilegia o plantio e a reposição florestal de monoculturas de eucalipto em pequenas propriedades rurais, em detrimento da diversificação, do reflorestamento de matas nativas de uso sustentável. Os meios de comunicação reforçam esta relação hegemônica do CFI sobre as comunidades locais. Gramsci considera como material ideológico, e a parte mais notável e dinâmica da organização da classe dominante, a imprensa em geral. “A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única. Tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dela”(Gramsci, 1981, p.198)³⁸. A situação específica que está em análise, em relação a este ponto, é convergente com o papel dado à imprensa na teoria de hegemonia de Gramsci. A imprensa freqüentemente veicula matérias destacando o importante papel da eucaliptocultura para a promoção do desenvolvimento, além dos materiais de propaganda produzidos pelas empresas. Raramente são feitas matérias jornalísticas com enfoque nos impactos ambientais e sociais advindos da eucaliptocultura. Quando ocorre, é imediatamente remediado. Como exemplo podemos registrar, no mês de dezembro de 2005, uma reportagem do programa de televisão Globo Rural, nacional e dominical, que ao discutir a questão da degradação ambiental e do esgotamento dos recursos hídricos na bacia do Rio São Francisco, apontou a monocultura de eucalipto entre as causas do assoreamento dos cursos d’água. Na semana seguinte, foi veiculada, no mesmo programa, uma matéria ressaltando as qualidades dos projetos de eucaliptocultura e a sua importância para o desenvolvimento.

³⁸ In: Coutinho, Carlos Lessa. Fontes do Pensamento Político – Gramsci. Porto Alegre: L &PM, 1981.

2.5 EUCALIPTOCULTURA E INDICADORES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO EM RIO PARDO DE MINAS

A comunidade de Vereda Funda, objeto desse estudo, encontra-se localizada no município de Rio Pardo de Minas, na micro-região de Salinas, conforme figura 2. O mesmo encontra-se situado no alto rio Pardo³⁹, na área de sua calha de formação, sendo a bacia aí composta pelos afluentes: rio Pardinho, rio Mosquito, rio Preto, rio Itabiraba e rio São João.

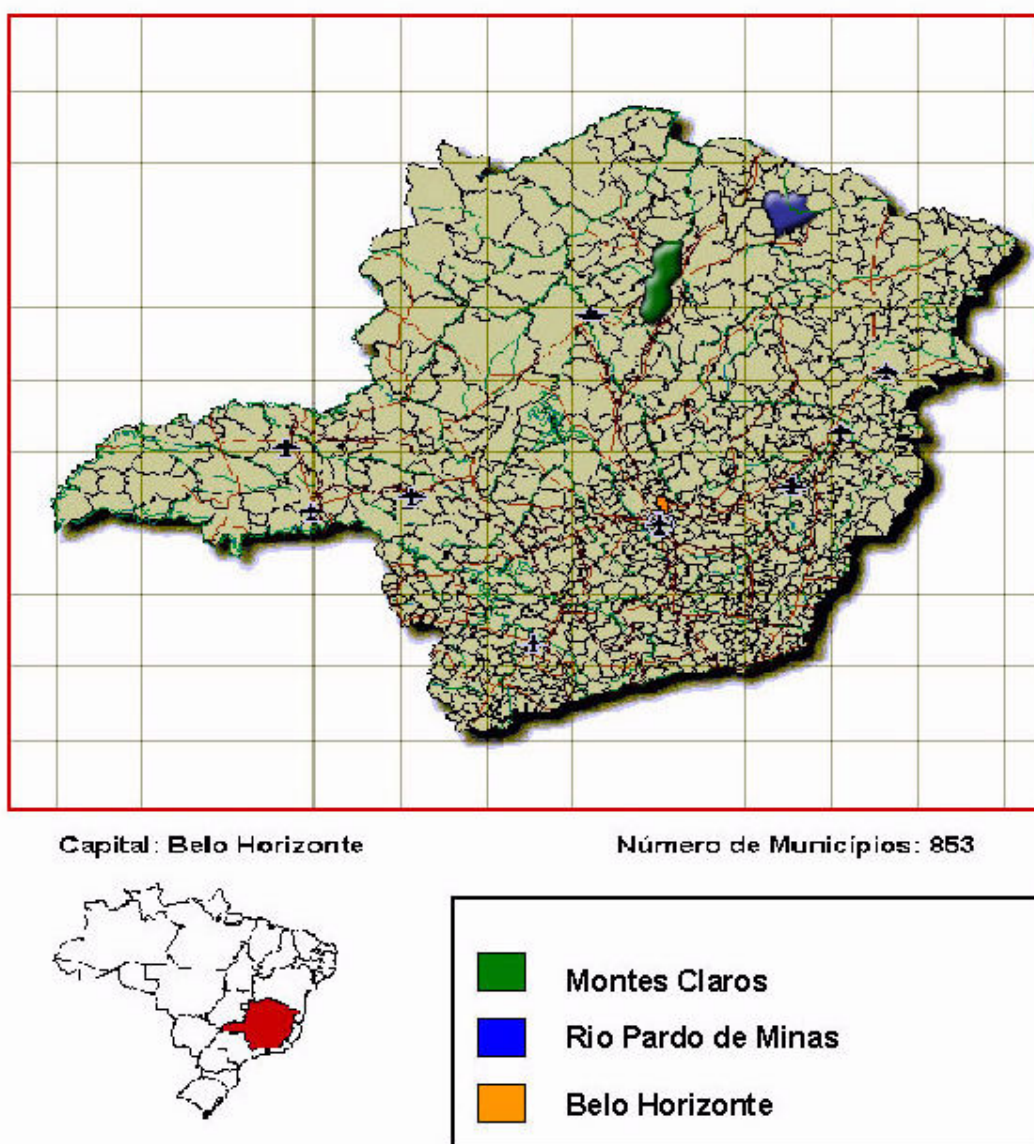


Figura 2 – Mapa de localização de Rio Pardo de Minas

Fonte: IBGE, e CAA-NM

³⁹ O alto rio pardo é composto pelos municípios de: Rio pardo, Salinas, Taiobeiras, Indaiabira, frutal, Vargem grande do Rio Pardo, Montezuma, São João do Paraíso, Ninheira, Santa Cruz de Salinas, Novo Horizonte, Rubelita, Berizal, Santo Antônio do Retiro.

O município de Rio Pardo de Minas⁴⁰ foi criado no ano de 1831, quando recobria toda a área geográfica do alto rio Pardo. Assim, nessa região administrativa de Minas Gerais, o município de Rio Pardo de Minas é o mais antigo, o maior em extensão e o maior produtor de carvão de origem de plantação. Atualmente tem uma área⁴¹ total de 3.129 Km² e administrativamente é dividido em dois distritos, o de Rio Pardo de Minas e o de Serra Nova. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, em 2000, a população total do município era de 27.237 habitantes, sendo 61%, ou seja, 16.742 pessoas, residentes na zona rural.

Segundo dados da FUNASA, este município tem aproximadamente 5.529 famílias habitando a zona rural. Há uma característica regional norte-mineira vinculada à população, ou seja, a população rural é maior que a urbana. Somente nos municípios de Salinas e Taiobeiras, da região do alto rio Pardo, têm população urbana maior que a rural⁴².

O historiador norte-mineiro Simeão Ribeiro Pires, ao descrever a Serra Geral que limita com o município de Rio Pardo de Minas registrou da seguinte forma a origem da região com base em Saint-Adolph:

os sertões do Rio Pardo, embora não sendo terras pertencentes à bacia do São Francisco, pertenciam à Bahia logo após o desaparecimento das capitanias hereditárias. A primeira fazenda formada na região foi a fazenda de Antônio Luiz Passos, datada do ano de 1698, foi formada na confluência das águas do Rio Preto com o Rio Pardo (PIRES, 2001, p.227).

No relatório da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, sobre o município de Rio Pardo de Minas consta que: “Inicialmente a área fazia parte de Minas Novas, sendo que em 10 de maio de 1757, D. João V desmembra o arraial de Rio Pardo de Minas da Vila de Minas Novas, da comarca da Jacobina, para anexá-lo à comarca de Serro Frio e ao governo de Minas Gerais”⁴³ (AMAMS,1987).

⁴⁰ Fonte: FJP-Anuário estatístico de Minas gerais 2000- 2001

⁴¹ Em 1996, segundo dados do anuário estatístico da região mineira do nordeste - 1994, o município de Rio Pardo tinha 5.630 km². Na década de 1990 houve separação de alguns distritos que se emanciparam e tornaram-se municípios, daí, a redução da área do município.

⁴² Sobre a designação do que é rural ou urbano deve-se considerar a crítica feita por José Eli da Veiga sobre a designação do que é cidade. Segundo o autor “aqui toda sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais. Além disso, a delimitação dessas “cidades”, prerrogativa das câmaras municipais, inexistente, em 40% dos casos, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos” (VEIGA:2002, 55).

⁴³ Relatório do perfil geo-sócio-econômico dos municípios da área Mineira da SUDENE – AMANS-1987

Na atualidade, segundo o IBGE (2002), Rio Pardo de Minas é o segundo⁴⁴ maior produtor de Carvão, oriundo da silvicultura, do Estado de Minas Gerais, que é o maior produtor do Brasil. O município produz 85.970 Toneladas de carvão por ano. Por outro lado, o município não apresenta boas condições sócio-econômicas, principalmente na zona rural, onde se produz o carvão. Existem vários índices que “medem” o desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH⁴⁵ na atualidade é um dos mais importantes e originou muitos outros, embora Januzzi ressalte que:

uma relativa fragilidade conceitual (operacional?) do IDH em superar as limitações de validade do PIB *per capita* como indicador do nível de desenvolvimento socioeconômico. Na realidade há fortes críticas ao uso deste indicador como índice, pela sua não adequabilidade em representar a dimensão “padrão de vida” presente na definição conceitual do IDH. Afinal o PIB é composto por outras parcelas além da renda efetivamente apropriadas pelas famíliasalém do PIB *per capita* ser uma média, não retratando a forma como o produto econômico se distribui na sociedade. que o índice considera a média do PIB o que traz, principalmente no caso do Brasil informações relativas devido ao alto nível de Índice de desigualdade de renda (JANNUZZI: 2001,122).

Apesar das considerações de Jannuzzi, o IDH é um índice que nos permite comparações e algumas generalizações. Em relação ao índice de desenvolvimento humano de Rio Pardo de Minas, o IDH do município no ano 2000 ficou estabelecido em 0,633. Na composição desse índice, o pior é o IDH-renda que é 0,516. O IDH renda reflete os recursos monetários para a compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material. O IDH educação e o longevidade que se encontram no patamar de 0,6, são classificados como médios.

Outros índices foram compostos a partir do IDH visando a aferir melhor a condição de vida da população brasileira. O índice de exclusão social utiliza parcialmente a metodologia

⁴⁴ O maior produtor de carvão de origem silvicultural do Norte de Minas é o município de Buritizeiro que produziu 93.996 t e é também um dos maiores municípios do Estado.

⁴⁵ O Índice de desenvolvimento humano foi desenvolvido pelo instituto de pesquisa e desenvolvimento social das Nações Unidas, no âmbito do PNUD-Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento. Segundo Jannuzzi (2001), o PNUD para avaliar operacionalmente o nível e o progresso do desenvolvimento humano propôs o cálculo de um índice – IDH-construído a partir da aglutinação de indicadores representativos das dimensões relativas à educação (Taxa de alfabetização de adultos e taxa de escolaridade), saúde (esperança de vida, e risco à morbidade) e, renda (PIB per capita ajustado). O IDH propriamente dito é calculado como a média das medidas transformadas e tem seus valores no intervalo de 0 a 1, sendo a classificação feita da seguinte forma: IDH < 0,5 = baixo; 0,5 < IDH < 0,8 = médio; IDH > 0,8 - Alto

empregada para a apuração do IDH. Ao mesmo tempo, como no mapa da exclusão/inclusão social, busca ser mais amplo, estudando um conjunto maior de variáveis relevantes.

Segundo o mapa da exclusão social, Rio Pardo de Minas ocupa a 4764^a posição no ranking⁴⁶ - a partir da melhor situação social de todos os municípios brasileiros. Outros índices⁴⁷ que constam no mapa da exclusão social e compõem este índice, estão listados na tabela a seguir:

Tabela 6 - Índice de exclusão social em Rio Pardo de Minas, 2000.

| ÍNDICES* | VALOR | Principal variável para cálculo |
|------------------------|--------------|---|
| Pobreza | 0,166 | Participação de chefes de família com rendimento abaixo da linha de pobreza |
| Juventude | 0,451 | Participação de cidadão com até 19 anos de idade no total da população |
| Alfabetização | 0,619 | Existência de analfabetismo |
| Escolaridade | 0,210 | Nível de instrução dos chefes de família |
| Emprego formal | 0,037 | Participação dos assalariados em ocupações formais |
| Violência | 1,000 | Nº de homicídios por cem mil habitantes |
| Desigualdade | 0,021 | Grau de desequilíbrio entre os chefes de grupos familiares situados no extremo da distribuição de renda |
| Exclusão social | 0,324 | Síntese dos indicadores anteriores |

Fonte: Atlas da exclusão social no Brasil, 2003

*Os índices variam de zero a um, sendo que as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um.

Os únicos indicadores que estão acima da faixa média são o índice de alfabetização e o índice de violência. Em relação à geração de emprego e renda especificamente no município de Rio Pardo de Minas, um dos locais onde a plantação de eucalipto se instalou efetivamente, grande parte dos indicadores apresentados demonstra que são precárias as condições de vida no município. Pode-se constatar que os piores indicadores são justamente os relativos à renda e emprego. Cabe lembrar e considerar que os investimentos feitos pelo Estado para atender à

⁴⁶ Ranking que conta com os 5.507 municípios brasileiros

⁴⁷ A escala para interpretação dos índices encontra-se na tabela. Para maior compreensão da forma de calcular consultar o Atlas da exclusão social

silvicultura, como apresentado por BACHA (2004) foram de US\$ 1.751,61 de incentivos fiscais para cada hectare reflorestado.

Este panorama da monocultura de eucalipto para a produção de carvão para o setor siderúrgico é o contexto macrossocial das práticas de cunho desenvolvimentista das quais a comunidade de Vereda Funda foi e é parte.

CAPÍTULO 3 – COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA - TRADIÇÃO E TERRITÓRIO

O primeiro contato que tive com a comunidade de Vereda Funda foi no ano de 1998. Desde então acompanho a história desse povo, inicialmente como observadora e visitante, até o compartilhamento do cotidiano da comunidade na luta pelos seus direitos.

A comunidade encontra-se no divisor de águas da bacia do rio Pardo com a bacia do rio Jequitinhonha, em uma região onde predominam altitudes em torno de mil metros configurando um clima mais fresco do que o das demais regiões do Norte de Minas.

Desde o primeiro contato muitas questões emergiram. Com o habitat dominado pela monocultura, pela destruição da paisagem, dos rios, desarticulação das formas de vida, como era possível a produção, a vida naquela comunidade, naquele território socialmente construído?

Diante do processo de fortalecimento e articulação que se encaminhou para reconquista do seu espaço territorial, este trabalho foi pensado com o objetivo de contribuir na explicitação das relações que circunscrevem o contexto da comunidade. Pela combinação de uma análise microssociológica de parte do universo local, onde foi implantado o eucalipto, conjugada com a realização de um balanço ou avaliação do impacto da eucaliptocultura.

Este capítulo trata de aspectos específicos do microcosmo, da história da comunidade, das estratégias de reprodução social antes de 1982, quando têm início as plantações de eucalipto e as principais mudanças imediatas causadas por esse evento.

A história da comunidade de Vereda Funda é abordada tendo como referência o modelo apresentado por Little (2002), adaptando-o para o escopo deste estudo. A cosmografia da comunidade de Vereda Funda foi composta a partir do relato da história da comunidade guardado na memória coletiva, tendo como marco divisor a entrada das empresas de eucalipto que ocuparam a área da comunidade, fato este que está circunscrito ao que é denominado de choque de modernização e que teve como consequência o rompimento das estruturas e formas de vida tradicionais da comunidade.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A parte descritiva sobre a comunidade de Vereda Funda tem como parâmetro dimensões do desenvolvimento e aspectos socioambientais e culturais. Busca-se identificar quem são os moradores, o que fazem e qual caminho percorreram até chegarem onde estão no confronto com o complexo florestal industrial.

Para gerar as informações sobre sociedade, natureza e cultura foi realizado um levantamento sócio-econômico com dados sobre população, escolaridade, saneamento, infraestrutura e renda, utilizado instrumentos do diagnóstico rural participativo para construção coletiva de calendários sazonais, calendário social; entrevistas individuais e coletivas visando a recompor o histórico da comunidade e recuperar a memória coletiva mediante a demarcação dos acontecimentos considerados mais importantes para a comunidade.

Dado o contexto histórico, social e econômico e da forma de produção monocultural implantada no Norte de Minas, cumpre entender como e por que as pessoas permaneceram nos locais onde as plantações⁴⁸ de eucaliptos em grande escala ocuparam o espaço utilizado por elas para produção e reprodução social.

Para levar a cabo esta tarefa, a partir da perspectiva das ciências sociais e sua forma particular de conhecimento, buscou-se conhecer, descrever e interpretar os fatos levantados. Compreender a racionalidade com que uma comunidade, dentre as muitas atingidas pela monocultura de eucalipto, se orienta nesse contexto. O conhecimento é um processo e a apresentação do método de uma pesquisa científica que tem como objetivo o conhecimento de uma “realidade” - na verdade, do que enxergamos de uma determinada realidade e em determinado momento, porque a realidade é dinâmica - prescinde de uma demarcação. A idéia de verdade só faz sentido no interior de um “paradigma⁴⁹”.

A partir de uma abordagem dialética de ciência, de método e de realidade podemos iniciar a demarcação desta pesquisa.

⁴⁸ Nas referências a plantações de eucaliptos considerar qualquer das 700 espécies do gênero *Eucaliptus* e os *Pinus*.

⁴⁹ Kuhn (1974) aponta que nos diversos momentos históricos e nos diferentes ramos da ciência há um conjunto de crenças, visões de mundo e de formas de trabalhar reconhecidos pela comunidade científica de forma geral. Os “paradigmas” são os parâmetros que condicionam o entendimento de algumas idéias e teorias.

Segundo Demo (1995), não existe “a dialética”, mas sim, dialéticas diferentes e até mesmo contraditórias. O autor considera a dialética histórico-estrutural a mais adequada para o tratamento de fenômenos sociais por articular as dimensões objetivas e subjetivas.

A perspectiva em relação aos objetivos fundamentais da sociologia, conforme aponta Florestan Fernandes são:

Primeiro, descobrir explicações que permitam descrever e interpretar os fenômenos sociais em termos da ordem existente nas condições e nos níveis de sua manifestação. Segundo, por em evidência as relações dinâmicas da ordem social ou de fatores sociais com as formas de vida” (FERNANDES, 1959, p.15).

Nessa perspectiva, foi pensado o trabalho de campo com base em observação participante em forma de pesquisa-ação/estudo-ação e inquérito, por questionário, para reunir informações de vários matizes sobre a comunidade.

Conforme Raul Iturra, “a observação participante no trabalho de campo visa, por um lado, construir o documento e por outro, acumular informação sobre o mesmo povo para contextualizar melhor seu comportamento e também para que se possa adquirir saber através das comparações das formas culturais” (ITURRA, 1999, p.152).

Neste trabalho, a observação participante buscou captar a identidade, os acontecimentos, as práticas e o cotidiano da comunidade - pois o foco na observação participante foi selecionado por fazer parte de um referencial teórico imbuído de práxis, pesquisa contextualizada - o inquérito por questionário na forma censitária visou ao registro das características demográficas e sócio-econômicas da comunidade, sua distribuição e frequência. A pesquisa foi planejada a partir do método proposto por Henri Lefebvre que contempla vários momentos da pesquisa, conforme o modelo proposto por ele abaixo:

a) Descritivo. Observação, porém munida da experiência e de uma teoria geral. Em primeiro plano: observação participante no local de pesquisa. Utilização prudente das técnicas de pesquisa (entrevistas, questionários, estatísticas).

b) Analítico-regressivo. Análise da realidade descrita. Esforço para datá-la com precisão (para não nos contentarmos com a constatação dos “arcaísmos” não datados, não comparados entre si).

c) Histórico-genético. Estudo das modificações desta ou daquela estrutura previamente datada, causadas pelo desenvolvimento ulterior (interno ou externo) e por subordinação às estruturas de conjunto. Esforço para uma classificação genética das formações e estruturas, no quadro do processo do conjunto. Esforço, portanto, para retornar ao atual anteriormente descrito

para reencontrar o presente, porém elucidado, compreendido: explicado (LEFEBVRE, 1986, p.173).

A analogia da participação a uma espécie de paradigma é válida por que nela se insere uma visão de mundo e uma forma de trabalhar que considera o conhecimento como algo produzido coletivamente, num processo dinâmico.

No Brasil, a partir da década de 1970, a noção de participação veio ocupando espaço em diversas dimensões, tornou-se elemento importante tanto nas agendas dos movimentos sociais como na do Estado, vindo a tornar-se elemento importante inclusive no âmbito da ciência.

Embora se reivindique para Paulo Freire a primazia de haver introduzido um enfoque renovado e de marcada conotação sociopolítica na educação e pesquisa educativa dos países latino-americanos, o conceito de investigação-ação, utilizado a partir dos anos setenta, para caracterizar os tipos participacionistas de pesquisa, provém de uma vertente mais sociológica do que propriamente educacional. Por trás desse conceito, jaz uma forte crítica à unidade de método prevalecente nas ciências sociais, à preeminência de uma visão parcelada e unidimensional da realidade social, à separação radical entre ciência e política, à desvinculação total entre teoria e prática nos procedimentos científicos e à manipulação de informação para evitar participação coletiva nos processos de gestão social e econômica, por partes das camadas de destituídos das sociedades latino-americanas (Rigal, 1980). Como contrapartida do antecedente surge o conceito de investigação-ação que se ergue, no campo da sociologia, como reação aos paradigmas dominantes nas ciências sociais (GAJARDO, 1999, p.23).

A participação é um elemento encontrado na maioria dos trabalhos, projetos e reflexões referentes ao desenvolvimento, pois a ela é creditado o papel de despertar e fortalecer os sujeitos sociais para que promovam seu próprio bem estar.

Porém, algumas vezes a participação transforma-se num discurso sem referencial numa prática. Transformando o elemento participativo num instrumento de legitimação ou em justificativa para produção superficial de conhecimento. Genericamente entende-se participação como um “processo existencial concreto, que se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos seguimentos da população” (SOUZA, 1989, p.79).

De acordo com Bordenave (1983), participação vem da palavra parte, e significa tomar parte, fazer parte, ter parte. Demo (1984), define participação como “processo histórico de

conquista da autopromoção⁵⁰”, caracterizando-a como um fenômeno político que perfaz dois eixos da política social: ligado à dimensão sócio-econômica e à dimensão política. Estas dimensões correspondem a necessidades básicas humanas e sociais.

Brandão (1999), ressalta a importância de rever o que significa participar, e ao tratar da pesquisa participante elenca três princípios:

Primeiro: a possibilidade lógica e política de sujeitos e grupos populares serem os produtores diretos dos próprios saber orgânico da classe. Que reflita a prática do povo e oriente a ação coletiva.

Segundo: o poder de determinação do uso e destino político do saber produzido pela pesquisa, tenha ela tido ou não a participação de sujeitos populares em todas as suas etapas.

Terceiro: o lugar e as formas de participação do conhecimento científico e do seu agente profissional de saber, no trabalho com o povo, que gera a necessidade da pesquisa e na própria pesquisa que gera a necessidade da sua participação (BRANDÃO, 1999, p.93).

A noção de participação se expande e penetra em vários níveis do conhecimento como o da pesquisa participante, vista com Brandão, e pode expandir-se para qualificar várias formas de percepção da realidade, como a observação participante, que segundo Mello

inscreve-se como uma proposta metodológica de envolvimento na comunidade na qual estamos inseridos. Implica participação do educador-pesquisador nos círculos sociais, políticos e culturais das comunidades, observando, participando e registrando essa experiência (MELLO, 2005, p. 63).

Busca conhecer e permeia todas as etapas metodológicas deste trabalho. Conhecer, saber, buscar e estar, participar. Neste trabalho, articulou-se a idéia da observação participante com a pesquisa-ação.

O teor participativo desta pesquisa não está no fato de a comunidade ter sido co-produtora do levantamento de dados e das informações registradas, mas sim, pelo fato de a pesquisa fazer parte do planejamento, do projeto político da comunidade que tinha necessidade de sistematizar as informações sobre si, visando à reconquista de seu território. Como desdobramento e aprofundamento da proposta metodológica da pesquisa participante, adentramos na pesquisa-ação com e sobre a comunidade de Vereda Funda.

⁵⁰ Demo (1984) explicita que a substância mais própria da participação é a autopromoção, ou seja, a capacidade de auto-sustentação.

3.2 TRADIÇÃO E CULTURA EM VEREDA FUNDA ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO EUCALIPTO

Território é um conceito que na atualidade pode representar muitas coisas. É um conceito fluido e que pode trazer ambigüidades. Ele tem origem na geografia e inicialmente pretende designar um espaço demarcado. Sua mutação transcendeu a dimensão espacial passando a multidimensional e multidisciplinar.

Para o geógrafo Milton Santos:

é o uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, de um híbrido, uma noção que, por isso mesmo carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida (SANTOS, 2000:15).

Focalizar as estratégias de reprodução social a partir do território requer considerá-lo como sendo uma construção realizada por meio de relações sócio-econômicas, culturais e políticas que estruturaram um espaço compartilhado e construído socialmente, assim como a territorialidade.

Existem três dimensões em um território conforme argumenta Leite (1990), quais sejam, a terra que é o lugar sob o qual a existência do grupo torna-se possível; o território que indica a presença de fronteira concreta, simbólica ou ambas e que torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo; e a territorialidade que seria a relação, um tipo de experiência que constrói subjetividade, porque baseada numa linguagem, num conhecimento, num tipo de vivência coletiva que constrói um ou vários tipos de poder.

Ao definir territorialidade, Little considera-a como sendo:

o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou *homeland* (...) o fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido ou reafirmado (LITTLE, 2002, p.3).

O autor ao delimitar um campo de análise focado no aspecto territorial considera a conduta territorial como imanente a todos grupos humanos e geradora direta do território, que

é um produto histórico de processos sociais e políticos com suas particularidades sócio-culturais.

Little (2002) utiliza o conceito de cosmografia para entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território. Define cosmografia “como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter o seu território”. (LITTLE, 2002, p.3).

A cosmografia incluiria a análise de regimes de propriedade; os vínculos afetivos que mantém com seu território específico; história da sua ocupação guardada na memória coletiva; o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

O território estruturado pela comunidade de Vereda Funda possui uma dinâmica em que a comunidade que o constituiu desenvolve estratégias de composição, reconstrução e revitalização embasadas em sua tradição face à expansão das relações capitalistas que modificaram suas vidas. A Tradição⁵¹ que a comunidade acionou para garantir sua sobrevivência vai muito além da transmissão de costumes antigos.

Apesar de a tradição ter sido identificada como diretriz analítica do histórico da comunidade, não é só ela que delinea o território. Um outro elemento que comporá nossa análise é a expansão capitalista no Norte de Minas. Conforme descrito no capítulo um, o Norte de Minas tem especificidades moldadas pela história de ocupação do território brasileiro, conformando um cenário “tradicional” até a década de 1970, quando foi alcançado pela necessidade de expansão do capital.

Expansão circunscrita num quadro de valores entendidos de forma geral como modernidade que pode ser qualificada como uma modernidade globalizada onde há uma interconexão. Para Giddens

a globalização não diz respeito apenas à criação de sistemas em grande escala, mas também à transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. Nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos que acontecem do outro lado do mundo. De modo oposto, hábitos dos estilos de vida locais tornaram-se globalmente determinantes. (...) A globalização não é um processo único, mas uma mistura complexa de processos, que freqüentemente atua de maneira

⁵¹ Tradição no sentido apresentado por Giddens, onde “a tradição é uma orientação para o passado de tal forma que o passado tem uma pesada influência, ou mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o futuro (GIDDENS, 2001, p. 31).

contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação. Daí, por exemplo, a revitalização de nacionalismos locais e uma intensificação de identidades locais estarem diretamente ligadas e em oposição às influências globalizadoras (GIDDENS, 1996, p.13).

As interconexões que compõem as relações da modernidade globalizada com a comunidade são dialeticamente geradoras e geradas pelas relações estabelecidas com a divisão internacional do trabalho, a partir da qual a comunidade se insere no mundo pós-integração econômica ao mundo capitalista via implantação da monocultura de eucalipto em seu território.

A partir destas perspectivas e da perspectiva do conceito de população tradicional pretendeu-se orientar o olhar sobre o território da comunidade de Vereda Funda, sobre as pessoas e as relações que constroem esse território. Para Little:

o uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos mostram na atualidade (LITTLE, 2002, p.30).

O autor ao tratar sobre o conceito de povos tradicionais chama atenção para o seu uso a partir da perspectiva política e social no contexto da reafirmação do direito ao território, constituindo populações tradicionais numa dimensão empírica e política.

3.3 A HISTÓRIA DA VEREDA FUNDA NA MEMÓRIA COLETIVA

A história da comunidade de Vereda Funda, sua forma de produção e reprodução e sua relação com o território do ponto de vista do vivido por eles consiste no objeto de estudo desta seção. Utiliza-se o termo comunidade para o equivalente a um conjunto de indivíduos que se relacionam entre si e com um determinado território, física e simbolicamente, no caso população tradicional.

O histórico aqui apresentado foi construído tendo como fontes relatos orais registrados em vídeo e fitas cassete durante entrevista coletiva realizada com parte dos moradores mais antigos da comunidade, assim como em reunião realizada com 60 mulheres, entrevistas com informantes e convivência no cotidiano da comunidade.

O objetivo foi registrar a impressão dos membros da comunidade em relação a como era a comunidade anteriormente à ocupação de seu território pela monocultura de eucalipto, como se deu essa ocupação e as principais mudanças imediatas dela advindas.

O nome Vereda Funda é originário de uma característica geográfica da espacialidade local. Atualmente existem três acessos para chegar à comunidade. Em um deles existe uma bela vereda em um nível abruptamente abaixo, daí o nome Vereda Funda.

Nos relatos feitos pelos moradores, a comunidade de Vereda Funda que atualmente compreende o território demarcado na figura. 3 e demandado pela comunidade em processo judicial, remonta suas origens aproximadamente à segunda metade do século XIX.

A maioria das famílias que residem atualmente na localidade são originárias dos primeiros ocupantes das terras. Durante a pesquisa foi desenvolvida com a comunidade uma “árvore genealógica” na qual foram registradas mais de cinco gerações a partir da memória dos moradores sobre os antepassados. Chega-se até o século XIX com as famílias de: Adão Faustino, Jerônimo Carvalho, José Batista, Bibiano Teodoro dos Santos, Sabina Rodrigues, José Conegundes, Germano Pereira, José Carlos de Oliveira. Estas são algumas das famílias que originam a maioria das famílias residentes no território que compreende os grupos de vizinhança de: Barra, Boa Vista, Cabeceira da Boa Vista, Cabeceirão, Cambaúba, Castainha, Gangorra, Ilha, Malhadinha, Matos dos Cavalos, Olhos D’água, Pedra Branca, Porcos, Vereda Funda, Ponte Grande.

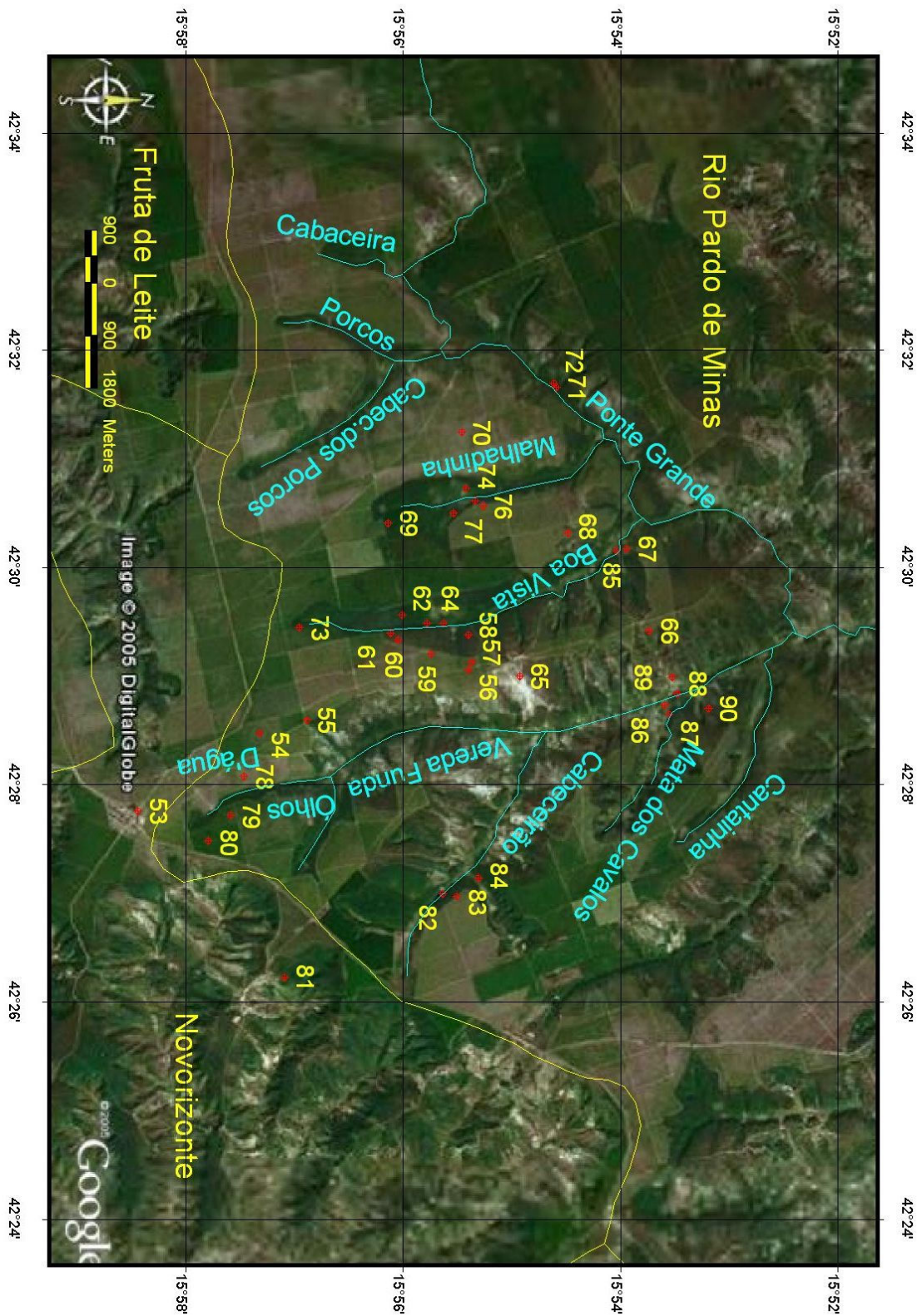


Figura 3 – Território da Comunidade de Vereda Funda

Fonte: Acervo de MAZZETO SILVA, C. - 2006.

Para ratificar esta informação foi feita uma checagem ao recenseamento⁵² realizado em setembro de 1920, onde foram encontrados na região os seguintes grupos de vizinhanças e proprietários:

Cabeceirão - Cypriano Venâncio Costa

Ilha - José Conegundes dos Santos, Germano Pereira Soares, Felix Pereira Soares, José Batista.

Vereda Funda - José Carlos de Oliveira

Barra - Exupério Martins de Melo

Matos dos Cavalos - Antônio Teodoro

Olhos D'água - Manoel Ferreira da Costa

Cambaúba - Sebastião B. de Oliveira

Porcos – Martiniano Fernandes da Rocha

Boa Vista - Manoel Tibúrcio Ferreira

Existe referência nas duas informações sobre algumas famílias dos grupos de vizinhança, mas não todos os existentes atualmente. Com relação aos sobrenomes familiares, apenas alguns aparecem nas duas informações. Todavia, ao procurar ler a história da comunidade a partir dos relatos genealógicos pode-se compreender a vinculação da geração atual com a geração recenseada em 1920 e a geração que deu origem à comunidade em meados do século XIX. Em anexo, a Árvore Genealógica das famílias da comunidade.

A árvore genealógica das famílias foi realizada em três etapas: na primeira, em reunião com os mais velhos da comunidade, foi feito um levantamento dos nomes e sobrenomes de todas as famílias da comunidade. Na segunda etapa, em reunião com parte da comunidade, foram montados os ramos principais e mais antigos e na terceira vez, em reunião com toda a comunidade, foi desenvolvida atividade onde cada pessoa escreveu seu nome em um papel e foi pedido que cada um achasse seu local nos ramos ali apresentados, ou se não conseguisse, formasse outro ramo. A grande maioria se localizou nos ramos já colocados. Houve quatro casos de pessoas que não se encontraram em ramo nenhum.

⁵² Diretoria geral de Estatística – recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920; relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado de Minas Gerais. V.3. Rio de Janeiro:Tipografia da Estatística, 1924.

Esse exercício foi importante para o reconhecimento das famílias como descendentes de ancestrais ocupantes da região e também para apontar as várias conexões entre famílias. Podemos dar como exemplo um casal que tem dois filhos, um menino e uma menina. Cada um dos adultos colocou seu nome num ramo familiar diferente e as crianças também. O nome da menina foi colocado com a família da mãe e o do menino com a família do pai. Elementos da história da comunidade também foram contados durante essa atividade. Foi resgatada a memória de um passado recente, as vizinhanças e os casamentos que ao longo conformaram a territorialidade dessa comunidade enquanto elemento que constrói a subjetividade das relações que a sustentam.

3.3.1 Regimes de propriedade e uso social do território

Como regime de propriedade considerar-se-á a forma de apropriação do território. Segundo Little (2002), de forma geral, pelo regime de propriedade vigente no Brasil existem duas categorias oficiais, as terras privadas - que na lógica capitalista são mercadoria - e as terras públicas - na qual o Estado tem o controle e formalmente pertence aos cidadãos do país. Segundo o autor existem diferentes formas de apropriação do território que vão além da dicotomia entre o privado e o público. Este é o caso da comunidade de Vereda Funda anteriormente à instalação de eucaliptais pelo complexo florestal industrial. A terra enquanto lugar, onde a existência da comunidade se tornou possível, era apropriada de forma diferenciada além das categorias de regime de propriedade formais. Existia um regime de propriedade que se assemelhava ao que McKean e Ostrom denominam de regimes de propriedade comum, onde:

um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, assim caracterizando uma forma de propriedade – ao invés de sua ausência. Em outras palavras existem direitos, e estes são comuns a um determinado grupo de usuários e não a todos. Dessa maneira, a propriedade comum não se caracteriza por acesso livre a todos, mas como acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns (McKean e Ostrom, 1995:81)⁵³.

⁵³ Publicação original: common property regimes in the Forest :just a relic from the past? Unasyuva, 1995. tradução André Moreira.

Pozo, em seu trabalho sobre regimes de propriedade no Norte de Minas Gerais⁵⁴ estuda o formato de apropriação da terra nessa região e destaca uma forma de uso, ou seja, o uso comunal categorizada pelo autor como “terra de solta”.

conhecida na região como Campos gerais, Gerais, e Chapadas, se originou de enormes extensões de terras que não foram apropriadas privadamente. Estas áreas foram apropriadas por uma população que saiu em busca de pequenas glebas de terra para viver como sitiantes, posseiros e pequenos fazendeiros (POZO, 2002, p.84).

O uso coletivo das chapadas para a criação de gado e utilização dos recursos disponíveis constituía-se parte integrante do sistema de reprodução dos membros da comunidade. Ainda sobre as formas comunais, o autor ressalta que “as famílias desenvolveram mecanismos de governança que regulavam o uso dos recursos existentes”.

Essas formas descritas por POZO assemelham-se à descrita pelos moradores da comunidade de Vereda Funda. Utilizavam a chapada para a “solta” do gado e coleta de frutos do cerrado. O cercamento das terras geralmente ocorria “quando queriam proteger a roça para o gado não comer”, conforme nos relatou um dos membros da comunidade.

A partir das informações coletadas podemos inferir que de forma geral o regime de propriedade da comunidade de Vereda Funda tinha três principais elementos geradores da lógica subjacente, a forma de apropriação que seria o gado, coleta e a roça, visto que a água existia em abundância. A cerca existia quando era necessário proteger a roça do gado. Podemos denominar esse sistema como um sistema misto, pois havia proprietários⁵⁵ de pedaços particulares, alguns com documento das terras e muitos sem. Porém, havia o terreno que era usufruído por todos para extrativismo e criação do gado.

A racionalidade do regime de propriedade baseava-se nas necessidades das pessoas e na característica natural do ambiente. Empiricamente foi desenvolvido o conhecimento do potencial de cada ambiente do território e da relação entre esses ambientes. As necessidades básicas eram: água, terra para roça, para o gado, para as chácaras, moradia e extrativismo. Dessa forma a comunidade foi formatada de maneira que os recursos necessários para manutenção desses meios de vida fossem acessíveis a todos os membros. Assim, a terra onde havia a solta do gado, as chapadas, constituída basicamente pela vegetação de cerrado em

⁵⁴ Pozo, Osmar. Regimes de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas gerais. Tese de Doutorado.UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002.

suas diversas fitofisionomias, era de uso coletivo. Lá havia a comida e o remédio, para o gado e para as pessoas, frutas e madeiras diversas⁵⁶. A chapada fornecia a lenha, madeira para marcenaria e construção, cobertura das casas, alimento, mel. A chapada era um “continuum” por natureza.

No carrasco⁵⁷, que ocorre normalmente nas encostas, encontrava-se terra de cultura e madeiras de melhor qualidade para construções. O carrasco é apropriado privadamente e geralmente possuem terrenos mais férteis onde se cultivava mandioca, milho, feijão, andu. Nas encostas se encontram as casas e os quintais com pomares e criação de pequenos animais: galinha, porco, etc., assim como as ervas medicinais plantadas e nativas de uso mais constante.

As vazantes são áreas localizadas nas partes mais baixas da paisagem, ocupadas originalmente por matas de galeria⁵⁸ e que foram incorporadas no sistema de produção onde se cultivava milho, banana, horta, verduras, feijão, arroz e tubérculos diversos. Essa área é de domínio privado onde se localizava a maioria das chácaras de café.

Em relação à forma de produção, esta foi configurada de acordo com a potencialidade natural, a partir da apropriação da natureza, utilizando a sua diversidade e as diferenças da paisagem. A força de trabalho utilizada era familiar e produzia quase a totalidade dos produtos para a satisfação das necessidades vitais, como relatou um dos moradores mais antigos da comunidade: “faziam e vendiam muita farinha, rapadura, tinham os tropeiros, os boiadeiros”.

Os principais produtos manufaturados que a comunidade vendia eram: rapadura, farinha, café e tinham como destino os municípios de: Serranópolis, Porteirinha, Monte Azul e Montes Claros. Segundo os informantes havia várias tropas que levavam os mantimentos para as cidades, regularmente. Um deles relatou que sua família tinha três lotes de burros, cada lote continha dez burros e um burro carregava de seis a oito arrobas. Esses animais faziam viagem mensalmente para levar para a cidade geralmente rapadura e farinha. A

⁵⁵ No censo apresentado de 1920 aparecem alguns proprietários

⁵⁶ Frutas: mangaba, pequi, rufão, cagaita, panã, murici; remédios: unha d’anta, barbatimão, favela madeiras: vinhático, massambé, sucupira, jatobá, pau-terra, quina, jacarandá, carne de vaca, açoita cavalo, capitão.

⁵⁷ Carrasco – denominação local dada a um tipo de vegetação (floresta estacional decidual ou semidecidual) que perde suas folhas, total ou parcialmente, nos períodos mais secos do ano.

⁵⁸ Mata de galeria – “também denominada Mata Ciliar ou Mata Ripária por alguns pesquisadores, caracteriza-se por associar-se aos cursos d’água” (RIBEIRO, 1998).

produção de farinha era a atividade mais tradicional da comunidade. As rodas d'água movimentavam as casas de farinha, onde a água dos córregos era aproveitada para girar o ralador de mandioca, ente outras engenhocas.

A família consistia numa unidade produtiva que se relacionava dinamicamente com outras famílias. Os casamentos⁵⁹ em sua maioria eram endógenos à comunidade. Os laços familiares eram muito fortes e explícitos⁶⁰ na comunidade, assim como os laços de solidariedade e parentesco ente famílias.

3.3.2 Vínculos afetivos com o território e manifestações culturais em Vereda Funda

“Ainda lembro que ele tinha uma moda de toca gado e bóia. Hoje em dia o povo não usa fazer aquilo mais, ele boiava e boiava bonito pra daná. E o gado parece que gostava daquilo que quando ele, eu era menino pequeno na época e o meu pai criava umas vaquinhas. De vez em quando a gente encontrava aí nessas chapadas da Cambaúba n/é? Ele tocando o gado. E o meu pai tinha uma moda dele me levar, eu era menino muito pequeno, mas eu ia com ele pro campo também quando encontrava Graciano. Graciano tocava o gado e pegava a boiar e o gado oi, era só ele pegar a boiá e o gado pegava estrada assim direitinho, boiava bonito pra danar.....(risos). De vez em quando eu vejo aquela fita que fala do vaqueiro, n/é? Como é que é o nome dela? Que tem os bóia, ‘volta do vaqueiro’. Pois é toda vez que eu assunto aquela fita eu lembro do Graciano que é boiar modo o boiado dele”

Durante a imersão para buscar as informações sobre o histórico da comunidade, os relatos levam à reconstrução de um cotidiano bastante dinâmico retratam predominantemente um estilo de vida classificado por alguns estudiosos dos povos da região como cultura sertaneja.

Almeida Costa ao tratar da cultura sertaneja norte-mineira a considera como “o resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato com o território norte-mineiro bem como as transformações verificadas” (COSTA, 1997, p.82).

⁵⁹ Em relação a essa característica na sociedade camponesa ver Woortmann, para a qual “o casamento é uma prática que assegura a sucessão. Se ele responde à proibição do incesto e institui a aliança, ele se relaciona intimamente com a descendência. Juntos, casamento e descendência não só reproduzem o patrimônio, mas produzem o “nós”, que se opões aos “estranhos” (WOORTMANN, 1995:92) .

⁶⁰ vide árvore das famílias na página 10.

A comunidade organizava seu sistema de vida articulando agricultura, pecuária e extrativismo. A população da região é considerada Geraizeira. Esta identidade foi estudada por Dayrell (1998) em uma comunidade do município de ⁶¹Riacho dos Machados, próximo ao município de Rio Pardo de Minas. Para ele,

Culturalmente, os habitantes dos Gerais, são denominados geraizeiros. Desenvolveram a habilidade de cultivar as margens dos pequenos cursos d'água uma diversidade de plantas como a mandioca, cana, feijões diversos, milho e arroz, além de porcos e galinhas, o gado era criado solto, até um período muito recente nas áreas de chapadas, tabuleiros e campos de uso comum. É nestas áreas, denominadas genericamente de “cerrado” que vão buscar o suplemento para garantir a sua subsistência: caçar, frutos diversos, plantas medicinais, madeira para diversos fins, mel silvestre. Os produtos que levam para o mercado são: farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, frutas nativas e plantas medicinais, artesanato (DAYRELL, 1998, p.72).

A dinâmica da comunidade relatada pelas fontes era semelhante à descrita por Dayrell. Como especificidade do local tem-se a cultura do café em sistemas de roças diversificadas, sombreadas e consorciadas, plantações estas denominadas pelos moradores de chácaras de café.

A atividade pastoril também foi muito forte na comunidade e moldou costumes e tradições. O Vaqueiro, o Boiadeiro, são tipos que habitam fortemente o imaginário dos moradores da comunidade que recorda da criação do gado na chapada, onde existia todo tipo de remédio para a criação.

Segundo os anciãos da comunidade, na década de 1950, moravam lá muitas famílias. Fez-se uma estimativa de mais de cinquenta famílias, geralmente numerosas, compostas por diferentes gerações. Segundo eles, a comunidade “era uma comunidade muito alegre, apesar das dificuldades”. As dificuldades estavam geralmente relacionadas à falta de acesso à educação - escola - e saúde - hospitais e médicos, principalmente. Os doentes eram tratados na própria comunidade com os remédios do local. O cerrado é reconhecido como fonte de numerosas plantas medicinais. Sempre havia pessoas que entendiam mais do assunto e ajudavam sugerindo chás e remédios. Os partos também eram feitos na comunidade por parteiras que, além do parto, davam o acompanhamento inicial ao recém-nascido. Havia considerável mortalidade infantil e às vezes materna.

⁶¹ o município de Riacho dos machados fica a aproximadamente 100 Km de Rio Pardo de Minas e faz parte da região de abrangência da serra Geral.

Em termos de lazer eram comuns as visitas entre vizinhos para cantar e conversar nos fins de semana, passear pelo cerrado, pescar, caçar e banhar-se nos córregos. As manifestações culturais e as atividades de lazer eram valorizadas pela comunidade e existiam de várias formas. Foram destacadas algumas modalidades de “brincadeiras” muito utilizadas na comunidade como o “pisquim”, que seria o relato de algum episódio acontecido que era versado e contado em reuniões ou de boca em boca, geralmente relatando alguma aventura ou episódio engraçado como, por exemplo, uma caçada que não teve sucesso. Um dos “pisquins” citados foi sobre a caçada de uma onça, na qual o animal levou a melhor.

Outras brincadeiras relatadas eram as domingas, espécie de confraternização aos domingos que geralmente tinha alguma dança e um leilão para arrecadar fundos para alguma atividade da comunidade. Cirandas e troca de versos também são algumas das modalidades de “brincadeiras” que faziam parte da vida social da comunidade de Vereda Funda. Como exemplo temos a palminha, dançada em roda cantando o seguinte refrão: “Papai não quer que as filhas namora, pra casar tem dia, namorar tem hora”; a sussa, dançada em roda, entre outras.

A “troca de versos” , como é relatado pelos moradores, é uma marca forte da comunidade e os considerados “bons versos” são guardados na memória e lembrados até a atualidade. Outra forma de expressão cultural marcante é a Folia de Reis. Os grupos de Folias de Reis são a única forma que resiste efetivamente até a atualidade. Atualmente existem dois grupos de folia. As localidades de Barra e Boa vista eram as mais fortes nesta atividade. O grupo de folia pode ser composto por oito ou seis componentes

No relato feito pela comunidade a respeito dos principais acontecimentos que marcaram a comunidade antes do aparecimento do eucalipto, foi ressaltado o ano de 1939 como um ano de muita seca e fome em toda a região, porém, segundo eles, os rios que corriam na comunidade não secaram e a comunidade de Vereda Funda mandava mantimentos para abastecer Porteirinha, além de receber várias famílias que se abrigaram da seca na comunidade.

O depoimento⁶² de uma das lideranças ao descrever a comunidade:

⁶² As transcrições realizadas neste trabalho são feitas de acordo com normas para transcrição sugeridas no texto “A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?” de Whitaker et al (2002). Onde são sugeridas

Bom, aí eu vou tentar agora assim rápido falar um pouquinho do que eu já ouvi de muita gente aqui, que eu não sou muito velho, mas já conheci muita coisa também. Mas é uma história, um resumo, da história rápida daqui da comunidade... Então isso tem uns 30 anos. Antes disso essa comunidade vivia igual o senhor já colocou mesmo, praticamente da natureza. Alguns saíam para trabalhar fora alguns poucos meses aqui perto de Porteirinha, outras cidades aí, mas era muito pouco, vivia mesmo era daqui mesmo. Tanto é que aqui era tão isolada que teve o processo de ditadura que se perguntar ao pessoal aqui, ninguém sabe disso. Ninguém nem notou muito estas mudanças que teve aí na política n/é?... a guerra mundial que teve, a Segunda guerra mundial, o povo não teve nem muito conhecimento disso porque aqui não tinha muito conhecimento do resto do mundo. O pessoal vivia mesmo do que produzia aqui. Era claro que a situação não era fácil também naquela época. Passaram muita dificuldade, tinha muita doença também que tinha naquele tempo, é a questão de transporte, o pessoal saía daqui para Salinas há 45 km, a cavalo, fazer feira, até Montes Claros o pessoal ia tocando burro para poder comprar. Então o transporte era assim. Mas naquele tempo o pessoal conseguiu criar as famílias, n/é?... família grande igual a família de pai que é mais de 14 filhos, conseguiu criar essas famílias sem ter dinheiro do governo, não tinha bolsa escola, bolsa família, bolsa nem, não tinha nem um *embornal*⁶³ mesmo do governo e também não tinha aposentadoria, o povo vivia do que produzia aqui. Conseguia produzir e sustentar a família. Hoje, se a gente tirar a aposentadoria e essas bolsas muita gente vai ficar com fome, n/é?... porque não consegue mais produzir alimento e colher aqui.

Num tempo mais recente, outro fato marcante na memória coletiva foi o início dos grupos de reflexão, orientados pela Igreja Católica que levaram à organização da comunidade e ao que consideram um grande marco local, a construção do que eles denominam de “sede”. Em terreno doado por um dos moradores foi erguido um salão onde acontecem reuniões, atividades religiosas e festivas da comunidade.

Ao falar sobre um fato marcante para comunidade a construção da sede foi considerada como uma das mais importantes, conforme relatou uma moradora:

“o pessoal não se reunia para rezar e começou a celebrar o culto em conjunto, fazer o culto em conjunto ... aí foi ‘fundada’ a comunidade, começou a ter celebração da comunidade nas casas. Nessa época, até que a gente ficou assim..., muito tempo, assim só na reza, inclusive tinha gente que tinha dificuldade, a gente rezava nas casas, e tinha gente que tinha dificuldades para fazer o culto nas casas, a gente reunia até no cemitério. Depois um moço da Boa Vista doou um pedaço de terra para nós, aí nos achamos muito legal... pensamos em fazer um ranhão de Pindoba⁶⁴, teve um homem muito animado que falou em fazer uma sala, nós pegamos a opinião dele e lutamos muito, trabalhamos, nos organizamos em grupo, até

“algumas normas de transcrição que busquem preservar o conteúdo do discurso do entrevistado, a fim de evitar o caráter caricatural que algumas transcrições, ainda que inadvertidamente, conferem à sua fala”

⁶³ Embornal: nome regional dado a bolsa tipo tira-colo para transportar alimentos, ferramentas, etc.

⁶⁴ Palmeira, da qual se utilizam as folhas para fazer cobertura de casas

que construímos a sala. Depois apareceu frei Paulo, chegou em nossa comunidade e incentivou muito, e *catucou* muito. Um dia perguntou: o que essa comunidade tinha feito? Nos falamos: construímos essa sala com nossa união fomos juntando as coisas, até construir essa sala. Aí frei Paulo quis mostrar para a gente que era uma coisa muito mais além disso n/é ? Os encontros os diálogos que a gente tem, hoje agente tá vendo que se agente não tivesse assim, uma comunidade, reunida, esse contato que a gente tem, todo mundo. Hoje se esse povo não tivesse assim reunido, se não tivesse uma comunidade, como que seria?”

Esse relato esclarece o processo de organização pelo qual passou a comunidade anteriormente a chegada do eucalipto na região. Foi um processo aglutinado pelas atividades religiosas e fortalecido pelos laços familiares que conformam as relações constituintes da comunidade, da noção de lugar, de pertencer.

Para Little (2002), “ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado”. A noção de pertencimento considera os vínculos sociais, simbólicos e rituais como elementos fundamentais do território social.

O território social de Vereda Funda se consolidou com a aglutinação das pessoas por motivos religiosos e laços familiares, mas também pela necessidade de contato e convívio inerente ao ser humano. Desse viver no e do Cerrado/Sertão, por várias gerações, emergiram e fortaleceram-se laços afetivos, culturais e materiais, determinantes para a existência do forte sentimento de pertencimento que é característico da comunidade e assegurou sua sobrevivência.

3.4 A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA E OS EFEITOS IMEDIATOS

Segundo os moradores, o plantio do eucalipto aconteceu na comunidade na década de 1980, mais especificamente em 1982 quando o Estado expropriou a terra e entregou para as empresas, sob a forma de arrendamento, as “terras comuns” ou “terra de solta” e as áreas não registradas pelos moradores e consideradas devolutas. As empresas que arrendaram as terras na comunidade foram: Florestaminas⁶⁵ – Florestamento de Minas Gerais S.A. e COSIGUA – Companhia siderúrgica da Guanabara⁶⁶. O contrato da Florestaminas teve prazo de início em 13/10/1980 e período de 23 anos, ou seja, com data prevista para término em outubro de 2003,

⁶⁵ A empresa arrendou 11.238 hectares do total de 113.321 hectares arrendados pelo Estado de Minas Gerais no município de Rio Pardo de Minas.

sendo a área arrendada de 5.238,00 hectares. O preço foi estabelecido em um aditivo de 10/11 de 1981, pelo valor de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) o hectare. Conforme descrito⁶⁷ pela própria empresa:

Em 1980, a autora celebrou com a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário-RURALMINAS, um contrato de arrendamento de uma área de 5.238,00 (cinco mil duzentos e trinta e oito hectares), com os seguintes limites: ao norte, com Francisco Rodrigues (...); ao sul com a estrada Rio Pardo-entroncamento de Salinas; a leste com a própria Florestaminas; e ao sul com a empresa COSIGUA (...).

É importante noticiar, que o contrato de arrendamento que instrui a presente ação, não foi o primeiro que a autora celebrou com a RURALMINAS. Todas as empresas que celebraram contratos de arrendamentos com ela, tiveram, posteriormente, conhecimento de que a mesma agia de má fé na época em que celebrou os contratos, pois sabia não ser detentora da posse, nem do domínio dos imóveis que dizia possuidora. A qual procedia por interesse no dinheiro recebido com a celebração dos contratos de arrendamentos. As empresas quando iniciaram as implantações dos projetos, encontraram os imóveis, como ocorreu no presente caso, já titulados em nome de terceiros e outros com posses mansas, pacíficas e ininterruptas, há mais de duzentos anos, passando de geração em geração com transmissão de ascendentes e descendentes. Nos primórdios da civilização os primeiros possuidores, instalaram nos imóveis, verificando-se tratar de prescrição imemorial, isto é, aquela que se funda em posse antiga, deste começo não há lembrança entre vivos.

Conforme o texto do processo a empresa reconhece o direito de posse da comunidade e acusa o Estado de ter agido de má-fé.

Outro contrato da Florestaminas na região da comunidade de Vereda Funda tem data de início em 15/02/1979, prazo de 23 anos e corresponde a uma área de 6.000 hectares, situada na divisa do município Rio Pardo/Salinas – na atualidade a divisa é com o município de Novo Horizonte, desmembrado de Salinas. O preço do hectare era de Cr\$ 30,00.

⁶⁶ Segundo informantes locais, repassou as terras para a Empresa Gerdau.

⁶⁷ Fragmento do processo judicial-nº 0433 05 143812-8 movido pela empresa Florestaminas na vara de conflitos agrários de Belo Horizonte no mês de Janeiro de 2005 na disputa da área pertencente à comunidade de Vereda funda .

Com a entrada das empresas para plantar eucalipto nas áreas, foi ignorado o direito dos ocupantes ancestrais e seu regime específico de propriedade e ocupação do território. As empresas, denominadas pelos moradores locais de “firmas” - avaliadas pelo Estado, que considerou toda terra não registrada como devoluta - ocuparam as terras dos agricultores tradicionais que já mantinham uma dinâmica centenária de relação e usufruto social e econômico do território.

Conforme nos apresenta POZO ao se referir à entrada do eucalipto em Rio Pardo de Minas e à perda das terras pelos seus ocupantes,

apesar da existência de formas de uso comunal da terra e seus recursos só foram consideradas as formas de usos e posse da terra que se enquadravam nos moldes do direito napoleônico, dando assim continuidade às interpretações do extinto instituto sesmarial o qual foi entendido através dos conceitos do direito iluminista. Com estas interpretações se desconsiderou uma vastíssima riqueza de condições e apropriações específicas, entre outras, o direito histórico da população que usava em regime comunal as áreas de chapadas para a extração e solta do gado (POZO, 2002, p. 147).

Em relação ao processo de ocupação das áreas segundo o mesmo autor, com base em relato de funcionário da Ruralminas⁶⁸, “foram realizadas reuniões com os produtores para explicar o que iria acontecer e orientá-los a legalizar suas posses junto a esta instituição” (POZO, 2002, p. 145).

O que é bem diferente do relatado por um dos moradores da comunidade de Vereda Funda.

Eu nem sabia como é que ia chegar essa história dessa companhia, falei com um amigo, e perguntei: mas sim, você poderia me explicar para mim, quando essas companhias chegar, qual é o primeiro sinal que a gente vai descobrir que esse povo vai tomar as terras da gente? Ele falou assim: Vai vim, vai vim um trator aí, uma máquina aí. Eu falei, então tá bom, essa máquina com certeza, essa máquina vai ficar zoando aí. Desse jeitinho... no pedacinho que tem lá em casa, se eu não tivesse atravessado ele, abaixo de Deus, eu também não tava lá mais não, porque não tinha como ficar, aí agente atravessou a máquina, e falei: aqui vocês não pode tomar tudo, eu não vendi, não dei. Ele falou: a máquina não pode parar. Eu falei pra ele: então dá uma ré na máquina e desvia ela para outro lugar. Ele não teimou comigo, também, marcou direto e deixou uma areazinha. Aquele pedacinho de cerrado que a senhora viu lá.

⁶⁸ A Ruralminas na época era o órgão do governo do Estado de Minas Gerais responsável pelas terras do Estado, corresponde na atualidade ao ITER - Instituto de terras de Minas Gerais.

Esse foi o processo relatado pela maioria dos moradores da comunidade que declarou não ter tido nenhuma espécie de aviso, por parte de órgãos do governo ou de terceiros. Os moradores da comunidade defrontaram-se diretamente com o eucalipto no ano de 1982, porém, verificando nos contratos formalizados entre as empresas e o Estado, as datas de início dos mesmos são do período de 1977 a 1980.

Quando da implantação dos eucaliptais na região, os moradores encontravam-se desprovidos de informação sobre seus direitos, ainda não havia contato com o sindicato e perspectiva de reação. A comunidade foi pega de surpresa e ficou paralisada, inerte. Esta era a forma comumente utilizada pelo capital, para poder expandir suas relações e posse sobre as áreas periféricas e ainda não submetidas à sua lógica. O processo histórico-social de ocupação do território pelo capital tem como elemento principal a apropriação de grande extensão de terras acoplada à expropriação de populações tradicionais.

Este é um processo que se mantém ativo, porém, na atualidade conta com forças contrárias a ele, oriundas da necessidade de sobrevivência, da identidade cultural construída a partir das estratégias de resistência e, contraditoriamente, da própria natureza da globalização. Forças que vêm se organizando e se orientando no sentido de garantir seus direitos culturais, sociais, econômicos e ambientais, como é o caso da comunidade de Vereda Funda.

Como conseqüências imediatas da implantação dos eucaliptais a partir dos relatos da comunidade destaca-se: a perda de referências, orientação para se locomover na comunidade. Os caminhos e trilhas formados ao longo dos anos, segundo uma lógica muito particular e pitoresca, ou abertos por motivos específicos pela comunidade, os “caminhos da roça” geralmente reconhecidos por características da vegetação - árvores, arbustos, incidência maior de algumas plantas; ocupação social - antiga casa de alguém ou construção, caminhos que davam acesso aos córregos, à casa de familiares, foram substituídos por carregadores para atender à demanda da eucaliptocultura. O desaparecimento completo e imediato desses referenciais da comunidade que quase instantaneamente se transformaram em quadras de eucalipto com exatos 50 hectares², cercadas por carregadores, que são os caminhos entre as quadras, retos, quadrados e iguais.

Outra conseqüência imediata relatada pelas mulheres foi o sentimento de insegurança advindo das pessoas estranhas trazidas para a comunidade pelas firmas, sentimento este agravado pela perda de referências dos caminhos impedindo que, principalmente as mulheres

e crianças, circulassem como circulavam pela comunidade visitando parentes e amigos ou simplesmente passeando. Houve um cerceamento da liberdade de ir e vir. Conforme relato das moradoras:

“Ficou um medo direto. A gente era muito mais livre do que é hoje”.

“Nesses eucaliptos aí tinha muita gente estranha, que a gente não sabia nem de onde vinha, n/e? As pessoas ficaram muito com medo.”

“É eu ia dizer assim n/é? (...) A gente não tinha muita coragem assim de andar n/é, inclusive eu mesma indo lá para casa do meu pai, lá para a Olaria n/é? Eu diminui muito, eu tinha muita dificuldade, porque aonde eu passava tinha muita gente estranha n/é?Aquele movimento, não conhecia, inclusive, eu mesma tive até que deixar, diminuir até essa viagem mesmo essas passeada lá pra casa do meu pai”

Além dos pontos citados, uma terceira consequência foi a perda das terras de uso comum, onde o gado era criado, onde havia coleta de frutos, onde se caçava, perda das terras de domínio particular, terras que não eram documentadas, mas que faziam parte, historicamente, da comunidade.

Ilustra-se aqui a questão territorial de uma população que sofreu as consequências do processo de modernização vinculada à expansão do capital, conforme relatado por uma pessoa da comunidade:

O governo achou que aqui estava atrasado e começou a trazer o progresso pra cá, n/é? Aí veio aqui, mandou as pessoas passar na casa do povo, falar com o povo que vinha trazer uma coisa muito boa que iria melhorar as condições de vida do povo aqui, porque era um povo isolado que vivia passando muita precisão das coisas, tinha doença aqui, tinha barbeiro, tinha não sei o que mais, um monte de coisa que tava prejudicando o povo e que o povo era muito isolado e que não tinha renda, que tinha e que tinha uma chapada aí que não servia pra nada, que, n/é?... que ia plantar uma... fazer um plantio de eucalipto, tem gente que falou aí que ia fazer até carne do eucalipto na época n/é?... Então que ia dar emprego pra todo mundo e que ia conseguir desenvolver as pessoas. Aí o povo na época, o povo muito, teve algumas resistências n/é?... teve gente que achou que isto não era bom que não quis deixar que entrasse nas terras dele, mas a maior parte também tinha estas terras como se fosse da comunidade mas não tinha um dono dali, n/é?... assim para poder ir lá e brigar para poder pegar aquela terra de volta. Ela era como se fosse de todo mundo. Aí com essa promessa de que ia melhorar muito, o povo não teve muita resistência também não e passou nas casas de quem tinha algum documento, falava com eles que ia comprar uma parte que ia pagar, que ia ajudar muito a comunidade e até pegou muitas assinaturas de algumas pessoas que morava aí nas grotas falando que, e comprava um pedacinho de terra, falava que comprava 05 hectares de terras por exemplo mas cercava mais... passou a máquina e pegava os restos que

tinha tudo, né?... Aonde a máquina pôde passar, a máquina de esteira eles foram passando.

Esse processo refletiu em vários aspectos da comunidade, quais sejam, o regime de propriedade, de hábitos e regime alimentar. Entretanto, enquanto povo tradicional⁶⁹, os membros da comunidade de Vereda Funda tiveram a sua forma de vida esgarçada, mas não completamente destruída ou desestruturada, apesar da perda da terra que era utilizada pelos agricultores e a concentração desta na mão das empresas de eucalipto.

Conforme Little (2002), “a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial”. No caso da comunidade de Vereda Funda estas questões estão imbricadas. Como veremos, a comunidade montou suas próprias estratégias de sobrevivência, pois, mesmo com grande parte da terra expropriada pela entrada da monocultura de eucalipto, houve a permanência do território e da territorialidade.

⁶⁹ Para Paul Little(2002) “o uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis. O fato do termo ter sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a constituição de 1988 e a lei do sistema nacional de unidades de conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política.”

CAPÍTULO 4 - COMUNIDADE VEREDA FUNDA E COMPLEXO FLORESTAL INDUSTRIAL: DIFERENTES LÓGICAS, DIFERENTES PROJETOS

No capítulo anterior buscou-se descrever como viviam os moradores da comunidade Vereda Funda antes das políticas desenvolvimentistas. Este capítulo dedica-se à análise da situação atual e de algumas perspectivas de futuro, da visão dos moradores acerca de alguns princípios norteadores de um projeto de desenvolvimento social.

Uma das perguntas centrais postas neste trabalho diz respeito ao motivo da permanência da população nos locais, onde as plantações de eucaliptos em grande escala ocuparam o espaço utilizado por elas para a sua produção e reprodução social.

No contexto da sociedade envolvente, a comunidade Vereda Funda apresenta-se como sendo uma das que menos se desagregou com a entrada das empresas de eucalipto em sua terra, apesar de estar cercada pela monocultura, desenvolveu resistência à implantação da eucaliptocultura em seu território. As estratégias de resistência podem ser compreendidas desde uma passividade até uma reatividade, como a verificada atualmente, em que seus membros lutam pela reapropriação da área de seu território.

Este capítulo trata da situação em que se encontrava a comunidade entre 2004 e 2005, período desta pesquisa, mais de duas décadas após a entrada da monocultura de eucalipto na comunidade e do acirramento da resistência da comunidade com objetivo de reconquistar suas terras e garantir seu meio de vida no seu lugar. Na primeira seção são apresentados os dados do levantamento censitário e algumas impressões da comunidade a respeito do quadro sócio-ambiental, econômico e cultural da comunidade. Na segunda seção procura-se analisar a realidade descrita contextualizada no cenário da reatividade da comunidade frente às empresas de eucalipto e ao Estado. Na terceira seção busca-se fazer uma análise do projeto da comunidade para seu território em contrapartida ao projeto de expansão do complexo florestal industrial.

4.1 DIMENSÃO SÓCIO-AMBIENTAL E ECONÔMICA DA COMUNIDADE

VEREDA FUNDA

A pesquisa censitária da comunidade de Vereda Funda foi planejada com o intuito de responder às questões: se as empresas de eucalipto ocupam atualmente áreas anteriormente destinadas à reprodução material das pessoas da comunidade, como elas fazem para se manter? O complexo florestal industrial tem oferecido oportunidades de trabalho para elas? Qual a situação sócio-econômica das famílias?

Para a coleta de dados da pesquisa censitária, realizada em agosto de 2004, foram visitados todos os 114 domicílios existentes na comunidade. Cumpre ressaltar que foram respondidos 84 questionários, sendo que os 30 restantes referem-se às casas fechadas, em sua maioria famílias que não haviam voltado do trabalho periódico de colheita de cana-de-açúcar e do café no sul de Minas ou no estado de São Paulo, ocorrência comum na comunidade entre o período de maio e agosto. Algumas famílias haviam fixado residência nos distritos ou municípios próximos à comunidade de Vereda Funda, levadas a acompanhar os filhos que precisavam freqüentar a escola. No entanto, estas famílias mantêm as casas e retornam eventualmente à comunidade.

Os depoimentos e entrevistas foram colhidos durante as atividades e eventos realizados na comunidade no período da pesquisa, entre julho de 2004 e dezembro de 2005.

4.1.1 Dimensão sócio-ambiental

Dos 114 domicílios, 84 foram pesquisados, onde vivem 340 pessoas, sendo 53% do sexo masculino e 47 % do sexo feminino, conforme tabela 8. A média de residentes por domicílio é de quatro pessoas. No Brasil e em Minas Gerais, segundo a PNAD⁷⁰ 2004, o número médio de pessoas por família era de 3,2.

⁷⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE

Tabela 7 - Dados gerais sobre a comunidade de Vereda Funda, 2004

| Especificação | Nº | % |
|---|-----------|----------|
| Nº de domicílios | 84 | - |
| Nº de pessoas residentes | 340 | - |
| Média de residentes por domicílio | 4 | - |
| Sexo | | |
| Proporção de homens | 179 | 53 |
| Proporção de mulheres | 161 | 47 |
| Composição etária | | |
| Pessoas com menos de 14 anos | 105 | 31 |
| Pessoas com idade entre 14 e 59 anos | 187 | 55 |
| Pessoas com 60 anos ou mais | 48 | 14 |
| Escolaridade das pessoas com 7 anos ou mais de idade | | |
| Analfabetos | 69 | 22 |
| Proporção de semi-analfabetos | 37 | 12 |
| Pessoas com ensino fundamental incompleto | 167 | 53 |
| Pessoas com ensino fundamental completo | 27 | 8 |
| Pessoas com ensino médio incompleto | 14 | 4 |
| Pessoas com ensino médio completo | 3 | 1 |
| Pessoas com 3º grau completo ou incompleto | 0 | 0 |

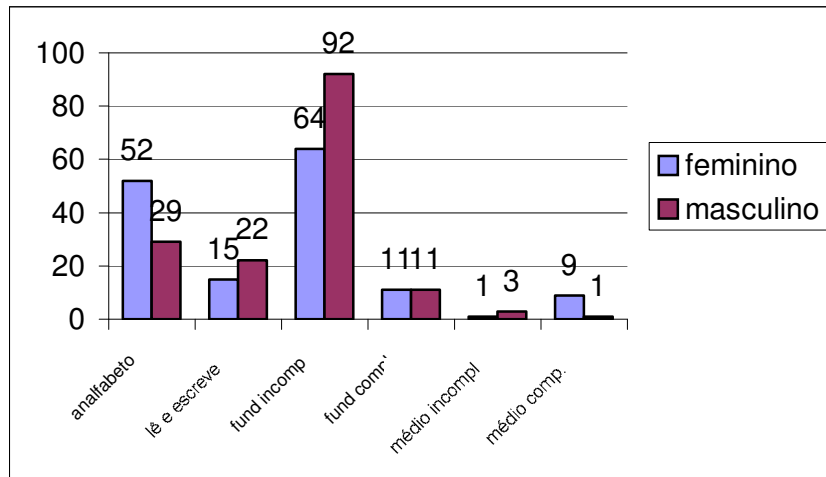
Fonte: dados da pesquisa, agosto/2004

O nível de escolaridade da população de Vereda Funda é baixo. Somente 4% conseguiram chegar ao ensino médio e 34% das pessoas com mais de sete anos são analfabetas ou semi-analfabetas (nunca freqüentaram escola, porém, lêem e escrevem de forma precária). Segundo um membro da comunidade “a escola continua quase a mesma coisa, ruim, né? é uma escolinha que tem quantos professores aqui, que não tem muita capacidade e que tem que pegar os alunos de ônibus e uns ônibus que às vezes é mal conservados para levar para lá”.

Existem 57 crianças entre 7 e 12 anos na comunidade e não existe grupo escolar estruturado e em funcionamento regular. Aproximadamente 40 crianças da comunidade freqüentam a escola municipal de Vereda Comprida, comunidade próxima. Há dificuldade de locomoção para chegar a esta escola na qual também faltam professores.

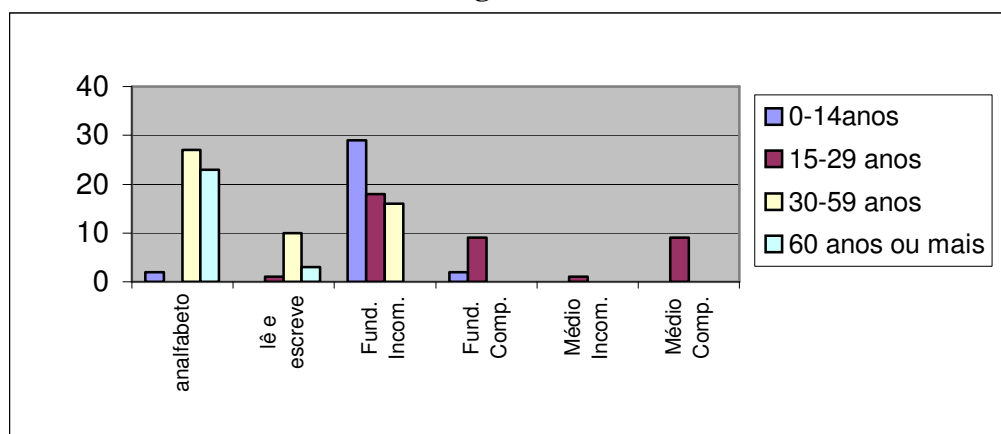
Em relação à escolaridade, as mulheres são a maioria dos analfabetos na comunidade, mas ao mesmo tempo, são a maioria dos poucos que concluem o ensino médio, conforme se pode ver no Gráfico 1 .

Gráfico 1 - Número de homens e mulheres de acordo com o grau de escolaridade.



Outra observação pode ser feita em relação à escolaridade: as mulheres mais velhas são a maioria das analfabetas, sendo que as com sessenta anos ou mais não frequentaram escola, como mostra o Gráfico 2. Algumas mulheres que têm entre 30 e 59 anos chegaram ao ensino fundamental.

Gráfico 2- Número de mulheres de acordo com a idade e o grau de escolaridade.



A comunidade não conta com infra-estrutura básica de saúde. Apesar de algumas famílias procurarem o hospital para o nascimento dos bebês, as parteiras também atuam na

comunidade. Foi constatado que na comunidade há incidência de vários casos de Calazar⁷¹, doença relacionada ao desmatamento e condições ambientais precárias. De acordo com COSTA et al., 1995, a domiciliação do vetor *Lutzomyia longipalpis*, vetor do Calazar, poderia ser estimulada pela destruição de ecótopos⁷² silvestres, entre outros.

Sobre a saúde, o seguinte depoimento de um morador é esclarecedor e ilustra a falta desses serviços na comunidade:

E a questão da saúde é muito difícil. Aqui fica na divisa dos municípios, longe de Rio Pardo ele não cuida. Pra ir daqui para Rio Pardo é muito difícil para gente chegar lá e aí foi implantado o PSF. Tem um PSF aqui perto nesta região, mas o médico vem, quantas vezes por semana? Mas só que, oi, uma vez o médico vem por semana para atender muitas comunidades aqui perto. Às vezes quando chega lá não tem ficha, então se adoecer tem que ir pra Rio Pardo. Às vezes chega lá não consegue, ficou muito difícil. Aí o pessoal vai pra Novo Horizonte, que é outro município mais perto, cidade mais perto, chega lá e eles não atendem o pessoal daqui porque é do município de Rio Pardo, n/é? Então fica sempre as condições da saúde neste sentido. Aí quando tem algum problema mais grave tem que ser levado para Montes Claros ou pra Salinas, nesta situação, quer dizer, quando é resolvido; tá indo, tem que ir pra Belo Horizonte pra poder fazer tratamento. Então é mais ou menos isso, agora.

Em relação às questões especificamente ambientais não há a intenção, neste trabalho, de aprofundar sobre os impactos ao ambiente natural, causados pelos maciços de eucalipto, pois, para o escopo da pesquisa, a informação de que para a implantação da monocultura de eucalipto há o total desflorestamento e destruição do ambiente natural, da flora e comprometimento da fauna, já se trata de uma informação determinante. Tem-se uma série de estudos⁷³ sobre os impactos ambientais causados pelo eucalipto visando a solucionar problemas acarretados pela artificialização do ambiente e avaliando o impacto do mesmo.

Conforme BAGGIO (2003), ao tratar do tema no município de Buritizeiro, se faz necessário sempre “ter em mente as características e fragilidade de cada geoambiente. Na área

⁷¹ Leishmaniose, infecção causada por algumas espécies de protozoários do gênero leishmania que pode ter a forma cutânea, muco-cutânea ou visceral. O calazar é a forma visceral e pode levar à óbito.

⁷² Ecótopo – determinado tipo de habitat dentro de uma área geográfica ampla.

⁷³ Para aprofundamento sobre o assunto vide: Lima, Walter. Impacto Ambiental do eucalipto; Baggio Filho, Hernando. O município de Buritizeiro e a questão do pínus e eucalipto: implicações do seu plantio homogêneo generalizado no meio ambiente físico, biológico e socioeconômico; Oliveira, Fernando; Menegasse Leila; Duarte Uriel. Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de Cerrado, no médio vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. SHIVA & BANDYOPADHYAY, Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto.

investigada, fatores de ordem natural – precipitação, geomorfologia, litologia, pedologia e vegetação – estão diretamente relacionados com a questão das reservas hídricas”.

A dimensão ambiental da comunidade pode ser composta a partir de um olhar sobre a paisagem, ocupada em sua maior parte pela monocultura de eucalipto. Vêem-se eucaliptos e corredores, também chamados de carregadores, para a passagem dos maquinários e exploração da plantação. São várias estradas estreitas e sem pavimentação. Somente quem realmente conhece o lugar não se perde nesse perímetro.

Um dos registros mais impressionantes durante a pesquisa foram os depoimentos relativos à mudança da paisagem, a perda de referenciais, ao desaparecimento dos caminhos pelos quais os moradores da comunidade transitaram por anos e anos. Abruptamente tudo sumiu e se transformou na paisagem monótona e regular do eucaliptal que substituiu a diversidade de espécies do Cerrado.

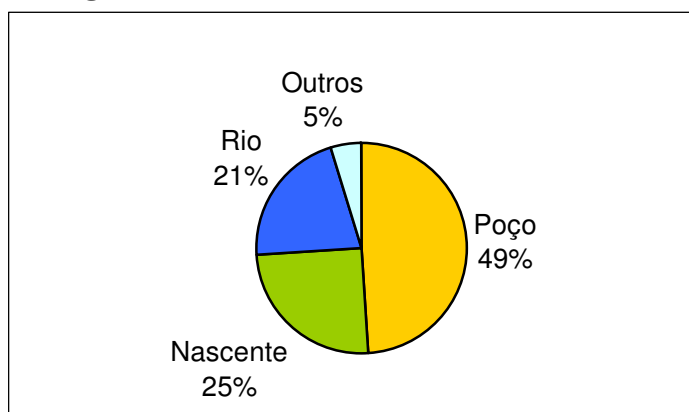
Os danos sócio-ambientais são bem visíveis. Segundo Baggio,

o eucalipto é uma árvore de crescimento rápido, que entre o quarto e o sexto ano já se encontra apta para receber o primeiro corte raso. No entanto vários efeitos ambientais negativos ocorrem no ecossistema florestal renovável, principalmente no que se refere ao consumo de água, ciclagem de nutrientes, propriedades dos solos, efeitos alelopáticos⁷⁴, consumo de fertilizantes e agrotóxicos, etc. Após o primeiro ano de corte raso nos eucaliptais, uma série de novos problemas ambientais surgem...percebe-se que os solos ficam descobertos após o corte, a temperatura tende a aumentar e um maior impacto da gota de chuva incide sobre as partículas soltas na superfície. O escoamento superficial das águas aumenta o carreamento do material detritico em direção ao fundo do vale, assoreando os corpos hídricos (BAGGIO, 2003, p.54).

A água é um indicador das condições sócio-ambientais. Em relação às fontes de abastecimento de água na comunidade podemos observar o Gráfico 3:

⁷⁴ Produção e difusão de substâncias químicas no meio ambiente, com capacidade de impedir o desenvolvimento de outros organismos.

Gráfico 3 - Percentual dos tipos de fontes de abastecimento de água domiciliar na comunidade Vereda Funda.



Dentre as famílias, 49% utilizam água originada de poços manuais; muitas não têm poços na propriedade e utilizam poços dos vizinhos. Segundo os moradores a utilização de poços é um acontecimento recente, dos últimos quinze anos. Eles garantem que a região de Vereda Funda era muito pródiga de água advinda dos rios e nascentes, que inclusive giravam muitas rodas d'água, que movimentavam casas de farinha, monjolos ou gangorras para o beneficiamento do milho, do arroz e do café e auxiliavam no abastecimento de água, conforme nos relata um membro da comunidade:

Antigamente muitas *cabeceirinha*⁷⁵, toda *cabeceirinha* aqui tinha muita água e tinha peixe também pra todo lado aí, tudo quanto é *cabeceirinha* pequena tinha aí peixe também. E tinha água e tinha peixe, né?. A água praticamente brotava nas chapada em cima. Era muita cabeceira aí que brotava água e descia. E aí o povo vivia muito disso, pescava também, um lugar que tinha pouca água, mas tinha, tinha pouco rio, o rio era pequeno mais tinha vários córregos. E tudo tinha peixe, tinha, o pessoal conseguia produzir nessas beiras. E aí com essa chegada do eucalipto isso foi rapidinho foi secando tudo.

O aumento da utilização de poços reflete uma realidade ambiental que é a do secamento dos rios e nascentes. A água que era disponível na superfície foi aos poucos desaparecendo, o que pode significar um rebaixamento do lençol freático, associado ao assoreamento dos cursos d'água.

O relato a seguir ilustra outra problemática em relação à disponibilidade de água na comunidade: “A questão hoje, por exemplo, de água, poucas famílias têm água na casa, a maioria não tem. Tem parte do ano que não tem, tem que andar mais de um quilômetro para

pegar água pra lavar roupa e tudo tem que andar muito pra poder pegar água”. Buscar água longe da residência, geralmente é uma tarefa realizada por mulheres e às vezes por crianças.

As mulheres da comunidade de Vereda Funda realizam todo o tipo de atividade, porém existem atividades que geralmente são realizadas especificamente por elas, como é a tarefa de buscar água. Um dos destaques feitos pelas mulheres é o desgaste com a questão de fornecimento de água, que foi apontado como um dos grandes dificultadores do cotidiano.

Outro depoimento sobre a falta de água esclarece a gravidade do problema na comunidade:

Referente à água, antes, uns 22 anos por aí, tem uma diferença muito grande mesmo. Antes em casa mesmo era tão bom assim para água, que a água corria nos terrenos, vindo assim do tabuleiro, a água era muito farta mesmo, a gente lavava roupa, fazia tudo com aquela água. Era muito bonito, a gente colocava umas bicas, era muito bom mesmo. Agente também tinha um lugar que chamava até de lagoinha, um lugar na cabeceira, que tinha água, inclusive até peixe, era muito bonito, a gente até encanou água para casa, mas era uma maravilha sabe. Aí quando foi de uns tempos para cá, foi diminuindo, essa lagoinha secou, quando chove essa água não correu mais, e foi diminuindo n/é?... até que por uma época, acho que foi (...) de 98, inclusive em casa mesmo até um dia de uma votação o pessoal teve de sair de casa sem tomar banho. Ir para a votação sem tomar banho n/é?... e aí foi aquela maior dificuldade. Em casa mesmo aconteceu teve um dia em casa que a gente teve que pegar os pratos no guarda-louça e passar só um pano nos pratos para gente poder almoçar, a gente almoçou nos pratos sem lavar e foi aquela dificuldade, a tarde eu peguei uma lata para ver uma água n/é?... fui na casa de um moço lá longe, para trazer uma água e aí foi aquela dificuldade para trazer aquela lata de água e uma lata de água onde tinha muita gente n/é..., gente que não tinha tomado banho desde antes pra ontem. Já não tinha nem como a gente ficar em casa com aquela falta de água. E aí meu menino tinha pegado um animal, saído com uns carotinhos na bolsa, foi longe, aí essa água a gente pôde tomar banho e fazer comida (...) E assim foi muita gente, teve umas pessoas mais que outras. Aqui também por essa região teve uma criança que chorou a noite com sede, não conseguiu dormir, e aí o pai saiu à noite com o carotinho, foi na casa dos vizinhos, que tinham n/é?... com o carotinho com água voltou pra casa e deu pra criança, então nem se compara com o que a gente passou.

A monocultura do eucalipto tem sido considerada como a grande destruidora de reservas de água, de rios e nascentes em todo o mundo, conforme o fragmento do livro Inventário Ecológico acerca do cultivo do eucalipto, que trata da questão na Índia:

a única e mais importante crítica à expansão sem tréguas do eucalipto tem sido seu impacto sobre as reservas hídricas. Em todo o país, há relatórios

⁷⁵ locais onde brotam as águas e formam os olhos d'água.

disponíveis sobre a rápida destruição dos recursos hídricos como consequência do plantio, em grande escala do eucalipto (SHIVA & BANDYOPADHYAY, 1991, p.5).

Porém, Lima conclui a parte “Hidrologia de plantações de eucalipto” do seu estudo sobre o impacto ambiental do eucalipto da seguinte forma:

Concluindo, os dados disponíveis apresentam uma clara evidência de que as plantações de eucalipto, no que diz respeito ao balanço hídrico de bacias hidrográficas, não diferem de outras espécies florestais, apresentando aumento médio do deflúvio devido ao corte da floresta, e diminuição média do deflúvio devido ao reflorestamento da bacia, da mesma magnitude de resultados, similares obtidos com outras espécies florestais.

No conjunto, a imagem hidrológica das espécies de eucalipto como um todo, ou das plantações de eucalipto, de acordo com os resultados analisados na presente revisão, é suficientemente clara para eliminar qualquer preocupação para com possíveis efeitos hidrológicos colaterais do eucalipto (LIMA, 1996, p.137).

Pesquisa desenvolvida sobre o impacto da monocultura de eucalipto em áreas de cerrado observa o seguinte:

A despeito das consequências danosas ao meio ambiente, ocasionado pelas florestas de eucalipto e pinus, quando implantadas às custas da remoção de vegetação nativa, elas são particularmente maiores quando a vegetação nativa substituída é a de cerrado, ocasionando uma perda importante na parcela da recarga, devido à maior demanda evapotranspirativa daquelas espécies em relação às nativas de cerrado.

Em geral, os valores de evapotranspiração do eucalipto e do pinus são comparadas àqueles encontrados em florestas tropicais ou temperadas, e mostram-se próximos, o que é considerado como um ponto favorável. De fato os valores são semelhantes, mas a comparação em questão se dá com a vegetação nativa de cerrado, numa região de precipitação média anual em torno de 800 mm,

portanto muito abaixo dos cerca de 1200-1500 mm anuais de florestas tropicais, como por exemplo, a Mata Atlântica. Por outro lado, são compatíveis com padrões os pluviométricos das florestas temperadas do hemisfério norte, mas com uma evapotranspiração muito superior, de modo que, qualquer uma das bases de comparação tem um balanço hídrico superior. A vegetação nativa da região está adaptada aos padrões hídricos e climáticos regionais, ao contrário do eucalipto e do pinus, apesar de terem produtividades muito superiores, não conseguem

equilibrar a sua demanda evapotranspirativa com a da vegetação nativa, ocasionando um decréscimo na recarga nas áreas de chapadas reflorestadas da ordem de 164 mm/ano. Assim contribuem para realçar ainda mais a escassez hídrica na região, a qual por sua vez compõem um dos sustentáculos do frágil quadro social regional. (Oliveira, Menegasse; Duarte, 2002).

Elias Silva lista⁷⁶ os seguintes impactos ambientais ligados aos recursos hídricos em plantios de eucaliptos:

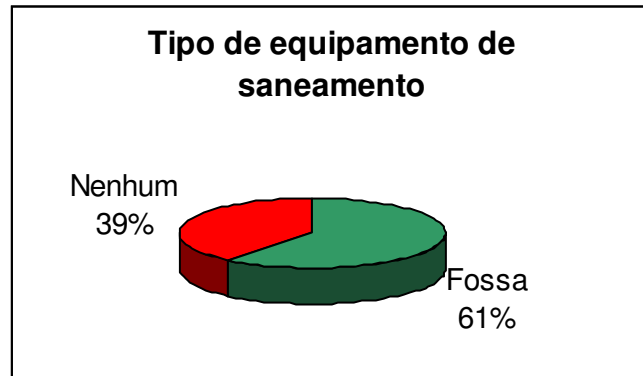
- Aumento do nível de turbidez e assoreamento das coleções d'água, quando da interferência direta no solo, em termos de compactação e, ou, revolvimento;
- Aumento do nível de turbidez e assoreamento das coleções d'água, quando da exposição da área às intempéries;
- Depreciação da qualidade química da água superficial e da subterrânea, quando do contato com biocidas; depreciação da qualidade química superficial e subterrânea, quando do contato com cinzas produzidas pelo uso do fogo; interrupção do fluxo d'água de pequenos canais de drenagem, quando da implantação da rede rodoviária; desregularização da vazão dos cursos d'água, quando da erradicação da cobertura vegetal nativa; desregularização da vazão dos cursos d'água quando da compactação do solo; desregularização da vazão dos cursos d'água quando da abertura da área, em virtude da exploração de talhões (SILVA, 2001, p.21).

De fato, há uma polêmica científica em relação ao impacto da monocultura de eucalipto sobre o regime hidrológico, polêmica esta que não existe entre os moradores de regiões atingidas pela monocultura, pois eles vivenciaram o desaparecimento, o assoreamento e o entupimento das nascentes e dos rios, causados a partir da implantação das monoculturas e observaram empiricamente que onde a monocultura cessou e a mata nativa regenerou há uma recuperação lenta, mas perceptível das águas.

Outro aspecto ligado ao ambiente e que pode também ser considerado um indicador de condições de vida é o acesso ao saneamento. Na figura 6 é apresentado quadro geral do acesso ao saneamento na comunidade.

⁷⁶ na publicação critérios para a avaliação ambiental de plantios florestais no Brasil- caderno didático nº52- universidade Federal de Viçosa.

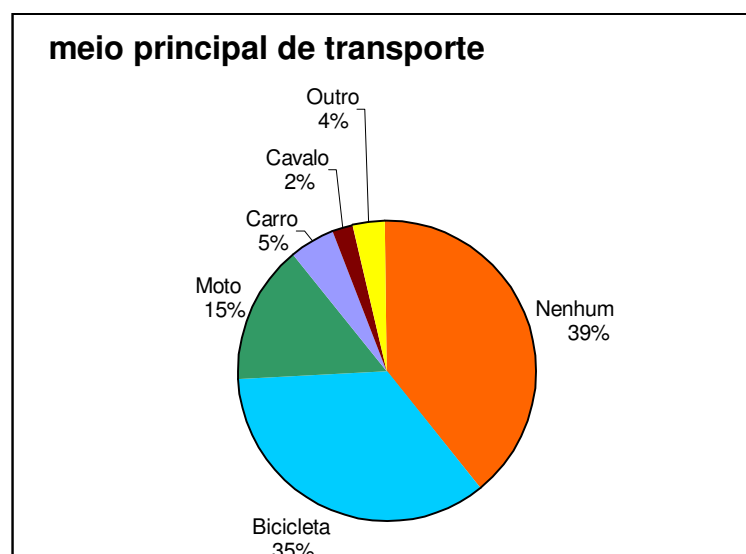
Gráfico 4 – Percentual dos domicílios que possuem fossa ou nenhum tipo de equipamento de saneamento.



Dentre as 84 famílias visitadas, aproximadamente 61% têm fossa e 39% não dispõem de instalações sanitárias, nem local específico para realizar necessidades fisiológicas. Dos domicílios que têm fossa, nenhuma é fossa séptica. É uma realidade da comunidade que está diretamente ligada à manutenção da saúde e à qualidade de vida.

A comunidade não é servida por transporte público ou qualquer outro tipo de transporte regular. A principal forma de locomoção é o caminhar. Em média, são oito a dez quilômetros para se chegar à localidade mais próxima que teria algum tipo de transporte. No Gráfico 5 são apresentados os principais meios de transporte da comunidade.

Gráfico 5 – Percentual dos meios de transporte utilizados pelos membros da comunidade de Vereda Funda.



Apesar dos inúmeros caminhos que cortam a comunidade para a passagem do carvão e do eucalipto, as estradas não facilitam o trânsito dos moradores. O que é apontado como um problema e relacionado ao estado de conservação das estradas na comunidade e de acesso à cidade, conforme relatou o morador:

fizeram muita estrada mas não cuidou, virou só buraco que acabou entupindo os rios tudo e hoje as estradas tá tudo cheio de buraco. Quer dizer, o que era ruim antigamente era estrada, hoje fizeram, mas não tem também, tá cheio, pra gente ir daqui para Rio Pardo que fica 40, 45 km daqui para Rio Pardo a gente gasta 2 horas de viagem porque a estrada é muito ruim.

4.1.2 Dimensão econômica

Um dos principais fatores para averiguar a situação econômica é a renda. Ela é considerada como o acesso a bens de consumo. Para Jannuzzi:

a renda familiar total corresponde aquela computada através da soma de rendimentos individuais de seus membros- como a renda do trabalho, aposentadorias, pensão, trabalho ocasional, seguro-desemprego, transferências governamentais ou de terceiros, bolsa de estudo e os rendimentos patrimoniais da família (JANNUZZI:2001,p.95).

O levantamento sobre a renda da comunidade foi feito a partir desta perspectiva, registrando os rendimentos monetários anuais por família.

A totalidade da renda da comunidade, não considerando a renda advinda da agropecuária, é composta por renda vinda da migração sazonal, das aposentadorias, dos benefícios sociais – como a bolsa escola, o vale-gás, o cartão-cidadão, o programa fome zero e das pensões por doença e invalidez-; além dos empregos formais.

A renda advinda da agropecuária não foi considerada nesta seção pelo fato de a maioria dos moradores que têm cultivos, ter declarado ser para consumo próprio os produtos originários da agropecuária da comunidade.

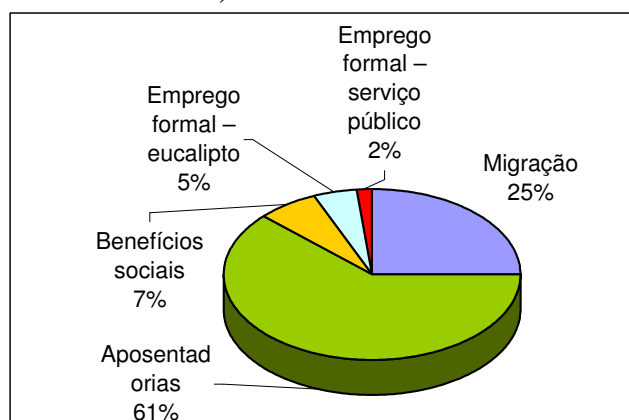
Tabela 8 - Renda monetária dos moradores de Vereda Funda em R\$ (sem agropecuária) no ano de 2004.

| Origem da renda | Renda Anual (R\$) |
|----------------------------------|-------------------|
| Migração | 88.700 |
| Aposentadorias | 221.520 |
| Benefícios sociais | 23.220 |
| Emprego formal – eucalipto | 17.940 |
| Emprego formal – serviço público | 6.760 |
| Total | 358.140 |

Considerando a Tabela 8, a renda *per capita* anual da comunidade está em torno de R\$ 1.053,00, e a mensal, de R\$ 87,70. Já o rendimento mensal familiar *per capita* é de aproximadamente R\$ 355,00

Das entradas de renda na comunidade, as aposentadorias contribuem com a maior parte, 61%, ao passo que os empregos formais contribuem com a menor parte, 7%, sendo 5% deles referentes aos empregos ligados ao eucalipto e 2% referentes ao serviço público.

Gráfico 6 - Participação percentual na renda da comunidade, de acordo com a atividade.



4.1.2.1 Aposentadorias

Do total de habitantes, 71 são aposentados, representando 28,8% dos moradores da comunidade. No que se refere ao número de aposentados por família, 21 delas têm dois aposentados, 20 famílias têm um aposentado e duas famílias têm três aposentados. Considerando o salário mínimo de R\$ 260,00, em agosto de 2004, o rendimento total dos aposentados por mês é de R\$ 18.460,00 e por ano de R\$ 221.520,00

Tabela 9 - N° de aposentados por família na comunidade de Vereda Funda, 2004.

| N° de aposentados | N° de famílias com aposentados | N° total de aposentados |
|-------------------|--------------------------------|-------------------------|
| 1 aposentado | 20 | 20 |
| 2 aposentados | 21 | 42 |
| 3 aposentados | 3 | 09 |
| TOTAL | 44 | 71 |

Sobre a questão das aposentadorias serem as maiores fontes de entrada de renda na comunidade, Barbosa (2003) afirma, baseado em estudo realizado no município Nortemineiro de Porteirinha⁷⁷, que as aposentadorias representaram, no ano de 2000, 43% do PIB do município de Porteirinha. Segundo o autor, os dados de sua pesquisa:

realçam a importância da previdência social rural para as economias dos municípios, sobretudo aqueles localizados nas regiões mais empobrecidas do país. A previdência Social rural constitui fator de dinamização das economias locais, na medida em que a maior fatia dos recursos da previdência são gastos com alimentação e medicamentos, que certamente são comprados no comércio local ou regional (BARBOSA, 2003, p.70).

Os dados relativos à comunidade de Vereda Funda convergem com a afirmação de Barbosa, e no caso da comunidade, as aposentadorias representam o alicerce de sua economia.

4.1.2.2 Migração

A migração constitui outra fonte de renda em Vereda Funda e é um fenômeno recorrente nas cidades do Norte de Minas Gerais. A inviabilização do sustento das famílias nas localidades leva-as a procurar o sustento em outros lugares.

O Estado de Minas Gerais foi considerado o maior exportador de mão-de-obra no Brasil na década de 70 e 80, e concentra ainda hoje nas regiões Norte e Nordeste do Estado, um dos lugares de maiores saídas de trabalhadores sazonais principalmente para o interior de São Paulo e o triângulo mineiro (PAULA E CLEPS, 2003, P.131).

Na comunidade de Vereda Funda a segunda maior entrada de renda na comunidade foi via migração. Em 2004, trinta e três famílias tinham pessoas que migraram para trabalhar em outras cidades de Minas Gerais e de São Paulo, em sua maioria, para trabalhar na colheita de café. O número total de pessoas que migraram, no universo das 84 famílias entrevistadas, é de 39 pessoas.

O tempo médio de permanência fora da região é de quatro meses. O menor rendimento mensal dos que migram para a colheita do café é de R\$ 300,00 que são pagos aos jovens sem experiência, na condição de aprendiz, e o maior é de R\$ 900,00 pagos aos adultos com experiência e alguma capacidade gerencial. A renda média anual, de todos os que migram da comunidade foi estimada em R\$ 88.700,00.

Tabela 10 - Destino da migração sazonal

| Local | Nº de pessoas | % |
|-----------------------------|----------------------|------------|
| Nova Serrana/MG | 1 | 2,5 |
| Pedregulho/SP | 8 | 20,5 |
| Região de Franca / SP | 13 | 33,5 |
| Ribeirão Corrente/SP | 1 | 2,5 |
| São Joaquim da Barra/SP | 1 | 2,5 |
| São Paulo/SP | 5 | 13 |
| São Sebastião do Paraíso/MG | 1 | 2,5 |
| Sul de Minas | 9 | 23 |
| Total | 39 | 100 |

Tabela 11 - Número de migrantes da comunidade Vereda Funda, atividade realizada, renda obtida e período da migração, 2004.

| ATIVIDADE | Nº DE PESSOAS | Renda média mensal (R\$) | Período (meses) | Total (R\$) |
|------------------|----------------------|---------------------------------|------------------------|--------------------|
| Colheita de café | 35 | 600,00 | 4 | 84.000,00 |
| Corte de cana | 1 | 400,00 | 3 | 1.200,00 |
| Fábrica sapato | 1 | | 5 | 0 |
| Pedreiro | 1 | 300 | 5 | 1.500,00 |
| Vende mandioca | 1 | 500 | 4 | 2.000,00 |
| TOTAL | 39 | | | 88.700,00 |

A migração é um fato consolidado na comunidade. Muitas famílias têm pessoas que migraram definitivamente, ampliando o território social da comunidade para outras localidades, pois, apesar de morarem em outro município e até outro estado, os vínculos com a comunidade não são rompidos, trazendo uma nova dimensão ao contexto de Vereda Funda, bem como intercâmbios freqüentes com modos de vida e cultura diferentes. Como veremos à frente no calendário social, o retorno para visitar a comunidade é regular e constitui-se num evento que faz parte do calendário social da comunidade.

⁷⁷ O município fica a aproximadamente 110 km de distância do município de Rio Pardo de Minas.

4.1.2.3 Benefícios sociais

Outra fonte de renda monetária que apareceu no âmbito da pesquisa está relacionada aos benefícios sociais pagos pelo Estado, geralmente via programas de assistência social, que têm o objetivo de complementação de renda e auxílio para famílias cuja renda per capita não ultrapasse meio salário mínimo⁷⁸. Segundo informação do Sindicato de Trabalhadores Rurais-STR de Rio Pardo de Minas, é recorrente a existência de famílias que recebem benefícios do Estado, mas não os declaram por medo de perdê-los.

Tabela 12 -Número de pessoas da comunidade de Vereda Funda que recebem algum tipo de benefício e valor, 2004.

| Tipo de benefício | Valor ⁷⁹ (R\$)/mês | Nº de pessoas que recebem | Total/mês (R\$) |
|-------------------------|----------------------------------|------------------------------|-----------------|
| Bolsa escola | 15,00 | 12 | 180,00 |
| Vale gás | 7,50 | 12 | 90,00 |
| Cartão cidadão | 65,00 | 1 | 65,00 |
| Fome zero | 50,00 | 4 | 200,00 |
| Pensão auxílio doença | 360,00 | 1 | 360,00 |
| Pensão-doença/invalidez | 260,00 | 4 | 1040,00 |
| Total | | 34 | 1.935,00 |

4.1.2.4 Empregados formais

São poucos moradores da comunidade que têm emprego formal, aproximadamente 2% deles. Da renda que entra na comunidade 5% advém de salários do Complexo florestal industrial e 2% do setor público.

O rendimento mensal de todos os trabalhadores vinculados a eucaliptocultura é de R\$ 1.380,00. Anualmente eles recebem, considerando o 13º salário, R\$ 17.940,00.

Os trabalhadores que têm emprego formal na eucaliptocultura e no serviço público recebem R\$ 24.700,00. Valor inferior às outras fontes de renda.

⁷⁸ O salário mínimo estipulado por lei referente a Agosto de 2004 corresponde a R\$260,00.

⁷⁹ Valor referente à Agosto de 2004

Tabela 13 - Salário⁸⁰ e número de empregos formais por atividade na comunidade Vereda Funda, 2004.

| Atividade | Nº | Salário (R\$) | Total/mês (R\$) |
|--------------------|----|---------------|------------------|
| Trabalha na firma | 3 | 260,00 | 780,00 |
| Trabalha na firma | 2 | 300,00 | 600,00 |
| Escola | 2 | 260,00 | 520,00 |
| Total anual | | | 24.700,00 |

Em relação à renda monetária da comunidade podemos constatar, a partir das informações coletadas, que a renda vinda da atividade da eucaliptocultura é uma pequena proporção em termos relativos, menos até que os benefícios assistenciais do governo.

Segundo os moradores, as empresas de eucalipto dão preferência na contratação de pessoas de fora da comunidade, às vezes até de outro município. Os moradores da comunidade também não trabalham nas carvoarias que se instalam na região no período do corte do eucalipto. Durante a realização da pesquisa censitária foram contabilizadas quatro carvoeiras no perímetro da comunidade.

Em termos do questionamento inicial sobre a renda advinda do eucalipto, a partir dos dados coletados, verificamos que esta é muito pouca. A eucaliptocultura não gera os empregos necessários para a manutenção da comunidade.

Pode-se enxergar, a partir da observação e dos dados coletados, as alternativas encontradas pela comunidade para prover sua reprodução material, visto que o espaço que era utilizado para tal fim foi ocupado pelas empresas de eucaliptos. A atividade produtiva encontrada para garantir a sobrevivência foi a migração, porém, uma migração temporária e sazonal. Durante três meses por ano havia a oportunidade de garantir renda para a manutenção das famílias que não tinham como contar com a aposentadoria dos mais velhos, ou mesmo para reforçar a dos que tinham.

Com a questão colocada inicialmente de como e por que as pessoas permaneceram nos locais onde as plantações de eucaliptos ocuparam o espaço utilizado por elas para a reprodução material, as informações coletadas na comunidade apontam na direção da busca de renda monetária através da migração sazonal e das aposentadorias dos idosos. A eucaliptocultura aparece como um fator inexpressivo na geração de renda na comunidade. A

⁸⁰ O salário mínimo estipulado por lei referente ao valor vigente em Agosto de 2004 corresponde a R\$260,00.

infra-estrutura no tocante a saneamento, abastecimento de água ou transporte é das mais precárias possíveis, assim como é o nível educacional.

Com essa panorâmica sobre as condições de vida da comunidade procura-se ressaltar os elementos mais importantes para uma análise mais aprofundada dessa realidade em movimento.

Até a atualidade estas são as principais formas de garantir a reprodução material da comunidade, porém, em vista dos limites das mesmas - pois há excesso de mão-de-obra disponível oriunda de toda região norte de Minas e do Nordeste do Brasil; da insalubridade inerente às atividades da colheita de cana e de café; além da insatisfação afetiva que causa a ausência do lar e a distância da família durante um grande período, a comunidade se organizou de forma ativa em busca da reapropriação do espaço de seu território que é distribuído conforme é apresentado na próxima seção.

4.2 QUESTÃO FUNDIÁRIA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM VEREDA FUNDA

4.2.1 Distribuição fundiária

Para analisar a produção agrícola é necessário verificar a terra disponível para realizá-la. Em Vereda Funda contabilizou-se 84 famílias, das quais 78 declararam o tamanho aproximado de sua área, enquanto as outras seis informaram não possuir área alguma. A área total dos moradores da comunidade compreende aproximadamente 1.537,30 hectares, uma média de 4,5 hectares por pessoa e 18,2 hectares por família, terra nem sempre agricultável e com pouca disponibilidade de água. Mesmo assim, a área total cultivada declarada pelos entrevistados é de aproximadamente 212 hectares.

Os 1.537,30 hectares sob a posse da comunidade estão distribuídos conforme a Tabela 14 apresentada a seguir:

Tabela 14 - Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Vereda Funda, 2004.

| Área (ha) | Nº de imóveis | % | %Acumulada |
|--------------|---------------|--------------|--------------|
| 0 - 2 ha | 18 | 21,4 | 21,4 |
| 2 - 5 ha | 20 | 23,8 | 45,2 |
| 5 - 10 ha | 16 | 19,0 | 64,2 |
| 10 - 20 ha | 10 | 11,9 | 76,1 |
| 20 - 50 ha | 16 | 19,0 | 95,0 |
| 50 - 100 ha | 1 | 1,3 | 96,3 |
| 100 – 200 ha | 3 | 3,8 | 100,0 |
| Total | 84 | 100,0 | 100,0 |

Assim, 45,2% das famílias vivem com até cinco hectares. Considerando o módulo rural regional de aproximadamente 62 hectares, a estimativa mínima de terra para uma dinâmica rural produtiva na comunidade seria de 5.208 hectares, havendo então uma defasagem de 3.670,7 hectares aproximadamente.

Ao comparar com dados municipais, considerando somente os imóveis com área de até cinco hectares, que são a maioria na comunidade, vide tabela 15, onde podemos verificar que enquanto no município 10% dos imóveis têm até cinco hectares, na comunidade este número quase quadruplica, passando para 38% .

Tabela 15 - Número de estabelecimentos por estrato de área na comunidade de Vereda funda e no município de Rio Pardo de Minas.

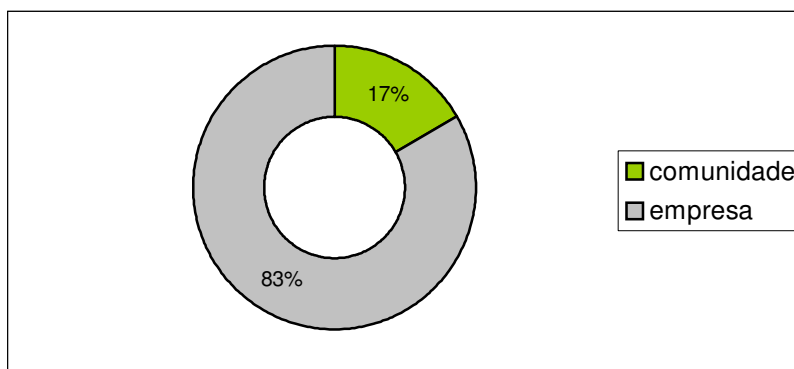
| | Área(hectares) | Nº de imóveis | % da área total | % dos imóveis |
|--------------------|----------------|---------------|-----------------|---------------|
| Vereda Funda | 0 a 5 | 32 | 41 | 38 |
| Rio Pardo de Minas | 0 a 5 | 364 | 0,35 | 10 |

Fonte: dados da pesquisa, 2004; Prefeitura municipal de Rio Pardo de Minas, 2000⁸¹.

O objetivo é ilustrar a extrema concentração de terra que existe no município e que se agrava na comunidade. Ao considerar a área total da comunidade, incluindo as arrendadas para a eucaliptocultura, somam-se 8.988 hectares dos quais 7.451 hectares encontram-se sob domínio de uma empresa e 1.537 hectares, das 78 famílias de lavradores de Vereda Funda.

⁸¹ In: Correia, João. Estratificação de ambientes em área de Cerrado: da abordagem pedológica à percepção do agricultor. 2005. p.53.

Gráfico 7 – Distribuição da ocupação das terras na comunidade de Vereda Funda, 2004.



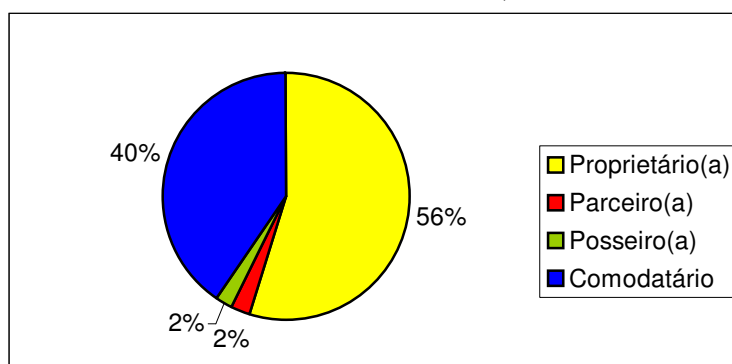
Em relação à condição de posse da terra, os comodatários - categoria utilizada no local para designar pessoas que moram, mas não são proprietárias, nem pagam aluguel para os proprietários, os quais geralmente cedem o terreno para ser trabalhado sem nenhuma remuneração em troca - representam 40,5 %.

Tabela 16 - Condição de posse da terra na comunidade Vereda Funda, 2004.

| | Frequência | % | % acumulada |
|------------------|------------|-------|-------------|
| Proprietário (a) | 46 | 54,8 | 54,8 |
| Parceiro (a) | 2 | 2,4 | 57,1 |
| Posseiro(a) | 2 | 2,4 | 59,5 |
| Comodatário | 34 | 40,5 | 100,0 |
| Total | 84 | 100,0 | |

Nota: comodatários são os que moram de favor em pedaço do terreno de parentes ou amigos.

Gráfico 8 – Percentual por tipo da condição de posse da terra na comunidade de Vereda Funda, 2004.



Os 34 comodatários ocupam 248 hectares, aproximadamente 16% da área sob domínio da comunidade e são 40% das famílias da comunidade, têm uma área média disponível de 7.2 hectares para sobreviver.

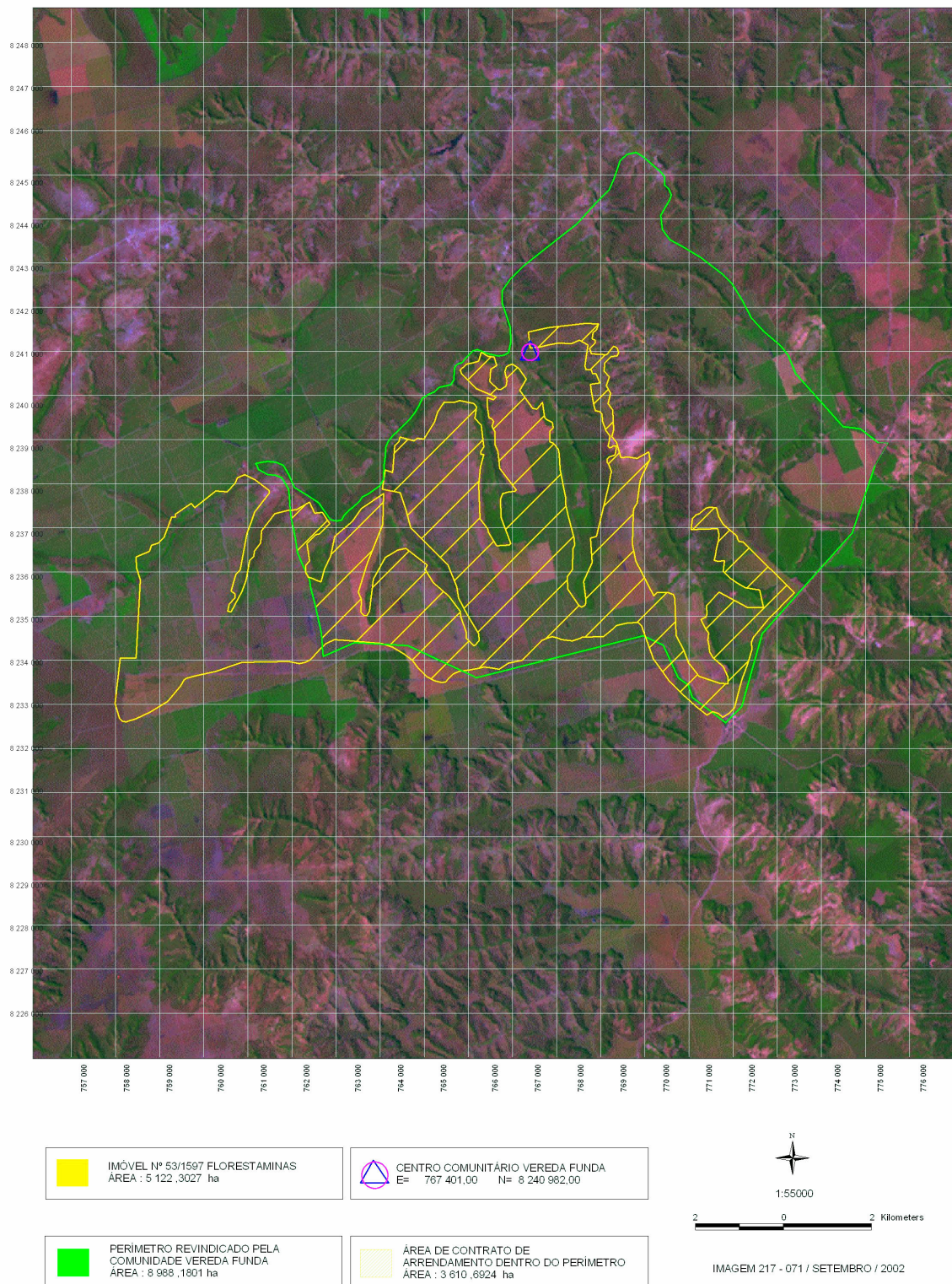


Figura 4 – Mapa da comunidade de Vereda Funda – demarcação da área coberta por eucalipto.
 Fonte: ITER – Instituto de Terras de Minas Gerais

4.2.2 Principais cultivos da comunidade

Os principais cultivos da comunidade são: mandioca, feijão e milho. Dentre as 84 famílias, 44 declararam plantar mandioca, 26 plantar feijão e 18 famílias plantam milho.

Tabela 17 - Número de famílias que cultivam determinadas culturas na comunidade de Vereda Funda, 2004.

| Cultura | N ° de famílias que plantam |
|----------------|-----------------------------|
| Abacaxi | 1 |
| Andu | 1 |
| Arroz | 4 |
| Café | 8 |
| Cana-de-açúcar | 2 |
| Feijão | 26 |
| Frutas | 1 |
| Hortaliças | 1 |
| Mandioca | 44 |
| Milho | 18 |

O cultivo da mandioca é uma prática tradicional da comunidade, utilizada na alimentação e na produção de farinha e goma. O milho é utilizado basicamente para a criação animal, sendo que a criação de aves foi verificada em 83% das famílias entrevistadas e a criação de suínos é realizada por 18%, enquanto a criação de bovinos é realizada por 28% das famílias da comunidade que possuem pelo menos uma cabeça de gado em cada unidade familiar.

A cultura do café vem sendo realizada há muitos anos sob um modo de produção peculiar em relação às demais regiões do Norte de Minas, pelo fato de serem cultivadas em sistema sombreado com outras espécies tais como banana, abacate, laranja, cedro, imburana, pau d'óleo, entre outras, constituindo o que é chamado localmente de chácara de café. O café, juntamente com a farinha, constituíam nos produtos mais comercializados nos mercados locais e da região. Atualmente a produção de café é destinada basicamente para o autoconsumo familiar devido à decadência da produção.

A partir do calendário das atividades ligadas à agricultura elaborado em reunião com as mulheres, pode-se perceber que a comunidade mantém sua tradição de plantar,

principalmente mandioca e feijão, e coletar, principalmente o pequi, nas áreas de Cerrado que restaram ou estão em regeneração.

Quadro 1 - Calendário das atividades ligadas à agricultura, da comunidade de Vereda Funda, 2004.

| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|---------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Coleta de frutas | | | | | | | | | | | | |
| Coleta Pequi | | | | | | | | | | | | |
| Colheita feijão | | | | | | | | | | | | |
| Colheita fava e catador | | | | | | | | | | | | |
| Colheita de café | | | | | | | | | | | | |
| Colheita de arroz | | | | | | | | | | | | |
| Colheita andu | | | | | | | | | | | | |
| Colheita de mandioca | | | | | | | | | | | | |
| Migração | | | | | | | | | | | | |
| Preparo de horta | | | | | | | | | | | | |
| Prepara terra e planta feijão da seca | | | | | | | | | | | | |
| Preparo das terras (Santana) | | | | | | | | | | | | |
| Plantio de arroz | | | | | | | | | | | | |
| Plantio do alho | | | | | | | | | | | | |
| Plantio do milho | | | | | | | | | | | | |
| Plantio de mandioca | | | | | | | | | | | | |
| Colheita de frutas | | | | | | | | | | | | |

Fonte: construção coletiva em reunião com grupos de mulheres da comunidade Vereda Funda, em Ago/2004.

Apesar da falta de terras, a dinâmica da agricultura em Vereda Funda mostra-se ativada pela necessidade de sobrevivência, pois, como visto anteriormente, a renda monetária que entra na comunidade não é suficiente para sustentar as pessoas; não há terra suficiente para que a agricultura seja uma fonte de renda monetária, porém, por meio dela há garantia de parte da alimentação e expectativa de possível excedente para venda. Assim, dezoito famílias declararam vender algum excedente da produção, geralmente ligados a produtos beneficiados, como a farinha e o café torrado.

Observa-se, no que concerne ao trabalho na agricultura, que as mulheres da comunidade atuam em todo o tipo de trabalho e estão presentes em todos os espaços: Na

liderança da comunidade, no trabalho pastoral, no trabalho doméstico e no trabalho produtivo, inclusive na migração, fabricação de farinha e torrefação de café.

Referente ao trabalho produtivo é importante lembrar a crítica feita sobre o que é considerado trabalho produtivo em nossa sociedade, conforme o faz Maria Mies ao falar das sociedades industriais:

Buena parte de los costes sociales de la reproducción de la fuerza de trabajo de las sociedades industriales se externalizan dentro de las mismas. La división social del trabajo patriarcal-capitalista, en virtud de la cual el trabajo doméstico de las mujeres se define como no produtivo y como no trabajo y, por consiguiente, no se remunera, facilita ese proceso. Se define a las mujeres como amas de casa y su trabajo no se incluye en el cálculo de PNB. Se puede decir, por lo tanto, que las mujeres son la colonia interior de este sistema (MIES: 1997,p.92).

As mulheres lavradoras da comunidade de Vereda Funda aparecem na esfera econômica da cena do mundo rural enquanto “colônia interior do sistema” e ao mesmo tempo enquanto elemento chave para compreender o existir da comunidade, da sobrevivência, da permanência dos laços de solidariedade, das relações estabelecidas com, e no território.

4.3 A DINÂMICA CULTURAL DA COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA APÓS IMPLANTAÇÃO DO EUCALIPTO

O conceito de cultura adotado por Geertz parte do princípio de que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, ou seja, para Geertz, cultura é a capacidade de significação, de criar um mundo simbólico, que dá sentido básico à vida cotidiana. Em Vereda Funda a cultura foi tecida por homens e mulheres ao longo de décadas e representou um alicerce de resistência da comunidade no período da hegemonia do eucalipto.

A articulação entre a cultura da comunidade e suas ressignificações do contato com o cotidiano do mundo externo à comunidade, produz lógicas e intersubjetividades de difícil representação e compreensão, incapazes de serem explicadas pelo viés da modernidade/pós-modernidade ou capital/trabalho. Conforme Bhabha:

Enquanto categoria, a comunidade permite uma divisão entre o privado e o público, o civil e o familiar; porém enquanto discurso performativo, ela

encena a impossibilidade de traçar uma linha objetiva entre os dois. A agência do conceito de comunidade “vaza pelos interstícios da estrutura objetivamente construída e contratualmente regulada de sociedade civil”, das relações de classe e das identidades nacionais. A comunidade perturba a grande narrativa globalizadora do capital, desloca a ênfase dada à produção na coletividade de ‘classe’ e rompe a homogeneidade da comunidade imaginada da nação. A narrativa da comunidade substancializa a diferença cultural e constitui uma forma ‘cindida e dupla’ de identificação de grupo que Chatterjee ilustra por meio de uma contradição especificamente ‘anticolonialista’ da esfera pública. Os colonizados se recusam a aceitar a ser membro de uma sociedade civil de súditos; conseqüentemente, eles criam um território cultural ‘marcado pelas distinções do material e do espiritual, do externo e do interno’ (BHABHA, 2003, p.316”).

A contextualização de Bhabha aponta relevos do contexto cultural da comunidade de Vereda Funda, e ajuda a despertar, para enxergá-la, além da homogeneidade e de características passíveis de registro e apreensão. A comunidade se recusou à submissão, criando seu território cultural complexo e recriador.

Separamos em partes um todo, para que possamos explicá-lo, porém o aspecto cultural da comunidade é o complexo entrelaçar da forma de viver de partes materiais e imateriais. Conforme destaca BRANDÃO:

É preciso entender em primeiro lugar que a cultura não é um conjunto de tradições residuais, de experiências feitas nas névoas do passado, externamente ao processo de construção social da história das pessoas, das sociedades, dos povos e até mesmo das nações. A cultura não é o depósito morto de uma história dada, uma dimensão daquilo que Marx denominaria de trabalho morto da sociedade. Muito ao contrário ela é a particularidade por meio da qual os grupos sociais reproduzem as suas condições de vida material, elaboram suas normas de organização da vida em sociedade e de conduta dos diferentes sujeitos como códigos de regras e princípios e, finalmente, atribuem sentidos e significados às suas experiências – traduzindo tudo isso nos seus sistemas de crenças, valores, visão de mundo e identidade social, étnica, sexual, profissional etc. (BRANDÃO, 1995, P.85).

A complexa tarefa de descrever a cultura da comunidade estudada, conforme coloca Brandão, necessitaria de muitos anos para ser empreendida. Por tal optou-se pela ilustração de algumas atividades. A partir disso, é apresentado o calendário anual de eventos e atividades (QUADRO 1) que marcam a dinâmica sócio-cultural da comunidade, indicando a parte que pôde ser apreendida e registrada das suas manifestações culturais. Os eventos e atividades aqui mencionados foram destacados pelos membros da própria comunidade, envolvem a comunidade como um todo e são de caráter religioso, produtivo, festivo e organizativo.

Expressam assim sua organização interna e sua relação com o mundo e com o lugar em que vivem.

Como manifestação cultural autêntica e tradicional da comunidade destaca-se a Folia de Reis, típica da região e que sobreviveu à desestruturação do modo de vida da comunidade.

Quadro 2 - Calendário dos eventos sociais da comunidade Vereda Funda, 2004.

| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|-----------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Folias de reis | | | | | | | | | | | | |
| Férias das crianças | | | | | | | | | | | | |
| Desmanche da lapinha | | | | | | | | | | | | |
| Começo do ano letivo | | | | | | | | | | | | |
| Festa de São José | | | | | | | | | | | | |
| Migração | | | | | | | | | | | | |
| Dia Mães/Mês de Maria | | | | | | | | | | | | |
| N. S. Aparecida | | | | | | | | | | | | |
| Fogueira | | | | | | | | | | | | |
| Visita de parentes | | | | | | | | | | | | |
| Romaria Lapa | | | | | | | | | | | | |
| Volta da colheita | | | | | | | | | | | | |
| Festa dos pais | | | | | | | | | | | | |
| Reforma casas/prepara para chuvas | | | | | | | | | | | | |
| Novenas / folia lapinha | | | | | | | | | | | | |
| Natal | | | | | | | | | | | | |

Fonte: construção coletiva em reunião com grupos de mulheres da comunidade Vereda Funda, em Ago/2004.

Entretanto, apesar de toda a pressão modernizante, a comunidade de Vereda Funda não se desfez, utilizou de seus recursos mais poderosos para se manter enquanto comunidade, na acepção da palavra descrita anteriormente. Os laços familiares, a religião, a cultura, a identidade com a sua terra foram os aspectos que determinaram a sobrevivência da comunidade. A experiência social da comunidade possibilitou que ela utilizasse a sua tradição para recriar a comunidade contemporânea e ressignificar todo o seu sistema de valores a partir da experiência da convivência com a monocultura de eucalipto. Pode-se fazer uma analogia com uma hibernação, na qual se fazem ativos somente os reflexos essenciais para a sobrevivência em períodos adversos.

Através do calendário de eventos sociais da comunidade pode-se listar atividades de cunho festivo, sempre associadas à religião, tais como a folia de Reis; desmanche da lapinha, que é o desmonte do presépio depois do Natal, e que dá início à folia de Reis; Festa de São José que é ligada à agricultura; romaria na lapa, que é uma tradição muito forte na comunidade. Algumas famílias ou pessoas vão a pé até Bom Jesus da Lapa, cidade da Bahia distante mais de quinhentos quilômetros da comunidade e que recebe enormes legiões de romeiros de todo nordeste do Brasil e do Norte de Minas. São organizadas excursões pelo menos uma vez ao ano para Bom Jesus da Lapa, quando a comunidade se organiza e aluga ônibus para a viagem. A fogueira é na época de São João, no mês de junho, que é um mês bem frio na região. São também listados como importantes no calendário social da comunidade estão ligados às atividades relacionadas às crianças, tais como, as férias e o começo do ano letivo.

Destacamos aqui a identificação da migração no calendário, ida e volta da colheita de café em São Paulo e no sul de Minas. O movimento de migração foi incorporado de uma forma dinâmica e recriadora no cotidiano da comunidade tornando a visita de parentes, que fixaram residência fora da comunidade, em um evento que foi ressaltado como muito importante. Muitas trocas e incorporação de novos hábitos e valores perpassam esse movimento de ir e voltar. Muitos dos casos de fixação definitiva no “estrangeiro” acontecem, porém, sem desenraizamento. Neste aspecto há uma extensão do território social de Vereda Funda para espaços distantes, como São Paulo, por exemplo, cidade em que há uma grande comunidade Veredense, que visita periodicamente os parentes e também é visitada por eles. Os laços familiares, como destacado no capítulo anterior são um dos elementos culturais mais fortes e que sustentam a comunidade na sua trajetória em tempos de modernidade globalizada.

4.4 REAPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM VEREDA FUNDA

Diante das dificuldades para conseguir sustentação material e das perspectivas desanimadoras de permanência no lugar, a comunidade de Vereda Funda confrontou o projeto do complexo florestal industrial no seu território.

A comunidade, ciente da aproximação da data de vencimento do contrato de arrendamento das terras entre a empresa Florestaminas e o estado de Minas Gerais, passou a requerer seu direito de ocupar as terras que lhe foram expropriadas. Contudo, findado o prazo do arrendamento a empresa não devolveu as terras. A comunidade, diante da reação contrária, passou a articular um movimento pela reapropriação do território pertencente a ela.

Conforme relata uma das lideranças do movimento:

A gente tinha tudo e não sabia dar o devido valor. A gente aceitou essa estória aí por inocência, ou resistiu como uns confirmaram e outros não. E depois vem essa repressão em cima de nós, depois de muita reunião, isso que começou em 95, que a gente vem tentando se organizar organizamos essa luta para chegarmos aonde chegamos, onde nós estamos chegando agora, e depois como foi explicado, de tudo⁸² vencido, a gente entendeu que era a hora nossa. Nós esperamos vinte e três anos sem ameaça nenhuma. Vinte e três anos essa firma aí dominando, sem a comunidade ameaçar nada, ninguém nunca tinha sido intimado em delegacia nessa comunidade por isso, ninguém nunca foi preso, nada acontecido. E agora, quando nós entendemos que é a hora de nós retomar, vocês estão presenteando este triste fato, e ainda mais triste porque tem tido ameaça de morte (...) Ameaça de morte para mim não quer dizer nada, eu não tenho medo sabe, mas é pelos tristes fatos que vem acontecendo por aí, que para nós é muito ruim (...) sempre que toca no assunto eu choro, porque era acostumado do jeito que era...vendo hoje do jeito que está.

Durante a pesquisa foram perguntados sobre o que achavam do movimento, se apoiavam ou não, e por qual motivo. Quase todos responderam que eram a favor do movimento, e os principais motivos apontados foram a falta de água e de terras, conforme se pode verificar nas respostas dadas a seguir:

- “é para procurar melhorar. Se o eucalipto acabar, as frutas da chapada voltam a ser como era antes”;
- esse movimento está sendo nossa arma contra a firma.
- eucalipto empobreceu o lugar, água acabou, não acho vantagem pro povo da roça só pra quem mora na cidade.
- fui nascido aqui, do tempo que não tinha eucalipto e o povo criava bicho, tirava lenha e as frutas, e principalmente por causa da água. Pra nós esse eucalipto não deu resultado em nada, só prejuízo.
- nós precisamos das árvores nativas, das frutas, da água. Conheci muita coisa que meus filhos não conhecem. Ninguém vive sem terra, sem água.
- o eucalipto mingua a água e o que mais se precisa no mundo é da saúde, água e terra, sem água não tem nada.
- para acabar com o plantio do eucalipto e conservar as terras as frutas nativas e as águas

⁸² referência ao contrato de arrendamento.

- para que todos possam ter suas terras de volta. minhas terras foram tomadas e tive que comprar de novo.
- para recuperar as frutas, as madeiras, e o espaço para criação de animais. terras para plantio de capim, mandioca.
- porque a firma matou os bichos, a água, fechou a estrada e agente vive espremido.
- porque a gente tá vendo que os eucaliptos tá errado porque a terra é de nós. enquanto não tinha essas firma a gente criava vaca, cavalo, sem precisar fechar. hoje é proibido.

Segundo o STR de Rio Pardo de Minas, no ano 2000, com a divulgação do vencimento dos contratos entre as empresas e o Estado, representantes de comunidades rurais procuraram o sindicato para esclarecimentos sobre a questão. Em 2002, o STR constituiu a Secretaria de Reforma Agrária que começou a visitar as comunidades para debater as possibilidades de reocupação de suas terras, que foram consideradas terras públicas.

Em 2003 realizou-se na comunidade de Brejinho a “1ª Assembléia das Comunidades Atingidas pela Monocultura do Eucalipto de Rio Pardo de Minas”, que teve a participação de representantes de 26 comunidades onde foi debatida e aprovada a proposta “*Reconversão agroextrativista: da monocultura do eucalipto para sistemas agrossilvipastoris*”. A proposta foi apresentada ao Secretário Extraordinário de Assuntos da Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais.

Nos anos de 2003 e 2004, a comunidade de Vereda funda passou a se articular com outras comunidades atingidas pela monocultura de eucalipto e, via o sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Pardo de Minas e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM)⁸³, passaram a participar de redes sociais mais amplas como o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, a Rede Cerrado, a ASA – Articulação do semi-árido e a Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão, fortalecendo a luta das comunidades e as redes com as quais passaram a interagir. Desta forma, extrapolou para um universo mais amplo visando a aglutinar forças e redes de apoio⁸⁴ regionais, estaduais, nacionais e internacionais

⁸³ Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) – Associação sem fins lucrativos, composta em sua maioria por agricultores e agricultoras do Norte de Minas Gerais cuja missão é de contribuir para o fortalecimento das organizações de trabalhadores rurais, adotando como princípios a agroecologia e a sustentabilidade.

⁸⁴ Redes regionais: Sindicatos de trabalhadores rurais do Alto Rio Pardo, diocese de Janaúba, Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas, CPT /Montes Claros, Cáritas
Redes Estaduais FETAEMG,

para confrontar o complexo florestal industrial. Também foram encaminhadas propostas ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Plano Nacional de Combate a Desertificação.

Em setembro de 2004, reuniram-se em Belo Horizonte na sede do Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER, lideranças da comunidade de Vereda Funda, STR de Rio Pardo de Minas, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM. Nesta reunião o ITER solicitou à comunidade de Vereda Funda uma proposta de gestão da área a partir de sua devolução para a comunidade e um projeto que demonstrasse a sua viabilidade.

A comunidade, apoiada por redes com as quais passou a interagir, apresentou proposta para o Estado e delimitou um prazo conjunto para o posicionamento do mesmo sobre o projeto.

Não obtendo resposta para a proposta e diante do rápido aumento da construção de fornos para produção de carvão, os moradores resolveram pressionar o Estado e em novembro de 2004 ocuparam a área em questão e derrubaram uma série de fornos de carvão que estavam em funcionamento.

A reação ao avanço da comunidade foi imediata. Forças policiais foram deslocadas para o local e um processo judicial contra diversos membros da comunidade foi instaurado na justiça comum de Rio Pardo de Minas. O acirramento da situação provocou a realização de uma reunião especial da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em dezembro de 2005, na Câmara Legislativa de Rio Pardo de Minas, com a presença do Instituto de Terras de Minas Gerais, empresa Florestaminas e a comunidade de Vereda Funda.

Como resultado desta reunião, o processo judicial foi transferido da justiça comum para a Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais, ficando acordado uma nova reunião de conciliação que foi realizada em fevereiro de 2005, em Belo Horizonte. Nesta

reunião foi feito um acordo entre as partes, cabendo a empresa a devolução de 5.500 hectares, sendo 800 hectares devolvidos de imediato, 500 hectares até dezembro de 2005 e o restante até outubro de 2007. Este prazo foi estabelecido para possibilitar que a empresa pudesse explorar os remanescentes de eucalipto que se encontram na área.

4.3.1 O projeto de desenvolvimento da comunidade para seu território.

No ano de 2004 os moradores de Vereda Funda, com a assessoria de organizações de trabalhadores rurais, reuniram e elaboraram um Projeto de Desenvolvimento para a comunidade denominado *Reconversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto Comunidade de Vereda Funda*. O Projeto inclui utilização da terra, modelo de desenvolvimento agrícola, práticas produtivas, ações na área social, e busca produção agrícola diversificada, segurança alimentar, geração de trabalho e empregos, considerando os ecossistemas e a cultura dos moradores.

O projeto de desenvolvimento proposto, parte da retomada do território a partir da experiência da própria comunidade tanto de antes da implantação da monocultura do eucalipto como do período de convivência com a monocultura. Tem como foco principal a recuperação das áreas degradadas visando a recuperação da água e a produção agroextrativista; e a demanda de terras para a manutenção de uma dinâmica sadia na comunidade.

Constam como proponentes do projeto as seguintes organizações: Comunidade de Agricultores e Agricultoras de Vereda Funda; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

O Objetivo Geral do projeto apresentado está colocado da seguinte maneira:

Promover implantação de um assentamento agroextrativista visando a reocupação e utilização sustentável das terras públicas arrendadas a Florestaminas no entorno da Comunidade de Vereda Funda, beneficiando diretamente as famílias de geraizeiros que vivem no seu entorno. Prevê o estímulo à produção diversificada de alimentos, madeira e lenha, a segurança alimentar e geração de empregos, através da transição para sistemas agroextrativistas, tendo como referência os potenciais ecossistêmicos e culturais do território e a melhoria da qualidade de vida” (Projeto Reconversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto Comunidade de Vereda Funda, 2004).

Como objetivos específicos:

- Garantir o acesso ao território de 133 famílias de geraizeiros que vivem ao longo de cabeceiras, veredas e brejos que se encontram cercadas pela monocultura de eucalipto;
- Propiciar a produção de gêneros alimentícios, com o cultivo de lavouras diversificadas, criação de animais (bovinos, suínos, aves e abelhas) e pela coleta extrativista de frutos nativos;
- Propiciar a produção de madeira e lenha pelo manejo da vegetação remanescente associada com a produção oriunda do plantio de sistemas agroflorestais e silvipastoris;
- Viabilizar o desenvolvimento do extrativismo da flora nativa incorporando os princípios da sustentabilidade;
- Viabilizar a comercialização da produção a partir do beneficiamento dos produtos agroextrativistas investindo no desenvolvimento dos elos das cadeias produtivas – mandioca, café, frutas nativas e cultivadas, animais, madeira, lenha e mel;
- Melhorar as condições de alimentação, saúde, habitação, acesso à água e saneamento das famílias do entorno das terras arrendadas;
- Recuperar áreas degradadas promovendo o plantio de espécies nativas;
- Estimular o repovoamento de espécies nativas da flora e fauna através da consolidação de fragmentos florestais interligados com áreas de recomposição do cerrado associados com atividades de educação sócio-ambiental;
- Recuperar a capacidade de recarga dos aquíferos através do ordenamento do uso do território (cabeceiras, chapadas, carrascos, tabuleiros e baixadas), da adoção de práticas de conservação do solo, da construção de bacias de contenção nas estradas vicinais e carreiros, e pela recomposição das matas ciliares” (Projeto Reconversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto Comunidade de Vereda Funda, 2004).

A partir dos objetivos do Projeto, nota-se a preocupação explícita da comunidade com os aspectos da fixação a terra, produção de gêneros alimentícios diversificados e em consórcio com criação de animais, extrativismo, sustentabilidade, comercialização dos produtos, melhoria das condições de vida, recuperação de áreas degradadas, preservação dos recursos hídricos, entre outras ações.

O projeto também aponta os princípios que norteiam a proposta:

Sobre os beneficiários,

133 famílias de moradores da comunidade de Vereda Funda.

Sobre o uso e manejo das terras,

usar de acordo com o potencial ecológico; levar em conta as formas tradicionais de uso e manejo das terras, incorporando práticas de recuperação das áreas;

Todas as áreas de cabeceiras e de nascentes devem ficar preservadas;

As terras vão ser parceladas de acordo com o potencial ecológico e as demandas sociais, considerando as seguintes formas de uso: Parcela Familiar; Parcela de Produção Comunitária; Parcela de Manejo Extrativista de Uso Comum; Parcela de Reserva Legal; Parcela de Infraestrutura Comunitária.

Sobre a organização e gestão da unidade,

Propõe-se transformar a área pública de domínio do Estado em um Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE – conforme portarias que regulamentam esta modalidade de assentamento pelo INCRA.

A gestão da área ficará a cargo da associação de assentados agroextrativistas que pode organizar grupos de trabalho para facilitar a sua administração: equipes de educação e fiscalização ambiental, de produção, etc. O INCRA/ITER formalizará instrumento público visando à concessão de uso pela associação e famílias cadastradas.

Todos os moradores terão o mesmo direito no acesso às áreas familiares e coletivas;

A associação deverá criar um regimento interno para administração da área conquistada;

associação deverá dar especial atenção às questões relativas à saúde, educação, lazer, habitação, cultura, e garantir a participação das mulheres, jovens e idosos.

(Projeto Reconversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto Comunidade de Vereda Funda, 2004).

Em relação aos regimes de propriedade a proposta apresenta uma apropriação coletiva e particular das terras. A área coletiva seria utilizada para produção comunitária; manejo extrativista de uso comum; reserva legal; infra-estrutura comunitária.

Os principais pontos do projeto estão relacionados à forma estratégica de utilizar os recursos naturais de acordo com a potencialidade ecológica de cada ambiente, conhecimento gerado pela comunidade no convívio secular com o território e incrementado com os intercâmbios feitos pela comunidade através das redes das quais faz parte; ao fortalecimento da organização social e da cultura da comunidade, que é baseada em laços familiares através da reinvenção dos espaços coletivos de uso comum; ao fortalecimento da comunidade visando sua atuação junto aos órgãos públicos no sentido de conquistar o direito a serviços de educação e saúde de qualidade; geração de renda suficiente para que haja uma vida digna a partir do trabalho dos membros da comunidade em suas terras.

Percebe-se que a proposta da comunidade conflita com as metas do Complexo florestal industrial. Em documento de abril de 2005, da Associação Mineira de Silvicultura, denominado “Perspectivas e tendências do abastecimento de madeira para a indústria de base florestal no Brasil uma contribuição à construção e acompanhamento dos cenários futuros”, o setor florestal brasileiro apresenta uma leitura do cenário do setor constatando a necessidade de plantios florestais no contexto de Cenário Normativo⁸⁵ é de 810,5 mil hectares/ano, superior em 1,7 vezes ao do Tendencial (470,6 mil ha./ano). Explicitando seu projeto:

Se não for ampliado o ritmo de expansão dos plantios florestais, o necessário crescimento industrial será limitado, pois os estoques de madeira não permitirão o atendimento da demanda do mercado interno. Tampouco haverá condições de assegurar a manutenção da posição brasileira no mercado internacional, desses produtos, no médio e longo prazo, ocasionando a perda de oportunidade.

Algumas mudanças significativas são observadas na conduta deste mercado, onde o aumento elevado na demanda por madeira, sem o correspondente aumento na oferta, tem provocado elevações nos preços dela. Como o aumento nos preços não reflete imediatamente no aumento da oferta, pois no mínimo teria o prazo de maturação dele - do plantio à colheita leva-se de seis a sete anos -, acredita-se que estes preços continuarão a subir ao longo deste período de tempo, aumentando a atratividade desta atividade. Especialistas afirmam que a produção poderá atender à demanda, com os novos plantios, porém num patamar de preço maior, o que exigirá das empresas dos segmentos de base florestal ações para dar continuidade à competitividade (Associação Mineira de Silvicultura, 2005).

O documento considera que as ações necessárias para ocupar uma posição de destaque maior no cenário são:

- ampliar os programas de fomento florestal integrados à indústria consumidora da madeira;
- negociar a aplicação dos recursos dos fundos constitucionais de financiamentos e fiscais de investimento junto ao Ministério da Integração Nacional;
- simplificar os procedimentos legais e administrativos para plantio, colheita, transporte, processamento e comercialização de produtos e subprodutos florestais provenientes dos plantios florestais, equiparando a silvicultura às plantações agrícolas;
- dimensionar os programas de expansão da base plantada em função da demanda do mercado consumidor, com a participação de pequenos e médios produtores rurais;

⁸⁵ Cenário Tendencial: provável cenário que poderá ocorrer, mantidas as tendências históricas e atuais; Cenário Normativo: especifica o futuro desejado.

- apoiar técnica e financeiramente os pequenos e médios produtores, com linhas de crédito adequadas quanto às taxas de juros, prazos de carência e amortização.

(Associação Mineira de Silvicultura, 2005).

Certamente são dois projetos conflitantes, projetos diferentes de sociedade e de futuro. A perspectiva de desenvolvimento do projeto do CFI - Complexo florestal industrial está baseada na idéia de que os recursos naturais são ilimitados, nas idéias da competitividade e da geração de lucro. O ser humano não é o foco desta proposta, mas sim os interesses comerciais individuais, empresariais e de acumulação, que já contam com o apoio do governo conforme relata o documento: “Nesse contexto, para que o Cenário Normativo aconteça e a oportunidade seja aproveitada, será necessário implementar um conjunto de ações, algumas delas já preconizadas no Plano Nacional de Florestas - PNF, em 2000”.

No ano de 2004 o governo federal lançou o programa nacional de florestas que é parte do plano plurianual 2004-2007 e prevê uma série de medidas para estimular o setor florestal visando à expansão da base florestal plantada e que tem como meta atingir o plantio anual de 600.000 hectares de florestas e aumentar em 30% a participação do pequeno produtor

O plano⁸⁶ apresenta como objetivos e público:

Objetivo: Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas públicas e privadas e a expansão sustentável da base florestal plantada, estimulando o desenvolvimento das cadeias produtivas, gerando emprego e renda e conservando a integridade dos ecossistemas e suas funções ecológicas.

Público-alvo: Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal.

O governo federal coloca como público alvo, de um mesmo plano, populações tradicionais e empresários do setor florestal. Como se dará essa relação? Será que os objetivos desses grupos são conciliáveis? Por qual motivo as metas do plano governamental se aproximam da do Complexo florestal industrial?

O que pode significar aumentar em 30% a participação do pequeno produtor? A quem interessa esse aumento? Qual seria o custo sócio-ambiental dessa ampliação? O que isso pode significar em termos de contribuição para a melhoria da vida das pessoas que vivem no campo? Qual perspectiva de desenvolvimento está no centro de cada proposta?

A partir da experiência da comunidade de Vereda Funda pôde-se verificar que desenvolvimento é uma noção que pode ter muitos significados diferentes, que pode inclusive ser utilizado exclusivamente para um processo de expansão do capital. Porém explicar o processo social sem a categoria *desenvolvimento* tornou-se uma tarefa quase impossível.

A noção desenvolvimento é o retrato do desejo capitalista industrial, crescimento e riqueza são as promessas. A situação da comunidade de Vereda Funda demonstra que a promessa não se materializa para todos. A implantação do complexo florestal nas terras do município de Rio Pardo de Minas e na comunidade de Vereda Funda não implicou em nenhum dos aspectos analisados aumento de riqueza, melhoria de vida.

⁸⁶ Ministério do meio ambiente- www.mma.gov.br - programa Nacional de florestas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo geral analisar alguns dos impactos da monocultura de eucalipto, das estratégias de sobrevivência e resistência de populações tradicionais atingidas por ela, e a relação com o território antes e após a implantação desses projetos. Por meio do estudo de caso da comunidade de Vereda Funda, buscou-se esclarecer os mecanismos utilizados pela comunidade para reproduzir-se socialmente ante a expropriação territorial de grande parcela das terras em que vivia secularmente, para utilização das empresas de eucalipto em regime de comodato. A pesquisa forneceu fortes indícios para corroborar as hipóteses elencadas na introdução do trabalho. Os dados acerca das *plantations* de eucalipto para produção de carvão vegetal para o setor industrial, a magnitude que a atividade adquiriu na região, leva-nos a considerar que ela constitui um ciclo econômico no Norte de Minas. O estudo forneceu elementos que mostram a ligação das atividades do complexo florestal/industrial à divisão internacional do trabalho na qual a indústria siderúrgica apoiada nos recursos naturais – minerais e vegetais – constituiu pilar importante e contribuiu para sustentar a inserção do país no mercado externo. No entanto, internamente, reproduzem-se os vieses da divisão social hierárquica do trabalho entre as regiões do país, por meio de relações de dominação/exploração do trabalho e dos recursos naturais.

Projetos de natureza semelhante ao da monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais, tiveram como objetivo uma reorientação territorial com intuito de facilitar a apropriação pelos grandes capitais das terras que estavam no domínio das populações tradicionais, sob forma diferenciada das estabelecidas pelas relações capitalistas. Conforme observado por Marx é pelo domínio dos fatores de produção que se instala, pelos capitalistas, a lógica do capital.

Nesse processo de apropriação de terras pelo capital, o Estado teve papel fundamental, pois promoveu por meio de incentivos fiscais e financeiros a expansão da fronteira agrícola e das relações capitalistas no campo. Sob a justificativa da promoção do desenvolvimento, expropriou a terra dos lavradores e privatizou os recursos naturais. Na época, o país encontrava-se sob a égide da ditadura militar, o perfil do Estado era autoritário, centralizador, e tinha como objetivo transformar o país numa grande potência econômica sem preocupação com os aspectos distributivos e as desigualdades sociais. Segundo Celso Furtado, o modelo brasileiro de industrialização foi voltado para uma parcela minoritária da população, para a sua elite, e foi um processo de industrialização em condições de dependência.

O Estado gerou e implementou políticas de incentivo às plantações de eucalipto, inicialmente com o IBDF-Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e posteriormente com o Fiset-, que na região Norte de Minas contou com subsídios ainda mais potencializados pela SUDENE, por programas Estaduais, como o programa de Distritos Florestais, em que a atividade de reflorestamento foi uma das que recebeu maior volume de incentivos e investimentos.

A região foi considerada um vazio populacional em que o desenvolvimento ainda não havia chegado e iria ser levado por projetos como o da monocultura de eucalipto. Foi nesse vazio que se construiu a visão de desenvolvimento que melhor convinha aos interesses dos capitalistas. O papel do governo nesse processo condiz com a idéia de Gramsci sobre o Estado, em que o mesmo é uma confluência de ações práticas e teóricas pela qual a classe dominante justifica, mantém sua posição e cria consenso entre aqueles a quem governa.

A análise a partir da cosmografia da comunidade permitiu registrar as transformações sofridas no regime de propriedade, no modo de vida e no cotidiano das famílias que viviam na localidade secularmente, e que guardaram na memória coletiva a trajetória da comunidade, assim como as formas encontradas por ela para a manutenção do seu território até a oportunidade de reaver sua terra.

A comunidade de Vereda Funda, anteriormente à década de 1980, acompanhava a dinâmica das outras comunidades semelhantes da Região, com relativa autonomia em relação ao mercado. Além do criatório de gado de forma extensiva, “à solta” em terras com regime de propriedade comum, produzia grande parte do que necessitava para o consumo. Comercializava produtos em outras cidades e nos mercados de localidades próximas como São João do Pequi, situada a seis quilômetros, considerada “forte” para a venda e troca de café e banana; Serranópolis a 60Km; Porteirinha a 150 Km e Montes Claros a 250Km. Essas relações comerciais indicam vigor na produção e comercialização de produtos agrícolas, os produtos privilegiados pela comunidade para serem cultivados e beneficiados, representavam o acúmulo do conhecimento e a relação dos moradores com seu habitat, além de seguir critérios sócio-ambientais no sentido de potencialidade sustentável do ambiente somado à necessidade e à aptidão cultural da comunidade. Ao se referirem à farinha produzida na localidade, os lavradores ressaltam a alta qualidade do produto e a facilidade de comercialização. São várias as formas de manifestação cultural que habitam a memória dos

moradores da comunidade: as danças, as folias de reis, as festas, as brincadeiras, os versos, há todo um universo cultural que perpassa hábitos do cotidiano, comportamentos e valores presente na memória coletiva da comunidade.

A terra, enquanto lugar onde a existência da comunidade se tornou possível, era apropriada de forma diferenciada, além das categorias de regime de propriedade formais, existia o regime de propriedade no qual havia o direito comum da comunidade de utilizar os recursos das chapadas. A racionalidade do regime de propriedade baseava-se nas necessidades das pessoas e na característica natural do ambiente. Empiricamente foi desenvolvido o conhecimento do potencial de cada ambiente do território e da relação entre eles. Esse saber ambiental, socialmente desenvolvido pela comunidade, consiste em um patrimônio de importante interesse, pois é central na reflexão sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

A monocultura de eucalipto, estranha aos fluxos ambientais e sociais locais, adentra o universo da comunidade e por meio dos correntões, devasta o cerrado e coloca fogo em quase tudo. Este é um fato que para os moradores de Vereda Funda teve grande impacto, como se fosse atado fogo em grande parte da vida construída pela natureza e pelas pessoas. A paisagem sofreu grande modificação, desorientando os moradores da comunidade em vários aspectos, inclusive no geográfico.

Assim, o impacto imediato da substituição do cerrado por eucalipto, vai além da perda das terras e da forma de reprodução material, da diversidade. Encontra-se no campo simbólico, a destruição de parte de um universo e de sua lógica, da natureza e da cultura formatada por ela e dialeticamente transformada e transformadora. Essa transformação do cerrado em monocultura para a produção de carvão, semelhante à *plantation* açucareira se deu em função de necessidades externas ao local onde acontecia, da mesma forma a riqueza gerada por essa atividade econômica foi para fora do local onde foi produzida.

O complexo florestal industrial apresenta-se como o grande beneficiário do processo produtivo do eucalipto/carvão. Justapondo os lucros com a terra e com a mão de obra. Essa moderna forma de *plantation*, busca agregar valor aos seus produtos de formas variadas, inclusive através de selos de certificação que garantiriam a idéia de que a produção é ambiental e socialmente correta, algo incompatível com a extensa monocultura de eucalipto.

O trabalho de campo realizado a partir da perspectiva da pesquisa-ação, atento às questões materiais objetivas da comunidade desnudou uma realidade de que a monocultura de eucalipto não constituiu alternativa social e econômica para as populações rurais. Ao

contrário, corrobora com a idéia que a monocultura se apresenta como uma forma extremada de espoliação das populações tradicionais de lavradores e dos recursos naturais.

Em termos de renda, advinda da monocultura de eucalipto com trabalho formal mostraram-se praticamente insignificantes, inferiores ao montante gerado pelos programas de assistência social do Governo. Esta por si, já seria uma informação que contrapõe à idéia que a monocultura de eucalipto ‘traz desenvolvimento’ para a comunidade. Porém, a partir da perspectiva de que renda representa só uma face do amplo espectro do que seria o fenômeno do desenvolvimento, foram focalizados outros elementos considerados essenciais para a melhoria das condições de vida, como a escolaridade e a saúde.

Constatamos que os moradores da comunidade não têm acesso à educação formal. A comunidade apresentou baixa escolaridade e alto grau de analfabetismo, mais de 30% das pessoas com mais de sete anos são analfabetas ou semi-analfabetas e a maior parte de analfabetos são mulheres. Falta infra-estrutura para a prática escolar, professores para as 105 pessoas com menos de 14 anos. O poder público não cumpre os princípios básicos do direito à educação, nem mesmo com o direito mínimo à escolaridade elementar, ambos previstos na Constituição Federal, que pressupõe a universalidade e obrigatoriedade do ensino fundamental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. A educação é tida, pelos moradores, como um elemento importante, muitas famílias mudam-se para localidades onde há a oportunidade de suas crianças estudarem. Porém, mesmo as escolas nas regiões mais próximas da comunidade são de qualidade questionável, têm a perspectiva urbana, e funcionam como incentivo à migração para as cidades. Algumas mães declararam que seus filhos pouco aprendem na escola, muitas consideram a escola de qualidade inferior àquela que freqüentaram. Essa comparação geralmente é feita com base na capacidade de leitura, pois algumas crianças terminam a quarta série do ensino fundamental sem saber ler. Esses analfabetos escolarizados não foram captados na pesquisa, pelo fato de a metodologia estar baseada apenas no grau de escolarização. A partir do constatado pela pesquisa sobre o quadro da educação na comunidade, esta funciona como um mecanismo de transformação cultural que visa a urbanizar e fazer manter as relações de exploração estabelecidas, a partir do momento que uma família tem que mudar da comunidade para outra localidade para que seus filhos possam ter acesso ao sistema de ensino público, que por sua vez desvaloriza a cultura tradicional e rural.

Em relação aos serviços de saúde, faltam postos, atendimentos médicos ou odontológicos ainda que esporádicos, ou acesso a qualquer tipo de programa nesse setor. O

povoado mais próximo da comunidade – Entroncamento - conta com um posto de saúde, mas encontra-se sob jurisdição de outro município, Novo Horizonte⁸⁷, não atendendo às demandas da comunidade que faz parte do município de Rio Pardo de Minas. O programa saúde da família não atua ali. Nota-se, portanto, ausência de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde e transporte, que não conta com linha regular pública ou privada.

A comunidade pesquisada não é beneficiada nos programas de infra-estrutura do país, do estado ou do município. O atendimento da população que mora no campo se faz necessário, a não existência de políticas implica indiretamente em uma política que força as famílias rurais migrarem a procura de acesso a serviços públicos mínimos nas cidades. Essa ideologia que concebe o campo a partir da cidade, e esta como ápice da evolução da forma de agrupamentos humanos, não considerou a importância de políticas específicas para as comunidades rurais, visto que, com o passar dos anos verificou-se a dificuldade das cidades em gerarem empregos e condições adequadas para todos os brasileiros. É anacrônico o pensamento baseado no evolucionismo social, no qual alcançar o desenvolvimento está diretamente relacionado a alçar o patamar da sociedade capitalista industrializada e seus modelos de cidades, como anacrônico é o pensamento que considera esse o caminho único e desejado por todos; o que gera discriminação e trata como resíduo as pessoas que habitam no mundo rural, tratando rural e urbano numa relação de oposição e não de complementariedade.

Assim, os aspectos apontados no histórico da comunidade como problemáticos e dificultadores do cotidiano no passado, anterior à chegada do *desenvolvimento* com o eucalipto, como a falta de acesso à saúde, à educação e ao transporte, mantiveram-se, ou seja, após mais de um quarto de século, a implantação da monocultura não representou melhoria de vida para a população local, ao contrário, destituiu grande parte da comunidade de seu principal meio de sobrevivência, a terra e o cerrado. O que permitiu indicar que as consequências sociais, econômicas, culturais e ambientais no modo de vida dos habitantes da comunidade de Vereda Funda, geradas pela implantação da monocultura de eucalipto são negativas e insustentáveis.

O Estudo da questão relacionada à oferta de postos de trabalho pela eucaliptocultura apontou, a partir da pesquisa, que em relação à expectativa da transformação do lavrador em assalariado, passível de exploração da mais-valia pelo complexo florestal industrial, não se concretizou, uma vez que a monocultura de eucalipto praticamente não gera empregos para os moradores da comunidade. A participação percentual do emprego formal da eucaliptocultura

⁸⁷ Conforme apresentado no mapa da página

na renda da comunidade é de 5%, valor menor do que os benefícios sociais – bolsa escola, bolsa alimentação, vale gás- concedidos pelo governo. Os empregos informais gerados por meio das empreiteiras em grande parte são precários e trazem em alguns casos, a suspeita de trabalho escravo. A primeira ação cível contra a escravidão no estado de Minas Gerais se deu no setor do carvão, no ano de 1994, contra cinco grandes siderúrgicas⁸⁸. A assembléia legislativa do estado de Minas Gerais já instalou três comissões parlamentares de inquérito com o tema do trabalho escravo no setor de carvão constatando irregularidades diversas na maioria das empresas que atuam no estado.

Parte dos lavradores de Vereda Funda, que ficaram sem terra para trabalhar, vendem sua força de trabalho ao agronegócio da cana-de-açúcar e do café, no sul de Minas Gerais ou São Paulo, por meio da migração para estas regiões entre os meses de maio e agosto, desse modo, conseguem parte dos recursos monetários para sustento da família sem abandonar definitivamente a terra natal. A pesquisa realizada na comunidade constatou que aproximadamente um quarto de sua renda advém da migração periódica e sinaliza importante estratégia utilizada para garantir a reprodução material. A migração é um recurso consolidado no local, algumas famílias e pessoas acabam por migrar definitivamente, porém a maioria que migra mantém o vínculo com o seu lugar de origem e relaciona-se entre si no novo local de moradia, estendendo o território de comunidade. A chegada dessas pessoas em Vereda Funda é motivo de festa e foi incluída no calendário dos eventos considerados importantes, geralmente a visita dos parentes dos familiares que moram fora acontece na época das fogueiras.

Importante fonte de recursos monetários, mais do que a migração são as aposentadorias que representam 61 % da renda monetária que entra na comunidade. Mais de 50% das famílias têm pelo menos um membro aposentado, significando importante fator na sustentação das famílias.

A atividade de monocultura de eucalipto é concentradora de renda e riqueza, a distribuição fundiária na comunidade exemplifica esse aspecto: uma empresa monopoliza mais de 80% da terra de toda a comunidade, ficando menos de 20% com aproximadamente 150 famílias. A concentração fundiária que é alta no município aprofunda-se em Vereda Funda e pôde ser observada por esta relação de desigualdade na distribuição fundiária.

⁸⁸ Rima industrial S/A, Eletro Silicon Nova era S/A, Ligas de alumínio S/a, eletrosilex S/A e a companhia de ferro e ligas de Minas Gerais (MinasLiga)

No aspecto sócio-ambiental a retirada do cerrado para a implantação da monocultura de eucalipto impulsionou o senso crítico em relação às questões sócio-ambientais na comunidade. A água representa o elemento indicador sócio-ambiental e materializa a forma sistêmica do modo de enxergar o ambiente por parte dos moradores. As referências feitas a este recurso, estão relacionadas ao lazer com a lembrança das pescarias e dos peixes; ao banho de rio; ao sustento das criações; ao sustento e uso da família; à fonte energética que movimentava engenhos. A leitura da comunidade em relação à escassez atual de água está relacionada à implantação do eucalipto na região. O que fez com que ela aguçasse suas críticas em relação às plantações. Este é o principal motivo, ao lado da terra, para que a comunidade não queira a monocultura em seu território. São comuns as declarações enfatizando que o eucalipto seca a terra, que os agroquímicos utilizados nas plantações contaminam as águas e provocam a mortandade de peixes. Conforme ALIER (1997):

O crescimento da agricultura industrial, moderna e capitalista, biologicamente simplificada, com uso intensivo de combustíveis fósseis, produziu um movimento camponês de autoconsciência agroecológica, que não é somente uma moda pós-moderna, mas é um caminho em busca de uma modernidade alternativa (ALIER, 1997, p.126)

A forma como foi implantada a monocultura do eucalipto, de um lado representou um desastre sócio-ambiental, foi destacado nos depoimentos a mudança repentina da paisagem e a perda de referências e da liberdade de ir e vir.

De outro lado, fortaleceram-se os laços de solidariedade, que na adversidade transformam a comunidade num território para além do seu espaço, tecendo uma nova história, onde ela não se contenta com a posição de vítima do desenvolvimento capitalista, não aceita o destino escolhido para ela, reerguendo-se a partir do acionamento de suas forças tradicionais, da formação de redes, da solidariedade, apresenta-se como autora do seu projeto de desenvolvimento, na busca de condições de viver bem a partir da experiência no território e das trocas estabelecidas ininterruptamente com o mundo ao seu redor, gerando a comunidade contemporânea ciente do seu conflito.

Em termos sócio-ambientais, buscou-se fugir da falsa polêmica sobre o fato de a monocultura de eucalipto causar ou não impacto ambiental, e trazer a discussão para o campo do conflito entre capitalismo e sustentabilidade, da divisão internacional do trabalho, e das

distintas perspectivas de desenvolvimento e interesses conflitantes, que são as grandes questões de fundo do cenário da comunidade atingida pela monocultura do eucalipto.

Existem vários aspectos a serem considerados ao pensar a relação entre economia e meio-ambiente. As diversas óticas existentes surgem a partir dos problemas e interesses das populações do mundo e refletem, de certa forma, as desigualdades interpaíses e intrapaíses. O caso da comunidade de Vereda Funda no confronto com o Complexo Florestal Industrial ilustra o conflito de interesses entre comunidade local e o complexo agroindustrial.

São lógicas e objetivos distintos. Passada a experiência da implantação da monocultura de eucalipto em suas terras, a comunidade construiu uma proposta que leva em consideração aspectos ambientais, sociais e econômicos, que agrega a experiência anterior no seu território com o novo desafio de produzir e recuperar a área que foi destruída pelo plantio desordenado de eucalipto.

As dificuldades que cercam esse projeto são de vários matizes, desde a herança de destruição deixada pela monocultura de eucalipto – córregos assoreados, solo degradado, - pois para devolver a área depois de dois anos do vencimento do contrato, a empresa aceitou sair das terras desde que tivesse tempo para fazer a colheita do eucalipto, deixando a terra limpa, sem nada -. até o preconceito sofrido por se tratar de uma comunidade “insubordinada”.

A comunidade trouxe para o campo da política a problemática local de expropriação territorial e levou-a ao mundo por meio das redes⁸⁹ regionais, nacionais e mundiais. Focalizou uma imagem de futuro pensando estrategicamente nos vários aspectos do desenvolvimento - recursos naturais, no bem-estar das pessoas, na educação, na saúde, na cultura, e no afeto. Mostra que tem um projeto e está em condições de fazer a própria história, não precisa aparecer como resíduo do projeto de desenvolvimento pensado a partir das necessidades do capital que visa à sua ampliação, e que, na atualidade, sob a sigla de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo não mudou suas práticas e objetivos: o acúmulo de capital.

⁸⁹ Sindicato dos trabalhadores rurais de Rio pardo de Minas, Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas, Fórum de desenvolvimento sustentável do Norte de Minas, Rede Cerrado, Rede Alerta contra o deserto verde, Movimento Mundial pelas florestas.

REFERÊNCIAS

ALEMGO-Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Relatório final da comissão especial da silvicultura. Belo Horizonte, 2004.

ALMEIDA COSTA, João Batista. A cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In SANTOS, Gilmar. (org.). Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

ALMEIDA COSTA, João Batista. Fronteira regional do Brasil: o entre-lugar da identidade e do território baiano em Minas gerais. IN: sociedade e Cultura. Goiânia, v.5, nº1. 2002.

ALMEIDA COSTA, João Batista. Mineiro e Baianos- englobamento, exclusão e resistência. 2003. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Instituto de ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

Anuário Estatístico - Associação Mineira de Silvicultura. Belo Horizonte, 2005

ASSIS, José. Políticas florestais em minas gerais. IN: Mello, Guimarães. Biomassa, energia dos trópicos. Belo Horizonte, Labmídia. 2001

AUGUSTO, Rosely. A intervenção do Estado na Região Norte de Minas Gerais (Subsídios para a discussão). Montes Claros: CPT-Norte de Minas. Dez 1988. (Mimeo)

BACHA, Carlos José. O uso de recursos florestais e as políticas econômicas brasileiras - uma visão histórica e parcial de um processo de desenvolvimento. IN Est. Econômicos, São Paulo, v. 34, N. 2, p.393-426, Abril- Junho de 2004.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília. Plano editora, 2002.

BARBOSA, Rômulo Soares. Seguro social e “seguro agrícola”: O duplo papel da previdência social rural. Unimontes Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, v.5, n.1, p. 67-76, jan./jun. 2003.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 395 p.

BORDENAVE, J. O que é participação? São Paulo, 1983.

BOUDON, R. BOURRICAUD, F. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo, editora Ática, 1993

BRANDÃO, C. R. AQUI É ONDE EU MORO, AQUI NÓS VIVEMOS. Escritos para conhecer, pensar e praticar o município educativo e sustentável. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. 1990. Pesquisa Participante. 8a Edição. São Paulo. Brasiliense.

_____. 1995. Em campo Aberto. São Paulo: Cortez.

_____. 1999. Repensando a pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense.

CARDOSO, JOSÉ M^a. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. IN: Formação Social e econômica do Norte de Minas. Editora Montes Claros - MG: editora Unimontes, 2000.

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988. 339 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE MINAS GERAIS; CENTRO MINEIRO DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE O AMBIENTE E FLORESTAS; PACIFIC-ASIA RESOURCE CENTER. Pau que nasce certo e entorta a vida dos outros: monocultura de eucalipto e produção de celulose no vale do Aço, [Belo Horizonte], 1995.

CORREIA, João. Estratificação de ambientes em área de Cerrado: da abordagem pedológica à percepção do agricultor. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

DAYRELL, Carlos. Geraizeiros Y Biodiversidad em el norte de Minas Gerais: la contribución de la Agroecología e la etnoecología em los estudios de los agroecosistemas. (dissertação de mestrado). Universidade internacional de Andalucía, 1998.

DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, editora Atlas, 1995.

DEMO, P. Riscos e desafios de processos participativos. Brasília, 1984.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

DIÉGUES Jr, Manuel. Regiões Culturais do Brasil. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de pesquisas educacionais, 1960.

DIÉGUES Jr. Manuel. População e propriedade da terra no Brasil. (1959) IN: FENELON, Dea. 50 textos de História do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1974.

DIÉGUES, Antônio C. e Arruda, Rinaldo S.V. (orgs.) Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

FERNANDES, Florestan. Ensaios de sociologia geral aplicada. São Paulo: editora pioneira, 1959.

FURTADO, Celso, O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: editora. Paz e Terra.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. coleção grandes nomes do pensamento brasileiro . São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. 27^a edição.

GAJARDO, M. 1987. Pesquisa Participante na América Latina. São Paulo: editora Brasiliense.

GERDAU. Mecanismo de desenvolvimento limpo. Porto Alegre, 2004.

GERVAISE, Yves. A transformação agrária no Nordeste meridional (Norte de Minas Gerais). Instituto de Geociências da UFMG. 1975, publicação especial nº1.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIDDENS, Anthony. Em defesa da sociologia. Ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: editora UNESP, 2001.

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: editora UNESP, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter. Minas e os gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. IN: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos. Cerrado E Desenvolvimento: Tradição E Atualidade. Montes Claros. 2000.

GUHA, Ramachandra. The Unquiet Woods: ecological change and peasant resistance in the Himalaya. Berkeley and Los Angeles, 1ª ed. University of Califórnia, 1989.

GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1989, 6ª edição.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995,26. ed.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 4ª ed. Rio de Janeiro; Campus, 1986.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da extração vegetal e da silvicultura IBGE, 2003.

IBGE. Censo agropecuário 1995/1996, Convênio INCRA/FAO.

Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS (www.ibs.org.br)

JANNUZZI, Paulo Martins. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes, dados e aplicações. Campinas, SP :Editora Alínea, 2001.

JORNAL ESTADO DE MINAS. 23/10/2000

KLIKSBERG, Bernardo. Como reformar o Estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI? In: BERNARDO KLIKSBERG. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez, 2001, cap. 3, p. 69-103.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. IN MARTINS, José de Souza (organizador). Introdução crítica à sociologia rural.São Paulo: HUCITEC, 1986.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2ª ed. 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. Terra e territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil. In: SEMINÁRIO AMÉRICA, 500 ANOS DE DOMINAÇÃO, 1990, Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, Walter de Paula. Impacto ambiental do eucalipto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 301p.

LITTLE, Paul E. Simpósio “Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia” – 23ª reunião brasileira de antropologia, Gramado, RS. 2002.

LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos. Cerrado E Desenvolvimento: Tradição E Atualidade. Montes Claros. 2000.

MACHADO, Bernardo Mata. A história do sertão Noroeste de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Imprensa oficial de Minas Gerais, 1991.

MARTINS, José de Souza (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p. (Coleção Estudos Rurais).

MARX, Karl. O capital. cap. XXV. 8 ed. São Paulo: Difel, 1982.

McKEAN, Margaret & Ostron, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado. IN: Diegues, Carlos & Moreira, André. (org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo, NUPAUB. 2001.

MEDEIROS, Josemar X. Aspectos econômico-ecológicos da produção e utilização do carvão vegetal na siderurgia brasileira. In: Economia Ecológica – Aplicações no Brasil. Organizador Peter May. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

MELLO, Marcelo G. (org.) Biomassa, Energia dos Trópicos em Minas Gerais. Belo Horizonte: LabMídia/FAFICH, 2001.

MELLO, Marco. Pesquisa Participante e educação popular, da intenção ao gesto. Porto Alegre. Editora Isis, 2005.

MELLO, Marco. Pesquisa participante e educação popular: da intenção ao gesto. Porto Alegre: Ed. Ísis; Diálogo-Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA-Instituto Popular Porto Alegre, 2005. 108 p.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo, UNICAMP: Bontempo, 2002.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hegemonia em Gramsci: uma teoria das relações políticas nas formações sociais modernas. IN: Ensaio, 13, São Paulo, 1984. pp. 67-84.

OLIVEIRA, M. F. M. O processo de desenvolvimento de Montes Claros sob a orientação da SUDENE. São Paulo: USP, 1996. (Dissertação de mestrado). OLIVEIRA, Vanessa. Relatório Setorial Preliminar. FINEP, 2003. Disponível em

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins & RODRIGUES, Luciene (organizadores). Formação Social E Econômica Do Norte De Minas. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

PIRES, Simeão R. Serra Geral-diamantes, garimpeiros e escravos. Belo Horizonte, Cuatiara, 2001.

PIRES, Simeão R. Raízes de Minas. Belo Horizonte, Minas gráfica editora, 1979.

POCHMANN, Márcio. AMORIM, Ricardo (organizadores). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: editora Cortez, 2003.

POZO, Osmar Vicente Chéves Pozo. Regime De Propriedade E Recursos Naturais: A Tragédia Da Privatização Dos Recursos Comuns No Norte De Minas. Rio de Janeiro: ICHS-CPDA /UFRRJ, Tese de Doutorado, 2002.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, SP: editora Brasiliense 1992. 22ª edição.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1973.

RAHNEMA, Majid IN: SACHS, Wolfgang -vários colaboradores-. Dicionário do desenvolvimento: guia do conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.

RHODE, Geraldo. Mudança de paradigma e desenvolvimento sustentado, IN: CAVALCANTI, Clóvis(org.) . Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2003.

RIBEIRO, Eduardo. Metodologias de Trabalho no Campo. Montes Claros: FASE/PTA, 1988.

RIBEIRO, José Felipe (Ed.). Cerrado: matas de galeria. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998. 164 p.

RIBEIRO, José Felipe. Cerrado, Matas de galeria. Brasília: EMBRAPA, 1998.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão Mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. IN:

RIBEIRO, Ricardo. O sertão espiado de fora, os viajantes estrangeiros descobrem o Cerrado Mineiro na primeira metade do século XIX. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1997.

RODRIGUES, Luciene & MAIA, Cláudia (organizadoras). Cerrado em perspectiva(s). Montes Claros: editora UNIMONTES, 2003.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. IN: Formação Social E Econômica Do Norte De Minas. Montes Claros: Ed. UNIMONTES, 2000.

SANDRONI, Paulo (org.). Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo, ed. Best Seller. 2004.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, Milton. SOUZA, Adélia. SILVEIRA, Laura (organizadores) Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 2000. 5ª edição.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos internos- Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo, companhia das letras. 1999.

SHIVA, Vandana & BANDYOPADHYAY, J. Inventário Sobre O Cultivo Do Eucalipto. Belo Horizonte, MG. Comissão Pastoral da terra: 1991.

SILVA, Augusto. PINTO, José Madureira (orgs.). Metodologia das ciências sociais. Porto: ed. Afrontamento, 1999, 10ª ed.

SILVA, Carlos E. Mazzetto. Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 1999. Dissertação de Mestrado

SILVA, Carlos E. Mazzetto. Desenvolvimento e sustentabilidade nos Cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. IN: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos. Cerrado E Desenvolvimento: Tradição E Atualidade. Montes Claros. 2000.

SILVA, Elias. Critérios para avaliação ambiental de plantações florestais no Brasil. Viçosa: editora UVF-Cadernos Didáticos, nº52, 2001.

SILVA, Elias. Critérios para avaliação ambiental de plantios florestais no Brasil. 1. ed. Viçosa, Minas Gerais: UFV, 2001. 35 p. (Cadernos Didáticos, 52).

SILVA, Lúcia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas, SP: editora Unicamp, 1996.

STRALEN, Cornelis J. van. A capitalização do campo e as políticas de saúde: o caso do Norte de Minas. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/ Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez/Editora Autores Associados, 1986.

TOURAINÉ, Alain. Uma visão crítica da modernidade. Cadernos de Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1989.

VEIGA, José Eli. Cidades imaginárias - O Brasil é menos urbano que se calcula. Campinas, SP. Autores associados, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: Difel, 1979. 2ª edição.

WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. Editora Brasiliense, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos. Ciência Global para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WHITAKER, Dulce C. A. Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes. 1.ed. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256 p.

WHITAKER, Dulce. Sociologia rural.- questões metodológicas emergentes. São Paulo. Editora letras à margem, 2002

WOORTMANN, F. Herdeiros, Parentes e Compadres. São Paulo, Hucitec, 1995.

WRM -Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais. As plantações não são florestas. Montevideú, Uruguay: 2003NOVAIS, Fernando. In: Brasil em perspectiva (org. Carlos Bota). Difusão européia do Livro. São Paulo, 1971.

ANEXOS

ANEXO 1 – COMPÊNDIO FOTOGRÁFICO

AS PESSOAS E SUA CULTURA













O LUGAR



O IMPACTO DO EUCALIPTO





EQUIPE DE PESQUISA DE CAMPO



CRÉDITOS DAS FOTOS:

ELISA COTTA

ARQUIVO CAA-NM

ARQUIVO DA PESQUISA

31 - CRÉDITO

PEGOU EMPRÉSTIMO OU OUTRA FORMA DE FINANCIAMENTO NO ANO PASSADO?

1 - NÃO 2 - SIM

32 - ONDE? _____

33 - QUANTO R\$? _____

34 - PARA QUÊ? _____

PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO**PRODUÇÃO:**

| CULTURA | ÁREA PLANTADA (ha) | QUANTO COLHEU | QUANTIDADE VENDIDA | VALOR DA VENDA DO PRODUTO (R\$) |
|---------|--------------------|---------------|--------------------|---------------------------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

35-BENEFICIA ALGUM PRODUTO?1-NÃO SIM

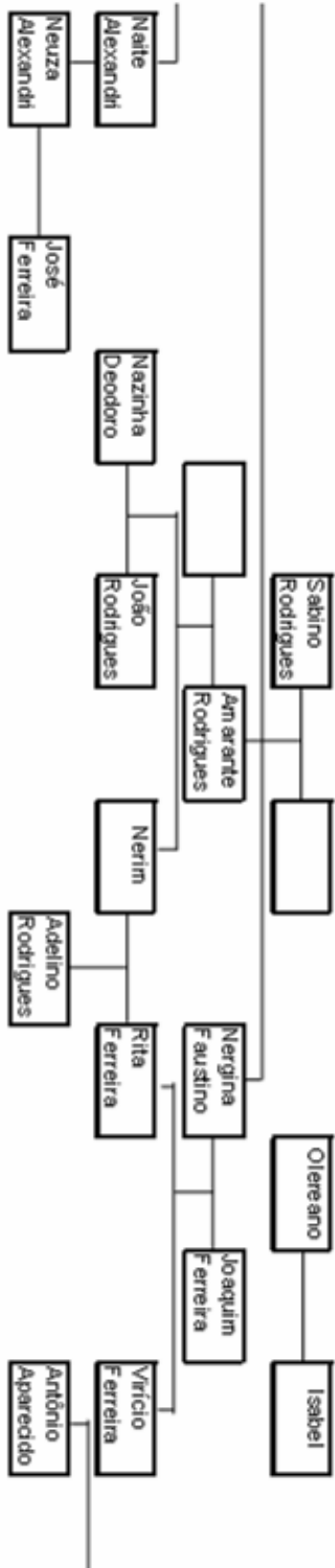
| 36- O QUE BENEFICIA | 37- QUANTO BENEFICIA POR ANO |
|---------------------|------------------------------|
| | |
| | |
| | |

PARTICIPAÇÃO

| NOME | 38-STR | 39-ASSOCIAÇÃO | 40-GRUPO RELIGIOSO | 41-PASTORAL | 42-OUTRO |
|------|--------|---------------|--------------------|-------------|----------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

43 - PARA QUE SERVE O EUCALIPTO PLANTADO NA VEREDA FUNDA?**44-APOIA O MOVIMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DAS TERRAS DA VEREDA FUNDA?**1-SIM 2-NÃO **45- PORQUE?****46 - O QUE VOCÊ ESPERA DO FUTURO DA VEREDA FUNDA?****47- SUGESTÃO:**

ANEXO 3
ÁRVORE GENEALÓGICA DAS FAMÍLIAS DE VEREDA FUNDA



ANEXO 3
ÁRVORE GENERALÓGICA DAS FAMÍLIAS DE VEREDA FUNDA

